

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Dissertação de Mestrado

IDERLEY COLOMBINI NETO

19 DE DEZEMBRO

ENTRE O NEOLIBERALISMO E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

ARGENTINO

Rio de Janeiro, 2013

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Dissertação de Mestrado

19 DE DEZEMBRO

**ENTRE O NEOLIBERALISMO E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO
ARGENTINO**

IDERLEY COLOMBINI NETO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Mestre em Economia.

ORIENTADOR: PROF. CARLOS AGUIAR DE MEDEIROS

Rio de Janeiro, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

- C718 Colombini Neto, Iderley.
19 de Dezembro : entre o neoliberalismo e o novo desenvolvimento argentino / Iderley Colombini Neto. -- 2013.
144 f. ; 31 cm.
- Orientador: Carlos Aguiar de Medeiros.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2013.
Bibliografia: f.137-144.
1. Economia política. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Argentina. 4. Novo desenvolvimento. I. Medeiros, Carlos Aguiar de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

19 DE DEZEMBRO

**ENTRE O NEOLIBERALISMO E O NOVO DESENVOLVIMENTISMO
ARGENTINO.**

IDERLEY COLOMBINI NETO

Defendida em 09/2013

COMISSÃO JULGADORA:

PROF. DR. CARLOS AGUIAR DE MEDEIROS
Instituto de Economia / UFRJ

PROF. DR. EDUARDO ALBERTO CRESPO
Instituto de Economia / UFRJ

PROF. DR. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS
Instituto de Economia / Unicamp

Rio de Janeiro, 2013

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Carlos Aguiar de Medeiros pela orientação e, principalmente, pelo exemplo de dedicação e seriedade.

Aos professores Eduardo Bastian e Carlos Pinkusfel, por terem fornecido valiosos comentários no exame de qualificação, que levaram a importantes reflexões e diversas modificações em todo o trabalho.

Ao CNPq pelo suporte financeiro.

Ao professor e orientador Gilberto Tadeu Lima por ter me ensinado os primeiros passos da pesquisa acadêmica.

Aos professores e colegas da UFRJ, principalmente para um grupo de amigos com quem formei um descontraído grupo de estudos: Larissa, Carla, Titi, Luisa, Zé Pedro e André. A este último agradeço especialmente pelas longas conversas e pelas importantes sugestões e recomendações, muitas delas essenciais para esse trabalho.

Aos meus amigos de Araras, pela certeza de uma amizade sincera.

A Luizinha, por ter se tornado uma grande amiga e confidente nesses anos de trabalho carioca.

Aos meus grandes amigos de São Paulo com quem cursei a graduação: Bibi, Sarinha, Hofig, Julinho, Anna, Murilo e João V., pelas tantas conversas e discussões, mas, principalmente, pela vivência em conjunto durante alguns importantes anos que foram fundamentais para minha formação não só acadêmica, mas principalmente humana. A Bibi e a Sarinha, em especial, pelo constante e sincero aprendizado, assim como ao Hofig, pelas nossas longas e importantes conversas.

Agradeço de forma profunda a minha família, aos meus pais, ao meu irmão e aos meus avós, que de maneira descomunal me apoiam nas minhas decisões. Além dos valiosos exemplos diários, como a seriedade e dedicação dado por minha mãe, o sentido de respeito e justiça por meu pai e o de simplicidade e carinho pelo meu irmão.

Por fim agradeço especialmente a Danielle, minha companheira, com quem compartilhei todos os momentos desse trabalho, que além tê-los tornado um pouco mais fácil tem se tornado minha bússola intelectual.

Livres-pensadores são aqueles que estão dispostos a usar suas mentes sem prejuízo e sem receio de entender as coisas que se chocam com seus próprios costumes, privilégios ou crenças. Este estado de espírito não é comum, mas é essencial para pensar direito. - Leon Tolstoi

RESUMO

No começo desse novo milênio grandes mudanças estruturais ocorreram na economia mundial. Em meados dos anos '90 o modelo neoliberal parecia indiscutível, apesar das intensas manifestações sociais no plano econômico a aparente estabilidade era vista com extrema euforia na América Latina de modo geral e na Argentina em particular. Entretanto, depois das décadas de 80 e 90, um período de crises financeiras consecutivas marcou o final do neoliberalismo nos países periféricos. Atualmente se tornou possível ver como essas crises podem ser consideradas um marco para um novo modelo político econômico nos países latinos, que apesar de conter continuidades, apresenta claramente novos padrões. Após a fase neoliberal muitos países em desenvolvimento passaram a apresentar um modelo com uma participação muito mais ativa do Estado. A Argentina apresenta um caso claro desse processo, sendo denominado de *Novo Desenvolvimentismo* e atrelado aos governos Kirchner. Entretanto, apesar de ser um tema amplamente debatido, a maioria das interpretações sobre o desenvolvimento econômico recente, principalmente as atreladas ao *mainstream* ortodoxo (mas também presente em grande parte das abordagens heterodoxas), entendem o processo de desenvolvimento como oriundo basicamente das políticas governamentais. Baseados em uma espécie de *nacionalismo metodológico*, constroem suas análises a partir de um reducionismo econômico, que ignora tanto a inserção internacional quanto os conflitos e as disputas internas do país. Por isso tentaremos incorporar nesse trabalho uma noção da relação entre política e economia como uma relação de duas esferas pertencentes a uma mesma unicidade, sendo esta o sistema capitalista interestatal. Dessa forma, a partir da perspectiva da relação entre Estado e Economia como compreendido por Antônio Gramsci, objetiva-se investigar como as relações entre Estado, as classes sociais, os interesses econômicos privados e a inserção internacional do país foram estruturados e evoluíram na formação da trajetória do desenvolvimento argentino atual.

Palavras Chaves: Desenvolvimento, Novo Desenvolvimentismo, Argentina, Economia Política.

ABSTRACT

At the beginning of this new millennium major structural changes occurred in the world economy. In the mid '90s the neoliberal model seemed indisputable, despite the intense social protests, in economic terms the apparent stability was seen with extreme euphoria in Latin America in general and Argentina in particular. However, after decades of 80 and 90, a period of consecutive financial crisis marked the end of neoliberalism in the peripheral countries. It now becomes possible to see how these crises can be considered a milestone for a new political economic model in Latin countries, which despite containing continuities, clearly presents new standards. After the neoliberal phase many developing countries began to show a model with a much more active State. Argentina presents a clear case of this process, being named *New Developmentism* and attached to Kirchner governments. However, despite being a widely debated topic, most interpretations of recent economic developments, especially those linked to the mainstream orthodox (but also present in most of the heterodox approaches), understand the process of development as arising primarily from government policies. Based on a kind of *methodological nationalism*, build their analysis from an economic reductionism that ignores both the international integration and the internal disputes and conflicts in the country. For this reason in this work we try to incorporate a sense of the relationship between politics and economics as a ratio of two spheres belonging to the same unity, which is the capitalist system interstate. Thus, from the perspective of the relationship between state and economy as understood by Antonio Gramsci, the objective is to investigate how the relationship between the state, social classes, the private economic interests and international integration of the country were structured and evolved in shaping the path of the current Argentine development.

Palavras Chaves: Development, New Developmentalism, Argentina, Political Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Débito Externo/PIB	53
Figura 2 – Taxa de Câmbio real corrente e média: 1995-2003.....	54
Figura 3 – Taxa de Desemprego e Participação do Salário na Renda na Argentina	55
Figura 4 – Evolução da Participação dos Salários na Renda Argentina 1962 - 2004	62
Figura 5 – Mudança na Dívida Líquida, fugas de capitais e juros pagos 1975-2001	64
Figura 6 – Evolução da Renda por Privatizações, compra de empresas privadas e fuga de capitais para o exterior 1990-2001	68
Figura 7 - Evolução do PIB Argentino total, da indústria e da indústria per capita	70
Figura 8 – Evolução da Participação dos Assalariados na Renda 1992 - 2003	80
Figura 9 – Conflitos Sociais na Argentina por condição de Atividade 1989-2003	81
Figura 10 – Impacto da Política Fiscal no crescimento 1994 – 2010 (% PIB).....	97
Figura 11 – Saldo Comercial por Grandes Itens	106
Figura 12 - Índice de Preços de Commodities na Argentina (1993=100).....	107
Figura 13 – Remuneração do trabalho Assalariado/Valor Agregado 1993-2010.....	109
Figura 14 – Participação dos Assalariados na Renda 1993-2010	110
Figura 15 – Índice de Gini Argentina 2002-2010	111
Figura 16 – Contribuição dos Principais Parceiros Comerciais no crescimento das exportações Argentinas separados em Grandes Itens 2008-2010	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grandes empresas na Argentina: valor agregado por origem do capital.....	83
Tabela 2 - Industria Manufatureira Argentina, 1993-199 (em milhões de pesos e porcentagens)	84
Tabela 3 - Estrutura do Setor Agropecuário Argentino (1988-2002)	85
Tabela 4 - Conflitos Sociais segundo setor e condição de atividade	85
Tabela 5 - Estrutura do Setor Agropecuário Argentino (2002-2008)	105
Tabela 6 - Grandes empresas. Valor agregado bruto por atividade principal da empresa (2004-2009)	134
Tabela 7- Grandes empresas. Valor agregado bruto por origem do capital (2004-2009)	134
Tabela 8 - Ocupação de Trabalhadores na Indústria Argentina (1997-2009)	135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	17
A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A ECONOMIA.	17
UM RECUO HISTÓRICO.....	19
UMA CONTINUIDADE HISTÓRICA.....	25
A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DENTRO DE UMA PERSPECTIVA POLÍTICA “ALTERNATIVA”	36
CAPÍTULO 2	46
UM PASSO ATRÁS: AS ALTERAÇÕES DO NEOLIBERALISMO ARGENTINO.	46
O CASO ARGENTINO.....	51
UMA REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL	56
A DÉCADA 1990, O PERÍODO DE CONVERTIBILIDADE ARGENTINA.	65
A CRISE DO FINAL DOS ‘90	75
APÊNDICE CAPÍTULO 2.....	83
CAPÍTULO 3	87
UM NOVO DESENVOLVIMENTISMO?	87
UM NOVO MODELO E SUAS POLÍTICAS	92
A FORMAÇÃO DO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO ARGENTINO.....	101
O ACIRRAMENTO DO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO	113
MUITO ALÉM DO DESENVOLVIMENTISMO – APONTAMENTOS FINAIS.	123
APÊNDICE CAPÍTULO 3.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137

INTRODUÇÃO

No começo desse novo milênio grandes mudanças estruturais ocorreram na economia mundial. Em meados dos anos '90 o modelo neoliberal parecia indiscutível, apesar das intensas manifestações sociais no plano econômico a aparente estabilidade era vista com extrema euforia na América Latina. Entretanto, depois das décadas de 80 e 90 marcadas pelo neoliberalismo, um período de crises financeiras consecutivas marcou o final da década de 90 nos países periféricos¹. Atualmente se torna possível ver como essas crises podem ser consideradas um marco para um novo modelo político econômico nos países latinos, que apesar de conter continuidades, apresenta claramente novos padrões. A eleição de Hugo Chávez em 1998 já assinalava uma nova tendência de uma nova corrente na América Latina, que irá se consolidar com o presidente Lula no Brasil em 2002 e finalmente com a eleição de Nestor Kirchner em 18 de maio de 2003.

As modificações nas lideranças dos países latinos também podem ser vistas pelas alterações econômicas. Assim o ano 2000 iniciou com um panorama diferente, marcado por um alto crescimento internacional, uma subida substantiva nos preços internacionais das *commodities* e um nível de taxa de juros baixo. Desta forma se criou espaço para um novo arranjo na produção internacional, surgindo oportunidades para vários países periféricos.

Internamente a virada dos anos 2000 trouxe um novo padrão político econômico para os países em desenvolvimento, como é o caso da Argentina, em que esse novo modelo já começa a dar sinais de seus desdobramentos. Após a fase neoliberal, dos anos 1983-2001² na Argentina, muitos países em desenvolvimento passaram a apresentar um modelo com uma participação muito mais ativa do Estado. A Argentina apresenta um caso claro desse processo, sendo denominado de *Novo Desenvolvimentismo* e atrelado aos governos Kirchner³. Esse modelo apresentou taxas altas de crescimento, com um

¹ Menção as crises financeiras na Rússia em 97, Asiáticas em 98, Brasileira em 99 e a Argentina em 2001.

² Aqui se considera a fase neoliberal com a volta da democracia na Argentina e seu fim com a crise da dívida externa e da convertibilidade do peso em dólar. Entretanto, é importante evidenciar a importância da ditadura de 1976-83 para esse modelo neoliberal que seguiu de forma exemplar as doutrinas do Consenso de Washington. Da mesma forma que é importante salientar as considerações feitas sobre o término ou não da fase neoliberal, que em uma abordagem global é identificado com a crise financeira de 2008. Todavia, a análise mais detalhada dessas questões foge ao escopo desse trabalho.

³ Nestor Kirchner assumiu logo após o governo provisório de Duhalde, o qual obteve o cargo em meio à crise e terminou com a convertibilidade do peso em dólar. Nestor, que obteve uma forte recuperação econômica do país, ficou no cargo de 2003-07, para ser sucedido pela sua esposa Cristina Kirchner, a qual

alto número de políticas sociais, mas com certa debilidade na retomada da industrialização, sendo marcado por um forte crescimento do setor agroexportador, o que garantiu as divisas necessárias para o equilíbrio da balança de pagamentos.

Entretanto, a maioria das interpretações sobre o desenvolvimento econômico recente, principalmente as atreladas ao *mainstream* ortodoxo (mas também presente em grande parte das abordagens heterodoxas), entendem o processo de desenvolvimento como oriundo basicamente das políticas governamentais. As análises do novo desenvolvimentismo partem de um erro duplo, que pode ser sintetizado pelo *nacionalismo metodológico*⁴, o qual consiste em tentar entender uma nova formação político-econômica através de um reducionismo economicista, em que as questões externas se resumiram a balança comercial enquanto as questões internas diriam respeito apenas às políticas macroeconômicas empregadas. Baseados nesse nacionalismo metodológico apresentam as políticas do governo como o grande determinante do sucesso econômico. As análises com um viés ortodoxo argumentam quanto à capacidade do Estado criar as instituições necessárias para a proliferação dos mecanismos de mercado, enquanto as análises heterodoxas analisam a estrutura de alocação dos gastos governamentais como ponto fundamental para buscar o crescimento e a diminuição do desemprego.

As análises ortodoxas sobre o desenvolvimento se concentraram na perspectiva institucionalistas (ou neo-institucionalistas), que veem o subdesenvolvimento como um fracasso do processo de busca por instituições corretas para o progresso. Sob essa perspectiva o desenvolvimento estaria atrelado ao pleno amadurecimento das instituições garantidoras da prevalência do mercado, já que o desenvolvimento seria alcançado pelo avanço das forças produtivas guiado pelo mercado.

Em contrapartida, as análises com viés heterodoxo (de modo geral), apontam para a necessidade de intervenção estatal mesmo com a soberania das instituições do mercado, pois ainda existiriam problemas de demanda efetiva e de disputa com o mercado internacional. Por isso em modelos de desenvolvimento como os *keynesianos* (e de certa forma também os *neoricardianos*) o Estado teria o papel não só de suprir essas falhas alocativas como também de fomentar o mercado interno e de promover

conseguiu a reeleição em 2011.

⁴A noção de ‘nacionalismo metodológico’ será explorada com maiores detalhes no decorrer do capítulo. Um tratamento aprofundado do ‘nacionalismo metodológico’ pode ser visto em Medeiros (2010a, 2010b).

uma maior distribuição de renda (ou de consumo?). Entretanto, essas abordagens por partirem de uma perspectiva nacional metodológica não se perguntam por que esses Estados realizam ou não o que normativamente se considera que deva ser feito para alcançar o desenvolvimento. A ausência dessa pergunta se deve ao modo como eles entendem a relação entre o mercado e o Estado, tanto para os processos internos quanto internacionais.

As análises que partem de uma perspectiva *nacional metodológica* negligenciam o complexo papel desempenhado pelo estado na economia capitalista, ignorando as influências das próprias características econômicas e sociais do país nas instituições que regem o mercado. Por isso, acabam por compreender o estado como um ser autônomo (de forma semelhante ao ‘individualismo’ na abordagem neoclássica), que não possui conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. Uma das consequências desse tipo de abordagem é o não reconhecimento do Estado inserido em um sistema interestatal, que possui uma complexa dinâmica de poder atrelada às relações econômicas e políticas. A importância de conceber o Estado dentro de um panorama internacional não se refere somente aos aspectos mercantis, mas principalmente aos próprios desdobramentos da inserção do Estado em uma complexa relação geopolítica no sistema capitalista interestatal. Portanto, de maneira análoga a concepção de que o indivíduo não deve ser tratado de forma autonomizada no mercado, o Estado deve ser entendido tanto inserido em uma estrutura de classes internas quanto em um sistema interestatal.

Por isso tentaremos incorporar nesse trabalho uma noção da relação entre política e economia como uma relação de duas esferas pertencentes a uma mesma unicidade, sendo esta o sistema capitalista interestatal. Dessa forma, a partir da perspectiva da relação entre Estado e Economia como compreendido por Antônio Gramsci, objetiva-se investigar como as relações entre Estado, as classes sociais, os interesses econômicos privados e a inserção internacional do país foram estruturados e evoluíram na formação e trajetória do desenvolvimento argentino atual. Assim, dentro dessa abordagem se buscará entender de que forma as alterações nas relações sociais de produção mundial, assim como os rearranjos internos, irão condicionar os modelos político-econômicos da Argentina para formar o que atualmente tem-se denominado de Novo-Desenvolvimentismo.

Dentro dessa perspectiva se julgou necessário inicialmente compreender melhor como a própria noção de desenvolvimento foi utilizada ao longo da trajetória do pensamento econômico, para poder entender como a própria concepção da relação entre economia e política levou a determinadas formas de se pensar esse fenômeno. Assim através dos conceitos desenvolvidos por Gramsci, principalmente no que compete a relação entre a esfera internacional e a esfera nacional, propomos um método histórico de análise para a trajetória da economia Argentina atual. Esse estudo inicial compete ao primeiro capítulo.

Em seguida, buscamos dar um passo atrás na história argentina, para tentar compreender o período anterior, o neoliberalismo. Antes de podermos analisar a formação e o desenvolvimento de um novo modelo político econômico é fundamental entendermos quais são as bases que deram origem a essa nova fase. A compreensão do ponto de partida de um novo período se torna importante para não entender esse processo de maneira casual, em que diversos agentes e trajetórias seriam meros acasos ou determinações espontâneas. A busca por compreender a formação de um processo ajuda a evitar os erros em reduzir uma trajetória pela determinada ação de um grupo específico, deixando de considerar os fatores que condicionaram essas ações. Através dessa busca por uma trajetória histórica no processo de desenvolvimento da economia argentina que se objetiva estudar brevemente o período neoliberal para poder analisar a fase atual de novo desenvolvimentismo.

Por isso, nesse segundo capítulo tentamos dar esse passo atrás e analisar as alterações provocadas pelo neoliberalismo, mas utilizando as novas análises e os novos estudos realizados nos últimos anos. Os efeitos ‘perversos’ do neoliberalismo já foram amplamente alardeados pelas mais diferentes concepções teóricas, as quais, via de regra, destacam o carácter de drenagem do excedente produtivo das economias subdesenvolvidas para os países centrais, com amplo destaque para o papel dos EUA. Entretanto, as várias transformações que esse processo desencadeou na Argentina ainda continuam sobre debate, principalmente quando se tenta entender como as *formas* dos conflitos sociais e políticos do neoliberalismo se colocam atualmente para o desenvolvimento econômico. Apesar da maior maturidade do processo neoliberal, ainda há uma grande discussão quanto aos impactos desse movimento no rearranjo das forças sociais e políticas na economia da Argentina, o que se destaca tanto na nova reconfiguração dos grupos e da produção agroexportadora, quanto no papel da classe

trabalhadora e nos seus conflitos inerentes.

No terceiro capítulo, finalmente, nos concentramos na primeira década desse século, a qual tem sido caracterizada como pertence a um regime de Novo Desenvolvimentismo. O período de recuperação da Argentina pós-crise de convertibilidade pode sim ser considerado um momento singular na história de desenvolvimento do país, mas longe de ser devido ao alcance de um período de desenvolvimento integral. A singularidade do período está na forte coalização político-social interna, dada pela crise da convertibilidade, juntamente com o período pré-crise financeira internacional de 2008, marcado por enormes fluxos de capitais internacionais e pela elevação dos preços das commodities, o que permitiu um conjunto de políticas fiscais expansionistas e distributivas durante a última década.

Entretanto como iremos explorar durante esse trabalho, essa formação específica não irá se sustentar durante toda a década, apresentando já nos últimos anos grandes cisões e mudanças na configuração político-econômica. Como tentaremos mostrar, principalmente no terceiro capítulo, a estrutura produtiva argentina passou por uma forte mudança com a revolução biotecnológica no campo, com grande concentração e centralização da produção, não só desse setor como também do setor industrial que passou a ser cada vez mais concentrado nos manufaturados primários. É a partir do entendimento dessas mudanças que tentamos analisar como se originou e como se limitou as atitudes com um caráter mais desenvolvimentista do governo atual argentino. Se por um lado esse período apresentou avanços distributivos e um considerável crescimento econômico, por outro houveram fortes processos restauradores, tanto políticos quanto da reprimarização da economia, o que mostra a duplicidade desse momento, ao mesmo tempo renovador e restaurador, como descreveu Gramsci pelo conceito de revolução passiva.

CAPÍTULO 1

A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A RELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA E A ECONOMIA.

“A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado.” – Marx (1867, p.6).

A maioria das interpretações sobre o desenvolvimento econômico recente, principalmente as atreladas ao *mainstream* ortodoxo (mas também presente em grande parte das abordagens heterodoxas), entendem o processo de desenvolvimento como oriundo basicamente das políticas governamentais. Baseados no *nacionalismo metodológico*⁵ apresentam o Estado como o grande determinante do sucesso econômico. As análises com um viés ortodoxo argumentam quanto à capacidade do Estado criar as instituições necessárias para a proliferação dos mecanismos de mercado, enquanto as análises heterodoxas analisam a estrutura de alocação dos gastos governamentais como ponto fundamental para buscar o crescimento e a diminuição do desemprego.

As análises ortodoxas sobre o desenvolvimento se concentraram na perspectiva institucionalistas (ou neo-institucionalistas), que veem o subdesenvolvimento como um fracasso do processo de busca por instituições corretas para o progresso. Sob essa perspectiva o desenvolvimento estaria atrelado ao pleno amadurecimento das instituições garantidoras da prevalência do mercado, já que o desenvolvimento seria alcançado pelo avanço das forças produtivas guiado pelo mercado.

Em contrapartida, as análises com viés heterodoxo (de modo geral), apontam para a necessidade de intervenção estatal mesmo com a soberania das instituições do mercado, pois ainda existiriam problemas de demanda efetiva e de disputa com o mercado internacional. Por isso em modelos de desenvolvimento como os *keynesianos* (e de certa forma também os *neoricardianos*) o Estado teria o papel não só de suprir essas falhas alocativas como também de fomentar o mercado interno e de promover

⁵ A noção de ‘nacionalismo metodológico’ será explorada com maiores detalhes no decorrer do capítulo. Um tratamento aprofundado do ‘nacionalismo metodológico’ pode ser visto em Medeiros (2010a, 2010b).

uma maior distribuição de renda (ou de consumo?). Entretanto, essas abordagens por partirem de uma perspectiva nacional metodológica não se perguntam por que esses Estados realizam ou não o que normativamente se considera que deva ser feito para alcançar o desenvolvimento. A ausência dessa pergunta se deve ao modo como eles entendem a relação entre o mercado e o Estado, tanto para os processos internos quanto internacionais.

As análises que partem de uma perspectiva *nacional metodológica* negligenciam o complexo papel desempenhado pelo estado na economia capitalista, ignorando as influências das próprias características econômicas e sociais do país nas instituições que regem o mercado. Por isso, acabam por compreender o estado como um ser autônomo (de forma semelhante ao ‘individualismo’ na abordagem neoclássica), que não possui conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. Uma das consequências desse tipo de abordagem é o não reconhecimento do Estado inserido em um sistema interestatal, que possui uma complexa dinâmica de poder atrelada às relações econômicas e políticas entre os Estados. A importância de conceber o Estado dentro de um panorama internacional não se refere somente aos aspectos mercantis, mas principalmente aos próprios desdobramentos da inserção do Estado em uma complexa relação geopolítica no sistema capitalista interestatal. Portanto, de maneira análoga a concepção de que o indivíduo não deve ser tratado de forma autonomizada no mercado, o Estado deve ser entendido tanto inserido em uma estrutura de classes internas quanto em um sistema interestatal.

Na próxima seção procura-se analisar de maneira sintética os clássicos da economia política, visando compreender de que maneira surgiu a ciência econômica e de que forma a noção de desenvolvimento é introduzida nessa ciência. Dentro dessa discussão busca-se questionar tanto as abordagens ortodoxas quanto heterodoxas sobre a relação entre economia e política, ou em outras palavras, mercado e poder. A forma de se entender a relação entre economia e política é essencial para as teorias desenvolvimentistas surgidas no século XX, que de certa maneira acompanharam tanto a evolução da teoria econômica quanto da economia real. A história das teorias do desenvolvimento constitui a seção seguinte, em que se tenta apresentar alguns pontos das principais escolas do pensamento econômico que abordam a noção de desenvolvimento. Por fim, na última seção tenta-se mostrar uma abordagem alternativa entre economia e política, baseada na obra de Antonio Gramsci, tentando utilizar a

perspectiva gramsciana de Estado para compreender o desenvolvimento econômico dentro do capitalismo. A intenção desse trabalho não é realizar um exercício de exegese das teorias abordadas, mas sim de estabelecer questionamentos e proposições que podem vir a auxiliar o entendimento da noção e da perspectiva de abordagem da ideia de desenvolvimento na economia capitalista.

UM RECUO HISTÓRICO

“Realidade produz a Riqueza nas combinações mais bizarras. Cabe ao teórico desvendá-las a fim de descobrir uma nova prova da sua teoria, para ‘traduzir’ em linguagem teórica os elementos da vida histórica.” – Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere.

Antes de analisarmos mais detalhadamente como as principais teorias constroem em certa medida uma visão reducionista do desenvolvimento se torna necessário entender quais foram os determinantes históricos para esse processo. Atualmente tanto teorias consideradas ortodoxas quanto heterodoxas concebem a questão da possibilidade do desenvolvimento somente do ponto de vista da resolução dos impasses econômicos, sem levar em consideração as questões que envolvem de certa forma a esfera política, como são os casos da luta de classes e das relações interestatais. Por isso o objetivo nessa seção é tentar apresentar brevemente como determinadas concepções de desenvolvimento se tornaram dominantes, para assim poder compreender quais são os seus limites e os propósitos dessas abordagens.

Uma conceituação reducionista de um conceito como desenvolvimento não ocorre por simples erro ou omissão de elementos, pelo contrário, se deve justamente a uma forma de compreensão do sistema capitalista construída historicamente e muitas vezes com um determinado propósito. Como indagou Immanuel Wallerstein⁶ em seu livro ‘*World System Analysis*’, grande parte das falácias ‘modernas’ se devem a maneira como compreendemos os fenômenos em blocos distintos, conferindo-lhes

⁶ “Part of the problem is that we have studied this phenomena in separate boxes to which we have given special names – politics, economics, the social structure, culture – without seeing that these boxes are constructs more of our imagination than of reality. The phenomena dealt with in these separate boxes are so closely intermeshed that each presumes the other boxes.” Immanuel Wallerstein – ‘*World-System Analysis*’.

características que se devem muito mais a nossa forma de entendimento do que da própria realidade em si.

O surgimento da ideia de desenvolvimento econômico é normalmente atrelado as proposições clássicas de Adam Smith na Riqueza das Nações de 1776: “*Por que alguns países são tão ricos e outros tão pobres? Quais os fatores que explicam o sucesso dos primeiros e o atraso dos demais?*” A resposta de Smith para essas perguntas foi dada pela consideração da magnitude do excedente social das nações, o que em última instância corresponde a suas riquezas. Essa elaboração fica evidente na tradição da economia política clássica com um dos seus principais ‘fundadores’ William Petty, que abordava o desenvolvimento como um processo persistente de aumento da produtividade do trabalho social e consequente redução do trabalho penoso (Medeiros, 2010a).

A economia política clássica entendia, portanto, o processo de acumulação de capital como base para o aumento da produtividade do trabalho e elevação do excedente social. Dessa tese central partiam as formulações dos principais expoentes da economia política clássica: Smith, Ricardo, Malthus e com suas devidas diferenciações Marx. Dada uma acumulação de capital inicial, Adam Smith analisava como que se desdobravam os processos econômicos de aumento da produtividade, de desenvolvimento da divisão do trabalho e consequentemente de desenvolvimento da indústria. As relações da acumulação de capital com as alterações na produtividade e na natureza podem ser vistas em Ricardo, que explorava também como esse processo dependia da circulação do excedente dentre os diferentes setores produtivos e as diferentes classes. Marx também partirá desse mesmo arcabouço teórico para construir sua análise sobre o impacto da acumulação de capital nas taxas de lucro, de salário e de emprego.

Todas essas *teorias clássicas*, apesar de distintas em seu enfoque⁷, possuíam a mesma noção de existência de uma trajetória no processo de acumulação do capital no

⁷ A teoria de Marx evidentemente não deve ser tratada de forma descuidada dentro do grupo dos economistas políticos clássicos, já que apesar de possuir muitos elementos dessa *escola* de pensamento, possui divergências significativas. Essas divergências não se referem somente a questões ontológicas, como abordaremos em seguida, mas também a diferenças epistemológicas, como o caso da desconsideração da ‘Lei de Say’. Enquanto autores como Adam Smith e Ricardo consideravam que a demanda era limitada apenas pela produção, Marx criticava essa ideia apontando as crises de superprodução.

desenvolvimento das forças produtivas. Essa visão se deve principalmente a matriz teórica do iluminismo, que exerce grande influência nas análises de todos esses autores (inclusive Marx), o que lhes confere um forte sentido de progresso em suas análises.

A forma pela qual esse progresso seria alcançado, entretanto, divergiria entre esses autores. Enquanto para Ricardo e Smith estaria na característica de certa forma *homogeneizadora* do mercado, em Marx estaria no caráter universalista do processo de valorização do capital. Ricardo defendia que os bens necessários a reprodução material poderiam ser encontrados no mercado internacional, ou seja, mesmo que não fossem produzidos internamente seriam alcançados no mercado internacional. Dessa capacidade de intercâmbio das riquezas no mercado internacional, Ricardo fará sua defesa pelas vantagens comparativas, na qual cada país obteria vantagens com a especialização, o que em última instância levaria todos os países ao mesmo nível de renda. Smith vê essa equalização pela própria capacidade do mercado em trocar conhecimento pelo processo de competição entre as empresas, o que levaria a uma homogeneização dos diferentes países dada a competição no mercado internacional.

A teoria de Marx⁸ possui em diversos autores, assim como em seus trabalhos anteriores ao O' Capital, como 'O Manifesto Comunista' e a 'Ideologia Alemã', uma visão de um progressismo social, que pautado pela luta de classes acarretaria uma contínua evolução social. O capitalismo seria marcado pela valorização do capital com o único intuito de promover sua acumulação, o que levaria a um processo expansivo em

⁸ Marilena Chauí irá argumentar em seu trabalho *A história no Pensamento de Marx* como a concepção de Marx sobre a história muda no decorrer de sua obra, originando muitos dos equívocos dos marxistas ortodoxos e 'vulgares'. Essas concepções da obra de Marx podem ser vistas em uma grande parte das análises marxistas, que colocam os elementos políticos e sociais reduzidos aos elementos econômicos, como é o caso clássico de Maurice Dobb. Como enfatiza Chauí, essas análises podem ser respaldadas por certos trabalhos de Marx e por partes desconexas ou mal compreendidas do O' Capital. Entretanto uma abordagem distinta é apresentada nos *Grundrisses* e na obra O' Capital vista como um todo, a qual veremos nas próximas seções. Chauí resume de forma clara a crítica a essa abordagem 'vulgar' da teoria marxista ao apresentar a visão de Cornelius Castoriadis: "O núcleo da análise econômica de Marx são as contradições do capitalismo em cujo centro se encontra uma contradição determinada, aquela entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção ou a forma da propriedade capitalista. Ora, hoje sabe-se que a análise econômica de Marx não pode ser mantida nem em suas premissas nem em seu método nem em sua estrutura, pois sua teoria econômica enquanto tal ignora a ação das classes sociais e, portanto, o efeito das lutas operárias sobre o funcionamento da economia capitalista, bem como o efeito da organização da classe capitalista para dominar as tendências "espontâneas" da economia. A negligência sobre tais efeitos decorre da própria teoria, visto que nela o capitalismo reifica completamente os homens ao transformá-los em coisas e os submete a leis econômicas que não diferem das leis naturais, salvo pelo fato de que usam as ações conscientes dos homens como instrumento inconsciente de sua realização. Sem dúvida, a reificação existe, mas não pode ser completa, pois se o fosse, o sistema desabaria instantaneamente – a contradição última do capitalismo está na necessidade que o sistema tem, a um só tempo, da atividade propriamente humana e de submetê-la e reduzi-la ao mínimo possível."

todos os mercados e todos os Estados Nacionais. Essa visão economicista do materialismo histórico coloca as relações econômicas como separadas das demais esferas sociais, e ainda como o único determinante no processo de formação de uma determinada ‘trajetória social’.

A teoria de Smith possui muitas interpretações que a consideram como a origem da ciência econômica justamente por desvincular o aspecto econômico de outras características sociais, como a política e a moral. É importante ressaltar que essa concepção cânone da abordagem neoclássica da teoria de Smith também é compartilhada por economistas críticos como Albert Hirshman. Entretanto, essa visão de uma ruptura no pensamento de Smith não é unânime, ao contrário, se apresenta como um dos mais antigos e clássicos debates da história do pensamento econômico, que ficou conhecido com *Das Adam Smith Problem*⁹.

O debate gira em torno da possibilidade de ter ocorrido ou não uma ruptura entre a obra “*Teoria dos Sentimentos Morais*” (TSM) e a “*Riqueza das Nações*” (RN), pois enquanto na primeira Smith constrói uma teoria da moral que guiaria os indivíduos, na segunda ele romperia com essa análise e passaria a incorporar exclusivamente as características do mercado na evolução da sociedade. Essa visão da ruptura, na sua versão mais extremada (neoclássica), entende que na RN o mercado é um operador técnico, que levaria a um processo de auto-regulação, em que mesmo em meio às atitudes individualistas existiria uma *mão invisível* que ordenasse todas as atitudes para um ponto de ótimo social. Entretanto, em uma análise mais aprofundada percebe-se que não há essa desvinculação no pensamento smithiano, ao contrário, Smith ‘convoca toda a sua teoria moral e social para a elaboração do modelo de mão invisível’ (Ganem, 1999). Dessa forma para Smith, através da divisão social do trabalho se estabelece uma relação em que o desenvolvimento da produção social ocorre devido as ações individuais de forma não intencional. A *mão invisível* não se trata, portanto, de um mecanismo auto-regulador do mercado, mas sim um de uma concepção de desenvolvimento por trás da formação econômica, o que por sua vez não estaria

⁹ Devido a complexidade da discussão envolvendo a obra de Adam Smith fugir do espaço destinado para esse trabalho, tentaremos apenas apresentar brevemente a opinião desse trabalho sobre a relação entre economia e política na obra do autor, já que possui consequências para o entendimento das principais teorias do desenvolvimento. Para um estudo mais aprofundado o texto “Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica” de Ganem (1999) fornece uma ótima apresentação inicial para o tema.

desvinculado da ideia de moral tratada no TSM. Por isso, ao construir essa noção da economia como propulsora do desenvolvimento, Smith não o faz sem considerar as questões morais do indivíduo. Dessa forma, a dissociação de um desenvolvimento econômico de um desenvolvimento político não ocorre pela ideia do *homo economicus*, mas sim por um homem inserido em uma sociedade com seus preceitos morais. Logo, a *mão invisível* é utilizada como um recurso para mostrar o mercado como um novo formador da ordem social e do desenvolvimento, mas não totalmente desvinculado dos preceitos sociais.

Entretanto essa análise mais precisa das vinculações entre o mercado, o desenvolvimento da formação econômica e os preceitos sociais serão deixados em um segundo plano pelos demais teóricos da economia. Os marginalistas levaram essa autonomização da economia até o ponto de desconsiderar a própria importância do excedente social para o desenvolvimento, atendo-se na ideia do mercado como um autorregulador que leva para uma situação de ótimo social.

Nos “Princípios de Economia e Tributação”, David Ricardo busca nos elementos objetivos da produção tentar entender como se formam o excedente produtivo que desenvolve a economia, sem passar por intermediações políticas ou sociais. Análises como a de Ricardo possuem o mérito de não desconsiderar e sim destacar a importância do excedente social, mas ao construir essa análise com maior enfoque no excedente acaba por isolar a sua formação na esfera produtiva, desvinculando a formação do excedente das demais esferas da sociedade.

Sob esse encadeamento analítico Marx irá escrever a *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859, que antecedeu *O Capital*. O próprio prefácio da “*Crítica*” se tornará importante para o debate sobre o reducionismo econômico na obra de Marx. Devido à leitura realizada por Karl Kautsky, que editou as *Teorias da Mais Valia* e teve um papel importante na Segunda Internacional, o prefácio da ‘*Crítica*’ se tornou um dos marcos da versão dogmática e determinista da obra de Marx, em que o economicismo se colocaria de forma evolucionista determinista até culminar na revolução operária. Entretanto será justamente da fusão da compreensão desse texto com as análises históricas e políticas concretas empreendidas por Marx (principalmente em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*) que Antonio Gramsci irá reconstruir a teoria de Marx (Bianchi 2006), refutando qualquer ideia dos movimentos políticos e ideológicos como

mera expressão da determinação da estrutura. Dessa forma, a famosa passagem de Marx no prefácio de 1859 será ressignificada por Gramsci:

“(...) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.” (Marx 1859/1987: 263)

Na visão que será estabelecida por Gramsci, assim como em vários outros pensadores dentro da tradição marxista, o impacto das forças produtivas materiais na evolução da sociedade não será de determinação, mas de condicionante no processo de interação humana em sociedade. Ao ressignificar a visão reducionista da obra de Marx, Gramsci demonstra que a história não é simplesmente determinada pela evolução das forças materiais, mas sim pelo homem em sociedade, que está condicionado e não determinado pelas forças materiais correspondentes ao seu período.

A diferença entre *condicionante* e *determinação* é essencial para se compreender as divergências existentes na própria noção de desenvolvimento da economia. O processo econômico colocará condicionantes às relações sociais, políticas e culturais, que por sua vez interagirão com as relações produtivas. Dessa forma a divisão marxista tradicional entre estrutura econômica e superestrutura ideológica será fundamentalmente reconstruída na obra de Gramsci. Como será explorada na última seção, a estrutura irá condicionar a superestrutura e não determina-la, além da própria superestrutura conter elementos autônomos. Assim fica evidente a maior complexificação da relação entre os fatores econômicos e os demais fatores sociais na abordagem gramsciana. É sob essa concepção alternativa da relação entre economia e política que se buscará entender a noção de desenvolvimento na última seção do presente trabalho. Entretanto, antes de

realizar esse esforço teórico é importante analisar as principais concepções teóricas sobre desenvolvimento, para poder entender e comparar quais são os seus limites e avanços na compreensão da própria ciência econômica.

UMA CONTINUIDADE HISTÓRICA

*“Theory is Always for someone and for some purpose.” –
Robert Cox*

As teorias econômicas que abordaram a noção de desenvolvimento, surgidas durante o século XX, serão herdeiras da tradição da economia completamente dissociada da esfera política, sendo a esfera econômica a responsável pela condução do caminho do desenvolvimento. Sob essa perspectiva, como veremos mais detalhadamente durante essa seção, mesmo quando os autores incorporam a noção de Estado será como um ente dissociado do econômico, que possuiria ferramentas capazes de concertar possíveis desequilíbrios na economia.

Os marginalistas ao incorporarem ao conceito de *mão invisível* a noção do mercado como um mecanismo auto-regulador, retiraram da economia (uma vez estabelecida as 'instituições' do mercado capitalista) a possibilidade de haver desigualdades entre os Estados, divergindo dos economistas clássicos, que ao analisarem o desenvolvimento pela formação de excedente social percebiam a formação de processos econômicos desiguais. Entretanto, a ciência econômica passou a ser dominada pelas correntes marginalista e utilitaristas que abandonaram em definitivo a noção de excedente, o que implicou também na inutilidade da própria noção de desenvolvimento nessas teorias. A economia passou a ser entendida como um processo linear de desenvolvimento, em que uma vez estabelecido o mercado naturalmente os Estados iriam alcançar o progresso econômico.

Entretanto no começo do século XX as desigualdades entre os países e os momentos de crises recorrentes fizeram com que essa concepção da economia fosse questionada e outras abordagens alternativas comesçassem a surgir. Será dentro desse questionamento que surgirá John Maynard Keynes, que questionará o cerne da teoria marginalista. A obra de Keynes, além de poder ser considerada como uma das fundadoras da macroeconomia, também se tornou uma das grandes influências para as

teoria desenvolvimentistas heterodoxas no pós guerra. Entretanto será dentro do paradigma ortodoxo que surgirá o que ficou conhecido como os *clássicos* do desenvolvimento¹⁰. Esses teóricos, ao contrário dos keynesianos, não irão questionar os mecanismos básicos da teoria econômica marginalista, mas tentar entender as desigualdades entre os Estados como fruto de um atraso na trajetória de desenvolvimento das economias.

Essa concepção clássica do desenvolvimento pode ser vista principalmente nos autores anglo-saxões, que estavam dentro da linhagem da economia marginalista e representavam a liderança da economia mundial. Esses autores aceitavam o princípio das vantagens comparativas de Ricardo, como analisado pelos pioneiros do desenvolvimento Rosenstein-Rodan (1943) e Nurkse (1951), que escreveram sob influência direta do modelo de Harrod-Domar. Esses modelos possuíam um enfoque que enfatizava o papel da poupança e da formação de capital para as economias em desenvolvimento, assim como a ideia da necessidade de um crescimento equilibrado ou balanceado. Por isso defendiam que o papel do Estado deveria ficar restrito a adequação da mão de obra e a coordenação dos investimentos de longo prazo, mas sem intervir drasticamente nas ‘virtudes’ do mercado que levariam ao desenvolvimento.

Entretanto foi com Walt Whitman Rostow que essa concepção de desenvolvimento neoclássica se tornou durante a década de 1960 uma teoria acabada sobre as etapas necessárias para se alcançar o desenvolvimento. Em seu livro “*Process of Economic Growth*” (1952), Rostow define o desenvolvimento como um processo natural, linear e progressivo, em que as sociedades atrasadas alcançariam o padrão das sociedades desenvolvidas¹¹. É dentro desse arcabouço teórico que serão desenvolvidas

¹⁰ Essa noção de desenvolvimento se baseia no mecanismo conhecido como teoria dos *estágios*. Esse conceito assume que as unidades (sociedades nacionais) se desenvolvem todas no mesmo caminho fundamental, respeitando a noção liberal e progressista, que, entretanto, são marcados por momentos diferentes dados os ritmos de cada Estado em alcançar a fase suprema da evolução.

¹¹ Essa teoria *etapista* pode ser vista nos cinco estágios elaborados por W. W. Rostow na década de 60:

1ª - sociedade tradicional – produção limitada, tecnologia rudimentar, subordinação do homem ao ambiente e inadequado aproveitamento dos recursos naturais;

2ª - sociedade em processo de transição – estágio em que aparecem precondições para o desenvolvimento econômico – atitudes racionais adequadas ao controle e à exploração da natureza;

3ª - sociedade em início de desenvolvimento – inclui as sociedades nas quais são ultrapassados os primeiros limites das sociedades tradicionais – investimento de capital na produção, crescimento da manufatura e aparecimento de um sistema político, social e institucional – base da sociedade moderna.

4ª sociedade em maturação – estágio em que as forças de expansão econômica passam a predominar na sociedade;

5ª sociedade em produção em massa – é estágio de desenvolvimento efetivo da produção em bases industriais e científicas e de um aumento significativo do investimento produtivo de capital.

as políticas norte-americanas para os países latino-americanos, tendo uma perspectiva de que naturalmente esses países alcançariam o desenvolvimento e por isso o que precisaria ser feito seria a incorporação desses países no mercado internacional.¹²

Essa visão de um desenvolvimento natural irá fomentar grande parte da crítica desenvolvimentista que proliferou na América Latina nos anos 1950. As teorias estruturalistas (ou teorias da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe - como também são referidas) irão se opor diretamente a esse desenvolvimento econômico neoclássico, incorporando na análise uma visão estrutural e histórica do capitalismo. Os economistas Raul Prebisch (1949), Celso Furtado (1954), Oswaldo Sunkel (1957), e Hans Singer (1950), entre outros, irão criticar a teoria convencional do mercado internacional. Esses autores estruturalistas irão argumentar que a divisão internacional do trabalho, que a teoria convencional diz ser naturalmente produzida pelo mercado internacional, provoca um benefício muito maior para os países ‘centrais’ do que para os países periféricos. Essa disparidade seria consequência de que os mercados seriam mais oligopolizados no centro do que na periferia, o que levaria a uma distribuição desigual dos benefícios do mercado. Essa estrutura do mercado internacional seria ainda responsável por ditar as produções dos produtos industrializados (ou de *fronteira tecnológica*), o que levaria a maiores ganhos de externalidade com essa industrialização.

As análises dentro da tradição estruturalista (cepalina) apresentam um viés mais normativo, buscando propor políticas que seriam capazes de burlar essa estrutura internacional para alcançar a industrialização (ou a produção de tecnologia de fronteira) e promover o desenvolvimento. Desta forma, essa corrente teórica estruturalista buscou reformular a teoria convencional (neoclássica) de desenvolvimento de forma análoga a que Keynes buscou fazer ao corpo central da teoria neoclássica¹³.

¹² Os trabalhos posteriores de Arthur Lewis, apesar de serem da mesma época das teorias clássicas do desenvolvimento, devem ser entendidos com um sentido diferente das análises neoclássicas. Em seu trabalho "Economic Development with unlimited Supplies of Labour", Lewis (1954) argumenta como a disponibilidade ilimitada de mão de obra seria um fator importante de dinamismo para essas economias, pois dessa forma atrairia investimentos em decorrência do baixo preço relativo do trabalho no mercado internacional, funcionando como um “exército industrial de reserva”, mas não como um concorrente da economia capitalista como muitas leituras equivocadas supõe.

¹³ “That the ECLA analyses should have drawn their inspiration from Keynesianism in no way denies their originality; this lay in the way in which they applied the Keynesian analysis to the Latin American situation, and to the theory of economic development, to which the Keynesian tradition had hitherto paid little attention.” (Palma, 1978).

Keynes se opôs não só à concepção harmoniosa do capitalismo liberal clássico desregulado, como também a visão de tradição marxista de que as contradições do capitalismo iriam levar necessariamente a um fim incontornável (Palma, 1982). Os estruturalistas latino-americanos apresentam uma visão similar ao defender que o desenvolvimento não é algo obtido de forma natural, no entanto não concebem a formação das estruturas político-econômicas nacionais e internacionais como um impedimento que não poderia ser superado com a intervenção estatal em atingir a industrialização.

Apesar de existirem estruturas que coibiriam o desenvolvimento elas poderiam ser superadas com a elaboração de certas políticas realizadas pelo Estado desenvolvimentista. Dessa forma, na perspectiva *cepalina* o Estado ganha um papel central em promover a industrialização até levar ao desenvolvimento de fato, o que seria realizado com o rol de políticas tanto de infraestrutura quanto de promoção direto da indústria, as quais teriam o poder mágico de superar todos os entraves do sistema capitalista interestatal.

As teorias da CEPAL tiveram o seu grande ápice nos anos 50 com aplicação direta de suas ‘doutrinas’ em diversos países latino-americanos, mas com seu declínio já na década de 1960 quando começaram a surgir os primeiros sinais das contradições presentes em suas análises. Durante a década de 1960 as políticas de substituição de importação começaram a perder força, o que levou à uma perda na capacidade dos Estados latino-americanos em se desenvolverem. Com as mudanças políticas nos países latinos surge uma linha marxista de pensamento sobre o desenvolvimento, que ficou conhecida como *teorias da dependência*. Essas teorias possuem certa diversidade, havendo algumas diferenças expressivas entre elas, não só teóricas como também quanto aos projetos políticos e econômicos para o desenvolvimento.

O trabalho de Gabriel Palma “*Dependency: A Formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?*” (1978) formaliza três vertentes distintas dentro desse arcabouço, não só quanto as suas objeções teóricas, mas também as suas propostas políticas e econômicas. As teorias da dependência possuem certa tradição das análises marxistas

das *teorias do imperialismo*¹⁴, partindo de um resgate do desenvolvimento do capitalismo, tanto do seu nível 'interno' de desenvolvimento, quanto do seu desenvolvimento desigual nas diferentes partes do mundo. Entretanto, a *forma* que cada abordagem dará a essa teoria do imperialismo aplicada a América Latina terá diversas divergências, dado o nível de abstração considerado por cada uma nas relações entre os Estados e a economia. Uma linhagem (origem) comum das teorias da dependência pode ser considerada pela importância do trabalho pioneiro de Paul Baran (1957) "*The Political Economy of Growth*", em que faz uma releitura da teoria do imperialismo com aplicação para a América Latina.

A primeira vertente da teoria da dependência identificada por Palma é relacionada com as abordagens que seguem mais de perto o trabalho de Baran, tendo como um dos seus grandes expoentes Andre Gunter Frank e o *Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Chile*, em que se destacaram Marini, Caputo e Pizarro. A característica essencial dessa abordagem é sua tentativa de construir uma teoria do *subdesenvolvimento Latino Americano*, em que o caráter dependente dessas economias é o centro em que toda a análise do subdesenvolvimento se desenrola. Sob essa perspectiva o caráter dependente das economias latinas possuiria certos processos ligados ao seu subdesenvolvimento.

O desenvolvimento dos subdesenvolvidos é visto por essa abordagem como algo contrário aos interesses dos países desenvolvidos. Para coibir esse desenvolvimento são estabelecidas uma série de relações que levam a uma transferência do excedente dos países periféricos para os países centrais. Esse *surplus-drain*¹⁵ será um dos elementos centrais de quase todas as abordagens "dependentistas", tendo grandes divergências

¹⁴ As teorias da dependência tiveram grande influência dos teóricos do imperialismo, que podem ser condensados nos trabalhos de Lenin, Kautsky e Bukhárin. Esses autores, em linhas gerais, irão analisar o desenvolvimento do sistema capitalista e da possibilidade de haver dentro desse sistema um desenvolvimento dos países 'atrasados', como o caso da Alemanha e da Rússia, suficiente para alcançar os países centrais. Esses autores irão destacar a ligação de dependência dos países atrasados com os centrais, devido a constante transferência de excedente para os países centrais que impediria o desenvolvimento dos 'periféricos'. Dessa perspectiva começam a incorporar elementos de maior complexidade na análise, mas mantendo certa posição de que no fim o processo de acumulação de capital levaria a uma determinada globalização, mesmo que fosse acompanhada ou guiada por fatores imperialistas que sempre se imporiam sobre os países atrasados. Dessa forma haveria mesmo nesses países atrasados um desenvolvimento capitalista, mas que seria dado por uma ligação dependente com os estados imperiais.

¹⁵ No livro de 1980 *Imperialismo, Pioneiro do Capitalismo*, o historiador marxista Bill Warren fez uma forte crítica a esse *surplus-drain* das *teorias dependentistas*, já que elas omitem de certa forma o caráter expansivo do capitalismo via imperialismo. Ao enfatizar a transmissão de excedente da periferia para o centro, essas teorias reduzem o caráter de difusão do capitalismo e de suas forças produtivas na relação existente entre os estados centrais e os periféricos.

quanto à forma como esse elemento poderia ser superado. Para essa primeira vertente, o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas seria impossível dada a própria forma em que o capitalismo se desenvolve¹⁶, por isso para eles a única maneira de acontecer esse desenvolvimento seria através de uma revolução.

A segunda abordagem, sistematizada principalmente em Sunkel e Furtado, pode ser caracterizada pela intenção de reformulação das análises “cepalinas” (ou *estruturalistas*). Esses autores partem principalmente das críticas aos projetos de *desenvolvimentismo nacional* da década de 1950, para reconstruir uma teoria sobre o desenvolvimento latino. Essas reformulações não buscam somente incorporar elementos que faltavam nas antigas concepções, como políticos e sociais, mas também uma expansão minuciosa para que a teoria estruturalista prosseguisse além daquela análise antiga. Apesar de menos enfática do que a primeira abordagem, essa concepção reformulada das teorias da ‘CEPAL’ também possui um caráter pessimista quanto ao desenvolvimento, devido entre outros fatores, a frustração do processo de industrialização latino americano.

A terceira abordagem dentro da teoria da dependência é relacionada com o trabalho pioneiro de 1967 do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e do historiador Enzo Faletto, *Dependencia y Desarrollo en América Latina*. Nesse trabalho há uma intenção de construir uma teoria menos mecânica e formal da dependência, se concentrando mais nas situações concretas de desenvolvimento dependente. Uma das características que se destaca dentro dessa abordagem é o maior detalhamento das transformações que ocorreram no sistema capitalista mundial, com particular ênfase para as mudanças que se tornaram significantes no final dos anos 50, com as novas dinâmicas de movimento do capital e da divisão internacional do trabalho.

Faletto e Cardoso incluem o surgimento das corporações multinacionais que progressivamente transformaram as relações centro-periferia. Como o capital externo

¹⁶ A maior parte dos autores dessa abordagem da dependência não desenvolveu de forma significativa a explicação do porque o desenvolvimento capitalista não permitiria um desenvolvimento dos subdesenvolvidos. Entretanto, um trabalho mais aprofundado sob essa demonstração histórica pode ser visto no livro *Modern World System* de Immanuel Wallerstein. Esse autor irá sob uma perspectiva “braudeliana” analisar a formação do sistema mundo capitalista e seu processo de desenvolvimento através de momentos de expansão, em que surgem novas configurações políticas econômicas que possibilitam a expansão do sistema. Apesar de construir uma análise mais bem acabada, com grande riqueza histórica e de *insights*, possui um mesmo determinismo economicista em relação ao *surplus-drain* quando trata das relações entre centro e periferia, como enfatizaremos em seguida.

tem cada vez mais sido direcionado para a indústria manufatureira na periferia, a luta pela industrialização não pode mais ser vista como uma luta anti-imperialista. A industrialização periférica que antes era vista como forma de se opor ao imperialismo passou a ser parte do próprio processo dependente. Dessa forma os processos de dependência e de industrialização não se colocam mais como formas contraditórias, mas como um processo unido de “desenvolvimento dependente”.

As duas primeiras vertentes foram mais duramente criticadas pelo determinismo trazido em suas concepções teóricas sobre a relação centro-periferia. Essas abordagens da teoria da dependência apesar de incorporem vários elementos superestruturais como cultura, política, ideologia, acabam reduzindo esses elementos para a esfera econômica, argumentando que dada a relação produtiva entre os países centrais e periféricos sempre haverá uma transmissão de excedente (*surplus-drain*), que levará à um subdesenvolvimento permanente. Esse pessimismo *determinista* com relação ao desenvolvimento na América Latina pode ser entendido pela omissão da característica cíclica do desenvolvimento capitalista. Como será argumentado na próxima seção, a forma como o sistema capitalista se expande possui fluxos e interações interestatais diversas, o que promove momentos de desenvolvimento distintos, não só históricos como na sua própria *forma*. Um momento de desenvolvimento ou de recessão econômica deve ser visualizado dentro do próprio sistema interestatal capitalista, com seus ciclos de expansão e retração.

A última vertente (sintetizada no trabalho de Cardoso e Faletto) de certa forma incorpora essa relação mais dialética do desenvolvimento, mas acaba se tornando restrita conforme o seu próprio discurso de ‘desenvolvimento dependente’ passa a ser incorporado nas trajetórias dos países subdesenvolvidos. A própria análise do papel das multinacionais e do capital internacional no desenvolvimento passa a ser incorporado na trajetória dos países, formando novas formas de relação políticas econômicas como as ocorridas principalmente na década de 1990.

Se por um lado a década de 1960 presenciou certo pessimismo com relação ao desenvolvimento na América Latina, dado o alcance limitado dos efeitos da industrialização da década de 1950 e com a formação de Estados ditatoriais por toda América Latina, a década de 1970 apresentou uma panorama diferenciado para os países periféricos. A crise internacional do início da década de 70 provocou mudanças

importantes no sistema mundial. No início dos anos 1970 se configurou uma nova formação geopolítica, com o fortalecimento dos países recém-construídos (principalmente Alemanha e Japão) que passaram a disputar mais o mercado com os EUA. Ao mesmo tempo ocorreu a crise do petróleo em 73 e a mudança do padrão monetário, com a imposição do padrão dólar-dólar no sistema monetário internacional. Essa nova estrutura levou em um primeiro momento a uma queda da taxa de juros e a um grande aumento do fluxo de capitais, incentivados pelos petrodólares e eurodólares. Obviamente essas alterações terão efeitos nos países periféricos, que diferentemente da década de 60 passaram por um novo período de estímulos a economia interna.

Durante os anos setenta, com a abundância de capital e com a industrialização já alcançada, ganharam força teorias que criticavam as teorias da dependência. Essas teorias críticas da década de 70 e começo dos 80 partiam de um maior nacionalismo metodológico, em que o papel do Estado voltava a ser central para o desenvolvimento. Sob a égide do nacionalismo metodológico nasceu uma *escola de pensamento* de concepção tanto crítica como propositiva.

Em torno da escola de economia da Unicamp se construiu nos anos setenta e início dos oitenta uma teoria que focava principalmente nos aspectos internos (endógenos) do desenvolvimento. Essa análise partiu de uma releitura do pensamento estruturalista e de suas estratégias econômicas feitas à luz de uma análise mais acurada das teorias de Marx, Keynes, Schumpeter e Kalecki, o que levou ao surgimento das *teorias do capitalismo tardio*. Dada a análise histórica das dimensões atingidas pelas forças produtivas na periferia, com uma produção desenvolvida de bens de capital, a questão que se colocava para essa escola era de como alcançar os mecanismos internos de acumulação de capital. Por isso grande parte das análises dessa escola de pensamento se direcionava para os mecanismos econômicos que poderiam desenvolver a economia interna, tanto do ponto de vista produtivo como da demanda efetiva. Entretanto, esse enfoque nacionalista do desenvolvimento se mostrou falacioso logo em meados da década de 1980.

A crise que abalou os países latinos americanos na década de 1980 irá revelar os limites das abordagens que partem do nacionalismo metodológico, em que o Estado é visto como um ente autônomo capaz de promover o desenvolvimento. Após a moratória mexicana em 1982, vários países latino-americanos passaram por um processo

semelhante, com uma forte restrição de divisas internacionais e um acelerado processo inflacionário. O período de grande expansão de financiamento externo foi sucedido por um forte estancamento de crédito nos países latinos. Essa alteração se torna mais esclarecedora do ponto de vista teórico quando se considera a situação distinta dos países asiáticos. Apesar de passarem por um processo semelhante de industrialização nas décadas anteriores, com um forte endividamento, não sofreram uma descontinuidade do financiamento externo, o que possibilitou uma continuação do desenvolvimento e uma futura nova inserção no sistema capitalista interestatal.

O descolamento dos países latinos em relação aos países asiáticos mostra a importância da consideração teórica sobre a inserção internacional e a relação construída com o principal centro de crescimento¹⁷. Apesar de fundamentais, essas considerações sobre a relação da inserção externa dos Estados com sua estrutura interna dificilmente é realizada de forma orgânica nas abordagens recentes, tanto nas ortodoxas quanto nas heterodoxas.

Vale notar a defesa do Estado nacional como elemento fundamental para o desenvolvimento feita pelos próprios estudiosos do desenvolvimento no leste asiático durante a década de 80. Grande parte das análises sobre o desenvolvimento asiático focou em uma abordagem institucionalista sobre como o Estado deve assumir um papel de formulador autônomo para guiar os interesses nacionais rumo ao desenvolvimento. Essa linha de defesa do Estado desenvolvimentista, com base no caso asiático, iniciou-se com o importante estudo de Chalmers Johnson sobre o Japão, ao que se seguiram os estudos de Alice Amsden, Robert Wade, Ha-Joon-Chang e Peter Evans, que analisaram também de forma minuciosa o caso sul-coreano.

Os “novos” desenvolvimentistas baseados nos casos asiáticos das últimas décadas, próximos do que foi realizado por List¹⁸ durante a fase de desenvolvimento

¹⁷ A importância da consideração desses pontos foi salientada precocemente por Prebisch ao analisar as diferenças no desenvolvimento entre os países periféricos causadas pela mudança da liderança da Inglaterra para os EUA. Na próxima seção se tentará desenvolver de forma mais aprofundada essa problemática, apresentando alguns autores importantes e desenvolvendo a abordagem de Antonio Gramsci sobre as alterações no sistema capitalista interestatal.

¹⁸ Friedrich List em sua obra ‘O Sistema Nacional de Economia Política’ irá contrariar os economistas políticos clássicos ingleses para argumentar sobre a importância das políticas nacionais para a indústria nascente dos países atrasados. List constrói primeiramente uma densa análise histórica sobre o desenvolvimento das principais potências econômicas no capitalismo, para mostrar que diferentemente da posição de Smith não foi pelo livre comércio que esses países obtiveram o desenvolvimento econômico, mas sim pelo protecionismo à sua economia doméstica. Através dessa observação histórica List propõe

alemão, defendem veementemente a necessidade do Estado se colocar como ator decisivo em relação aos interesses econômicos. Ao analisarem a ocorrência do processo de desenvolvimento detectam a importância do fortalecimento do Estado, mas ao invés de perceberem que a própria possibilidade de fortalecimento do Estado se deve a dinâmica do desenvolvimento em si, veem o Estado como o seu causador, como se fosse graças a sua atuação que o desenvolvimento foi alcançado.

As análises do desenvolvimento recente no leste asiático, dentro de uma tradição weberiana, defendem a formação de um Estado movido por uma burocracia meritocrática que guiaria o país ao desenvolvimento (Medeiros, 2010b). Dessa forma o que determinaria o desenvolvimento seria a existência ou não de tal *Estado funcional*. Apesar de analisarem e mostrarem a importância do papel do Estado no sistema capitalista, não observam as relações já estabelecidas por esses países no quadro geopolítico, o que *condicionaria* a plena realização desse Estado desenvolvimentista.

De forma análoga ao papel central para a dinâmica do capitalismo que a Alemanha assumiu no século XIX, os países asiáticos passaram a desempenhar a partir da década de 1970 um papel fundamental na dinâmica mundial. Ao se analisar o desenvolvimento desses países, por exemplo, não basta focar apenas na intervenção do Estado, já que a *forma* como esses Estados se inserem internacionalmente e como são estruturados internamente são também fortes condicionantes para a obtenção do tal desenvolvimento. Por isso tornar-se fundamental incorporar não só a importância do Estado desenvolvimentista, mas também a complexa relação entre o poder econômico e o poder político nas análises de desenvolvimento. Somente quando se atenta para a maneira como essa relação ocorre no sistema capitalista interestatal se poderá entender porque os Estados tomam (ou não) determinadas atitudes políticas que levariam (ou não) ao desenvolvimento.

Durante a década de 1990 teorias ortodoxas do desenvolvimento também foram construídas partindo de uma funcionalidade do Estado, mas ao invés desse Estado ser

que deve ser adotado nos países em desenvolvimento barreiras tarifárias e alfandegárias que busquem o crescimento da indústria nascente, pois o livre comércio seria benéfico apenas para as economias já desenvolvidas ou em um mesmo nível técnico. List como autor de um estado alemão em desenvolvimento defende que em uma situação de livre mercado as economias desenvolvidas tolheriam o surgimento (ou avanço tecnológico) das economias mais atrasadas, determinando assim a continuidade da divisão do trabalho. Por isso seria papel do Estado nacional impor práticas que defendessem a indústria nacional para desta forma ser possível obter o desenvolvimento.

um promotor de políticas que guiassem ao desenvolvimento, a sua função seria construir instituições que promoveriam a plena implantação dos mecanismos de mercado. Se por um lado o tratamento econômico dessas concepções neoliberais é completamente diferente das concepções nacionais desenvolvimentistas, do ponto de vista político (a concepção de Estado) é muito próxima, já que em ambas o Estado é considerado como um ente em si, em que as instituições por si só gerariam as mudanças planejadas. Entretanto, diferentemente do ‘Estado Desenvolvimentista’, o ‘Estado Neoliberal’ não se preocupa em promover a indústria e/ou a demanda efetiva, já que sua preocupação está em criar as instituições que garantam a prevalência da lógica do mercado, trazendo consigo o desenvolvimento ‘natural’ do capitalismo.

Douglass North no seu trabalho *Institutions, Institutional Change and Economic Performance* de 1990 expõe de forma definitiva essa visão institucionalista neoclássica do desenvolvimento. North parte da questão próxima a de Coase, mas ao invés de buscar explicar a existência das firmas no mundo neoclássico, busca explicar as instituições. Dessa forma sua abordagem institucionalista também se baseará na existência de custos de transação, com a criação das instituições com o objetivo de reduzir a incerteza existente na economia. A teoria institucionalista neoclássica concebe as instituições políticas dissociadas da economia, mas com intervenção de uma na outra. Dessa maneira a economia poderia estar subjugada às instituições políticas.

Nos países periféricos, por exemplo, o subdesenvolvimento decorreria da existência de instituições que inibiriam as relações econômicas, dado que essas instituições persistem devido à racionalidade política dos grupos existentes ligados ao Estado. Assim North faz uma grande exaltação ao Estado Liberal, que permanentemente contido pela separação dos poderes e pela inviolabilidade da propriedade privada, não tolhe, mas garante proteção e estabilidade aos contratos privados. Nas economias subdesenvolvidas aconteceria o contrário, já que com um Estado discricionário haveria um tolhimento das iniciativas individuais, o que impediria o desenvolvimento capitalista.

Tanto as abordagens ortodoxas quanto as abordagens heterodoxas recentes deixam claro seu viés nacionalista metodológico, em que o Estado é visto como principal elemento orientador do desenvolvimento. Apesar de incorporarem a questão política, essa está sempre pautada pelo caráter econômico. O Estado, tanto neoliberal

quanto desenvolvimentista, só existiria para a finalidade de obter o desenvolvimento econômico, isento de maiores questões políticas, que por sua vez também condicionam a formação de um padrão Estatal.

Por outro lado, nas análises de cunho “dependentista”, apesar de buscarem incorporar a dinâmica interestatal, essas análises são feitas a partir de um processo mecânico em que fatores políticos e sociais se reduzem ao econômico, ou seja, dada a existência constante de um fluxo de excedente da periferia para o centro, o desenvolvimento seria inibido para os países subdesenvolvidos. Visto dessa forma, vários processos de desenvolvimento, como o caso da Alemanha e dos EUA no século XIX e dos países asiáticos nas últimas décadas, não poderiam ser explicados.

Portanto, quando se busca entender a formação de um momento histórico de desenvolvimento fica evidente a necessidade de um arcabouço teórico que incorpore as esferas políticas e econômicas de maneira inseparavelmente interligadas, pois somente a partir dessa unidade se torna possível entender as formações políticas econômicas dentro do sistema capitalista interestatal.

A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DENTRO DE UMA PERSPECTIVA POLÍTICA “ALTERNATIVA”.

“Hoje, tanto quanto antes, não são apenas as metas e pressões econômicas, nem tampouco apenas os motivos políticos, que constituem as principais forças motrizes das mudanças. Nem a aquisição de ‘mais’ dinheiro ou ‘mais’ poder econômico é a meta real da rivalidade entre os Estados ou da ampliação do âmbito do Estado, nem a aquisição de maior poder político e militar constitui simplesmente uma máscara, um meio para atingir a meta econômica. Os monopólios de violência física e dos meios econômicos de consumo e produção, sejam coordenados ou não, estão inseparavelmente interligados, sem que um deles jamais seja a base real e o outro meramente uma ‘superestrutura’. Juntos, formam o cadeado que liga a corrente que agrilhoa homens entre si.” - Norbert Elias, O Processo Civilizatório: Formação do Estado e Civilização.

As análises com abordagens com caráter estritamente ‘nacional metodológica’ negligenciam o complexo papel desempenhado pelo Estado na economia capitalista, não analisando as influências das próprias características econômicas e sociais do país

nas instituições que regem o mercado. Por isso, acabam por compreender o Estado como um ser autônomo (de forma semelhante ao 'individualismo' na abordagem neoclássica), não possuindo conflitos de classes ou disputas dos setores econômicos dominantes pelo poder estatal. Essa concepção de Estado possui grande influência do Estado weberiano, baseado na constituição de uma burocracia meritocrática que guiaria a nação a seu *destino*. Esta concepção, extremamente impregnada de positivismo, coloca no Estado a capacidade de agir como um ente a parte, como se existissem os processos econômicos se desenvolvendo 'naturalmente' no mercado e em uma esfera separada o Estado, sendo estabelecido por um grupo de esclarecidos que pudessem intervir na vida comum da economia. Somente dentro dessa perspectiva se torna 'compreensível' o estabelecimento de uma crença de que as 'cartilhas' macroeconômicas empreendidas pelas diversas tradições da teoria econômica pudessem levar ao desenvolvimento.

A perspectiva nacional metodológico não concebe o Estado inserido em um sistema internacional, possuindo uma complexa dinâmica de poder atrelada às relações econômicas. A importância de entender o Estado no panorama internacional não se refere somente aos aspectos mercantis, mas principalmente aos próprios desdobramentos da inserção do Estado no sistema capitalista interestatal com uma complexa relação geopolítica. De maneira semelhante a que o indivíduo não deve ser tratado de maneira autonomizada no mercado, o Estado deve ser entendido tanto do ponto de vista de uma estrutura de classes interna, quanto inserido em um sistema internacional.

A partir da perspectiva do Estado concebido por Antonio Gramsci, objetiva-se investigar nesta seção como as relações entre Estado, classes sociais e interesses econômicos privados, dentro do sistema capitalista internacional e nacional, são estruturados e evoluem na formação e trajetória do desenvolvimento. Por isso a importância de compreender melhor os conceitos desenvolvidos por Gramsci, principalmente no que concerne a esfera internacional, dada a tradição nacional metodológica da noção de desenvolvimento.

A reformulação do materialismo histórico que foi empreendido por Gramsci envolve construir uma concepção alternativa do estado, como enfatizado por Adam Morton em *Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global*

economy. Segundo Morton, Gramsci atenta para o erro comum nas Ciências Políticas de considerar o conceito de Estado somente como sociedade política, sem atentar para a balança entre a sociedade política e a sociedade civil¹⁹. Essa concepção vê no estado um indivíduo autônomo, como uma abstração do organismo coletivo que adquirir vida autossuficiente para se mover com sua própria vontade. Em contraste, o Estado é visto por Gramsci como uma forma de relação social²⁰, em que se podem fazer distinções metodológicas entre o conjunto de organismos privados na sociedade civil e aqueles do Estado ou da sociedade política (Morton, 2007). Por sua vez, essas duas esferas correspondem respectivamente à função de *hegemonia* e de *dominação direta*, ou seja, através dos organismos privados da sociedade civil se exerce a hegemonia no sistema capitalista, a qual poderá vir a estar (mas não necessariamente) relacionado com a dominação direta exercida pela sociedade política.

Ampliando a discussão sobre o Estado, Gramsci cria o conceito de *estado integral* para se colocar contra a divisão de poder incorporado na concepção liberal de política, em que o Estado simplesmente se refere ao aparato representativo do governo. Dentro de uma concepção historicista da economia crítica, qualquer representação

¹⁹ O conceito de sociedade política pode ser exemplificado pelos aparatos coercitivos do estado em moldar a massa popular em acordo com o tipo de produção e economia em um dado momento, enquanto a sociedade civil pelas chamadas organizações privadas, igreja, sindicatos, escolas, universidades etc.

²⁰ Os textos de Gramsci, principalmente os Cadernos do Cárcere, possuem várias abordagens distintas, por isso julgamos importante destacar que a perspectiva aqui adotada diverge das abordagens estruturalistas, em que possui um peso forte no autonomismo das esferas e não na concepção orgânica das determinações. Nicos Poulantzas com um grande viés “althusseriano” entende o Capital como uma obra estritamente econômica, sendo por isso importante construir uma análise política do capitalismo assim como Marx teria feito com a economia. Assim a política seria uma estrutura autônoma, que se correlacionaria com a economia na definição de um projeto hegemônico e de um momento histórico (ver Poulantzas, 1973). Bob Jessop e Joachim Hirsh, de certa forma, partem dessa abordagem estruturalista para contornar as críticas sofridas por Poulantzas e aprofundar essa abordagem. Jessop (ver Jessop 1982, 1983) irá propor uma teoria da conexão estrutural ou uma teoria da articulação, buscando se ater nas relações entre as estruturas. O mecanismo com que os diferentes sistemas seriam integrados, articulados, seria o projeto hegemônico do capital. Assim as diferentes partes não teriam unidades até serem coordenadas por um projeto. Hirsh (ver Hirsh 1978) por sua vez buscou mostrar como a relação entre o econômico e o político seria um processo histórico (uma relação dialética) entre objeto (resultado histórico entre luta de classe) e sujeito (luta de classe condicionada por e transcendendo suas próprias premissas históricas). Entretanto essa relação se determinaria estruturalmente, interconectando estruturas e relações em níveis diferentes, como políticas, econômicas e ideológicas, o que implica na determinação histórica, em que as lutas de classe seriam um motor de uma história já determinada pelo nível das leis gerais do capitalismo. Como apresenta Werner Bonefeld: “The deficiencies of the conception of structural relations are to be overcome by combining them with the explication of reactive and reflexive patterns of behavior of different capital ‘logics’ that follow, in subjective fashion, the impulses given by the development of objective laws of capitalist development. As a consequence, capital no longer exists as class struggle, pervading social reality as a whole. (...) The resulting eclecticism construes the fragmentation of different phenomena as a causal relation. (...) Basic is the struggle between different capital strategies in their attempt to capture the state within a structurally predetermined development, making the recoupling of a mode of articulation a contingent process (Bonefeld 1992, pg. 97 e 98).”

individualizada do Estado é meramente metafórica. O Estado é concebido, segundo Gramsci, como resultado de combinações determinadas historicamente por grupos verticais e estratificações horizontais, envolvendo a coexistência de culturas diferentes unidas pela coerção e pela consciência ou consentimento moral (Morton, 2007). Logo, o estado não é agnóstico e o conjunto de classes que o constitui tem uma atividade formativa na economia e na sociedade, assim Gramsci destaca que ‘não se pode falar de poder do estado, mas somente da camuflagem do poder’ (Gramsci 1995: 217–18, Q6§75²¹), através da hegemonia na sociedade (Morton, 2007). Por isso o próprio estabelecimento dos grupos orgânicos dentro da sociedade civil na relação com a sociedade política formará uma relação social de hegemonia.

Várias formas de difusão e de ação direta e indireta podem ser vistas como exercício de relação de *classe hegemônica*. Segundo Gramsci, hegemonia dentro da esfera da sociedade civil é constituída quando os cidadãos passam a acreditar que a autoridade sobre a suas vidas emana deles mesmos. Hegemonia é articulada através de capilaridades do poder, sendo transmitida organicamente através de *infusões sociais*, como as escolas, nomes de ruas, arquitetura, família, espaços de trabalho, igreja. Gramsci indica como as esferas subjetivas, através dessas infusões sociais, se inter-relacionam em determinados momentos dentro das relações de força²², destacando a relação da força social da produção, a relação da força política e a relação da força militar. Para Gramsci, o exercício normal da hegemonia é caracterizado pela combinação de força e consentimento, sem um predomínio excessivo da força sobre o consentimento.

A hegemonia será marcada, portanto, pela passagem decisiva da estrutura para a esfera complexa da superestrutura. Gramsci irá capturar a relação dialética entre estrutura econômica e superestrutura ideológica, através da concepção de *bloco histórico*. A polarização marxista tradicional entre estrutura econômica e superestrutura

²¹ Neste artigo, adotou-se uma convenção específica para as citações referentes aos Cadernos do cárcere. Além de oferecer a referência para as antologias selecionadas, o número do caderno (Q) e o da seção (§) acompanham todas as citações.

²² É importante salientar mais uma vez a diferença de concepções de causalidade das forças materiais no processo histórico. Muitos autores marxistas consideram os processos materiais como determinantes históricos, quando na verdade não passam de estruturas condicionantes. Essa diferenciação pode ser exposta no comentário de Lenin sobre a visão determinista da história dos Mensheviks: “*The Mensheviks think that history is the product of material forces acting through the processes of evolution. I think, with Marx, that man makes history, but within the conditions, and with the materials, given by the corresponding period of civilization. And man can be a tremendous social force.*” (Quoted in Horowitz, 1969. p. 10).

ideológica será fundamentalmente reconstruída. Para Gramsci, o desenvolvimento inter-relacional e recíproco da estrutura e da superestrutura foi encapsulado dentro do conceito de bloco histórico. O complexo, contraditório e discordante conjunto de superestruturas é o reflexo das relações sociais de produção. Segundo Morton (2007) a inovação teórica de Gramsci foi que enquanto a estrutura econômica poderia colocar certos limites, também reconheceu que os fatores da superestrutura têm certo grau de autonomia. Assim existe uma reciprocidade necessária entre as relações sociais de produção e as ideias dentro da esfera das relações sociais do estado civil.

As relações de produção não podem garantir a manutenção do poder social sem articular ideias de apoio que dão forma para a estrutura econômica, *“it is on the level of ideologies that men become conscious of conflicts in to the world of the economy. (Gramsci 1971: 162, Q13§18)”* A existência da hegemonia é, portanto, necessária para a emergência do bloco histórico. Somente quando a hegemonia é estabelecida por um grupo social através do domínio das relações sociais do estado-civil pode representar o desenvolvimento completo do bloco histórico. Entretanto a relação entre hegemonia e bloco não é direta, mas constantemente construída, contestada e nunca uma simples reflexão estática de uma aliança das forças de classes sociais, o que salienta a existência de certa autonomia do mundo das representações, ou melhor, da hegemonia.

Dada a complexidade das relações da hegemonia é importante salientar que enquanto a formação de um bloco histórico é situada em nível nacional, a hegemonia pode se manifestar como um fenômeno internacional através da expansão em escala mundial de um modo particular de produção. *“Every relationship of “hegemony” is necessarily an educational relationship and occurs not only within a nation, between the various forces that comprises it, but in the entire international and world field, between complexes of national and continental civilizations (Gramsci 1995: 156–7, Q10II§44).”* Entretanto, isso não significa a falta de importância do âmbito nacional no desenvolvimento das relações, ao contrário há uma intermediação dialética que parte do hegemônico. Gramsci colocando a questão nacional como ponto nodal (Jessop, 2006) possibilita analisar o concreto desenvolvimento das relações sociais de produção e de relacionamento entre política e economia. Esses elementos são inseridos na luta pela hegemonia dentro do Estado, sob uma perspectiva internacional.

Gramsci ao conceber conceitos que servem para discernir os aspectos do caráter

hegemônico internacional dos aspectos do carácter nacional, acaba por criar, quase que por indução, a noção de uma mudança adversa ao caráter local. A distinção entre processos nacionais e internacionais de hegemonia leva a possibilidade de alteração na estrutura nacional “condicionada” pelas relações de produção internacional, ao que Gramsci denominará de “revolução passiva”. Esse conceito se refere a uma situação em que as modificações na estrutura econômica do país são realizadas em uma situação de dominação sem o líder (“ditadura sem hegemonia”, como denomina Gramsci). Isso pode vir a ocorrer porque o ímpeto do progresso não é ligado a um vasto desenvolvimento econômico local, mas em oposição a um reflexo do desenvolvimento internacional que transmite sua ideologia corrente para a periferia – corrente nascida do desenvolvimento produtivo dos países mais avançados (Gramsci, 1971).

Just as, in a certain sense, in a given state history is the history of the ruling classes, so, on a world scale, history is the history of the hegemonic states. The history of the subaltern states is explained by the history of the hegemonic states (Gramsci 1995: 222–3, Q15§5)."

A revolução passiva pode ser entendida, portanto, como uma teoria da sobrevivência e reorganização da identidade do Estado através da qual as relações sociais são reproduzidas em novas formas consonantes com as relações de propriedade capitalista internacionais. Obviamente essa mudança a reboque não ocorre de forma direta, mas através de um processo dialético em que a origem das mudanças nas relações políticas econômicas não é oriunda de processos internos, mas sim das mudanças advindas da estrutura internacional. A revolução passiva não significa que o caráter local não terá participação na reformulação da relação entre Estado e Mercado, ao contrário, será exatamente o aspecto nacional que intermediará a *forma* de ocorrência da mudança vinda da hegemonia externa²³.

Alterações na relação de produção internacional colocarão novos conflitos aos Estados Nacionais, que através dos seus conflitos de classe internos irão interagir com a nova relação interestatal. Tendo sempre a estrutura hegemônica nacional como um

²³ A importância dessa intermediação dialética da esfera nacional se torna fundamental para entender grande parte dos equívocos (ou exageros) cometidos pelos teóricos “dependentistas” ao tratar da transferência do excedente externo. Enquanto muitos economistas partem do nacionalismo metodológico, as teorias “dependentistas” com uma visão ‘ortodoxa’ do imperialismo entendem a esfera externa como um ‘braço’ mecânico de retirada do excedente para impedir o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Dessa forma essas teorias não conseguem capturar a complexidade das relações que ocorrerão internamente e serão responsáveis, em última instância, pela *forma* que assumirão os padrões políticos econômicos de desenvolvimento.

ponto nodal, essa nova remodelação que ocorre na *forma* de uma *revolução passiva* será correlacionada com as antigas estruturas das relações de produção internas. Portanto, o termo revolução passiva é um conceito-junção, que revela continuidades e mudanças dentro da ordem do capital. Desta maneira a revolução passiva indica a existência de mudanças profundas nas relações de produção, mas que por não se originarem de modo autônomo dentro do Estado ficam suscetíveis aos antigos padrões internos. Ou seja, a estrutura hegemônica nacional já estabelecida se tornará a ‘representante’ dessas novas modificações nas relações sociais de produção.

Logo o caráter passivo da revolução está na questão da intervenção do Estado (integral) no processo, ou seja, na inclusão (e exclusão) de novos grupos sociais dentro da hegemonia do poder sem provocar qualquer expansão do controle político pelas massas produtoras. O que desencadeia um processo de mudanças sem atender aos interesses mais profundos das classes subordinadas.

Essa breve exposição do conceito de revolução passiva exposto por Gramsci possibilita elucidar simultaneamente a importância do sistema interestatal e das relações das classes sociais na reprodução do sistema capitalismo. Desta forma a teoria da revolução passiva fornece um método de análise que combina a estrutura geopolítica com as relações de produção capitalista, as quais irão *condicionar* os processos de formação do Estado. A análise materialista histórica permite, portanto, incorporar as questões geopolíticas nas trajetórias de desenvolvimento econômico dos Estados, já que o sistema interestatal está internamente relacionado às relações capitalistas de produção. Este método possibilita, inclusive, uma apreciação da espacialidade nodal do capitalismo ou de como diferentes escalas entre localidades relacionam-se de forma diferenciada ao longo do tempo sob condições de desenvolvimento desigual (Agnew, 2003).

A esfera internacional pode ser compreendida de forma semelhante à esfera nacional, com seus mecanismos de competição que levam a criação de hierarquias e processos discriminantes de apropriação. Essa questão fica muito clara quando Gramsci analisa a formação do Estado Italiano, salientado na questão da desigualdade Norte-Sul, tanto do ponto de vista externo quanto interno. Assim a dinâmica das relações sociais de produção ao se revolucionarem através de suas estruturas hegemônicas criam desenvolvimentos desiguais, tanto mundialmente quanto dentro dos Estados Nações.

A estrutura das relações entre os Estados, assim como entre os grupos internos, passam a ter papel decisivo na trajetória de desenvolvimento. Países ou grupos distintos ao realizarem políticas semelhantes para alcançarem o desenvolvimento possuem níveis de sucesso diferentes, que não necessariamente se devem a sua ‘capacidade’, mas a própria *forma* de inserção desse Estado ou grupo dentro da estrutura da relação de produção. Portanto, “*na esfera internacional, a competição, a luta para adquirir propriedade privada, cria as mesmas hierarquias e o mesmo sistema de escravidão que são vistos na esfera nacional*” (Gramsci, 1977, p. 69). Dessa forma, determinada trajetória de desenvolvimento não deve ser vista como uma reação individualizada ou uma estratégia linear de um grupo, mas um processo repleto de contradições internas que acaba por consolidar um determinado padrão.

A incorporação de todas as esferas de relações sociais (políticas, culturais, econômicas) para o estudo do desenvolvimento é um objeto extremamente complexo, que possui o perigo de se perder na abstração de conceitos que buscam a análise generalista de uma concepção teórica purista. Por isso a análise histórica tendo como perspectiva a abordagem construída de forma dialética se torna fundamental para poder mensurar as relações entre os fatores externos e internos de uma trajetória de desenvolvimento. É somente pelo entendimento da especificidade do movimento nessas sociedades como uma unidade dialética de ambos, e como uma síntese dos fatores ‘internos e externos’, que se pode explicar a particularidade dos processos sociais, políticos e econômicos.

A importância da construção histórica não está em mostrar as mudanças materiais da sociedade como a base das transformações nos países em desenvolvimento, muito menos almejar uma explicação mecânica entre a evolução material do capitalismo e seu reflexo nessas economias. A importância de uma análise histórica está na dedicação de se considerar a especificidade de cada processo de transformação no sistema capitalista interestatal devido as condições impostas pelas transformações materiais. Ao contrário das construções explicativas abstratas e vagas para mostrar como as mudanças no mercado provocam novos fenômenos, que perde a sutil relação existente nos processos reais, a construção histórica permite mostrar como por meio da história de determinado país, diferentes setores das classes locais se aliam e/ou se confrontam com interesses estrangeiros, organizando diferentes *formações estatais*, que sustentam ideologias distintas e tentativas diversas para implementar determinadas

políticas ou estratégias para lidar com os desafios vindos das mudanças dos Estados hegemônicos no capitalismo.

O estudo orgânico das sociedades não hegemônicas como uma unidade dialética de fatores internos e externos implica que os efeitos condicionantes de cada um desses elementos no movimento dessas sociedades só podem ser estudados de forma separada com o objetivo de se entender de que forma ocorrem as relações entre essas esferas, para a partir dessas relações, analisar as possíveis implicações. O estudo individualizado de cada parte do todo só deve ser realizado tendo como intenção entender as suas relações com o todo e como daí surgem a imposição de suas condições, não analisando as partes separadas para induzir implicações separadamente de cada fator. De forma análoga, o fato da dinâmica interna das sociedades não hegemônicas ser um aspecto particular da dinâmica geral do sistema capitalista não implica que sejam produzidos efeitos concretos dessa forma geral na particular, mas sim que a particularidade contenha expressões concretas desse efeito geral.

O sistema externo irá reaparecer como um fenômeno interno através das atitudes dos grupos e classes sociais locais, que irão possuir seus mesmos interesses e valores. Entretanto, esse fenômeno de incorporação interna dos fenômenos externos não se dá de forma automática ou linear (nem necessariamente hegemônica localmente), pois também haverá outros grupos e forças internas que se oporão a esses interesses e valores. É, portanto, do desenvolvimento concreto das contradições entre esses grupos opostos que serão geradas as especificidades dinâmicas das sociedades.

O esforço de análise das *formas* concretas de determinado padrão de desenvolvimento deve ser orientado no sentido da elaboração de conceitos capazes de explicarem como as tendências gerais na expansão capitalista são transformadas em relações específicas entre homens, classes e Estados, assim como essas relações específicas por sua vez reagem sobre as tendências gerais do sistema capitalista. A partir da compreensão dessas relações específicas pode-se entender como os próprios processos internos e externos se refletem um no outro, ambos com suas compatibilidades e contradições, que por essas especificidades dinâmicas geram padrões concretos (*blocos históricos*).

Todavia, a escolha por essa abordagem da análise histórica não significa de

maneira alguma uma expectativa de alcançar uma explicação que seja capaz de explicar todos os processos. A não obtenção de uma análise capaz de explicar todos os fenômenos não se deve necessariamente à uma aplicação errônea do método. Não há como objetivo nessa análise histórica obter uma explicação detalhada do que ocorreu ou de como se formou um determinado processo, muito menos prognosticar a exata trajetória dos eventos futuros, pois isso não passaria de uma ilusão tendo em vista todas as singularidades, incertezas, contradições e porque não surpresas da história (Palma, 1978). A história sempre nos trará surpresas, independentemente do método aplicado para analisá-la, com as suas imprevistas manifestações oriundas das muitas diversas determinações, que nos são em grande medida irreconhecíveis prioristicamente. Em decorrência da sua própria forma de manifestação, a história jamais poderá ser determinada em todas suas nuances, podendo apenas, na melhor das hipóteses, ser compreendida através da análise de suas determinações e contradições.

CAPÍTULO 2

UM PASSO ATRÁS: AS ALTERAÇÕES DO NEOLIBERALISMO ARGENTINO.

La relevancia que adquiere el estudio de la evolución y focalización sectorial de la IED en la Argentina reciente es múltiple: por un lado, el capital extranjero es un actor que forma parte de la estructura productiva de nuestro país, siendo clave en lo que refiere a la inserción de las economías emergentes en el sistema económico mundial. Por otra parte, dicho capital deviene en un agente fundamental a nivel político debido al considerable poder de veto que le otorga el hecho de ser un poseedor de divisas, en asociación con las élites locales. - Marcelo Diamand - Doctrinas económicas, desarrollo e independencia (1954).

Antes de podermos analisar a formação e o desenvolvimento de um modelo político econômico é fundamental entendermos quais são as bases que deram origem a essa nova fase. A compreensão do ponto de partida de um novo período se torna importante para não entender esse processo de maneira casual, em que diversos agentes e trajetórias seriam meros acasos ou determinações espontâneas. A busca por compreender a formação de um processo ajuda a evitar os erros em reduzir uma trajetória pela determinada ação de um grupo específico, deixando de considerar os fatores que condicionaram essas ações. Dentro dessa busca por uma trajetória histórica no processo de desenvolvimento da economia argentina que se objetiva estudar brevemente o período neoliberal para poder analisar a fase atual de novo desenvolvimentismo.

A década de 1970 marca um período de grandes mudanças, representando um momento de crise em relação ao período anterior do pós-guerra. Durante esses anos ocorrem vários processos e elementos que irão delimitar um novo rearranjo no sistema capitalista. A partir da segunda crise do petróleo em 1979 e da ofensiva política Reagan-Thatcher se instalou um modelo político econômico que ficou conhecido como neoliberalismo. Esse modelo irá ocorrer em vários países, mas em alguns casos (principalmente nos países periféricos) de forma mais brusca e com maiores impactos na própria estrutura do estado. O neoliberalismo, apesar de apresentar muitas características semelhantes em todos os países, irá provocar inserções diferentes na divisão internacional do trabalho, como fica claro quando se compara os casos asiáticos

e latinos.

A introdução do sistema neoliberal ocorreu principalmente nos anos 80, com clara definição de suas principais linhas durante os anos 90. No pós-guerra o mundo se encontrou em um novo ambiente político, o qual era claramente marcado pelas disputas entre EUA e URSS que deu origem a guerra fria. Dado esse panorama e o alto grau de devastação econômica dos países envolvidos na guerra, os EUA desenvolveram uma ampla política de fortalecimento do estado com sua intervenção no mercado para promover um maior crescimento econômico juntamente com uma melhoria nas condições sociais. Assim, o período pós-guerra é caracterizado pela guerra fria, com o confronto entre dois sistemas antagônicos e a total supremacia norte-americana no bloco capitalista, criando instituições e mecanismos para propagar e expandir seus interesses.

Políticas americanas durante a guerra fria como o “kenesianismo expansionista” marcaram um período de grande prosperidade nos países desenvolvidos. Os casos mais bem sucedidos de desenvolvimento foram marcados por combinação de exportação de manufaturas local e com subsídio de bens de capital, além do estrito controle financeiro. Assim a possibilidade de financiamento com os EUA acontecia por uma espécie de ‘desenvolvimento a convite’, sendo uma estratégia americana de não apenas permitir como também em vários casos promover o desenvolvimento econômico.

As políticas de intervenção econômica iniciadas pelo estado norte-americano no pós-guerra marcaram o Estado Nacional Keynesiano, com a intenção definida de promover políticas macroeconômicas que buscassem o pleno emprego. Aliado ao fordismo e a produção em massa, o capitalismo obteve um crescimento sustentado histórico. Nos países periféricos, como os asiáticos e latinos, esse processo também ocorreu com grande intervenção estatal, principalmente focada na substituição de importação com o intuito de promover a industrialização, processo que ficou conhecido como o Estado Desenvolvimentista.

Entretanto, o sistema político econômico estabelecido no pós-guerra começou a apresentar um claro desgaste no começo da década de 70²⁴. Os EUA já não apresentavam as mesmas taxas de produtividade das décadas anteriores, o que levou a

²⁴ O fim do período conhecido como era de ouro do capitalismo possui um amplo e aprofundado debate, com várias correntes do pensamento econômico e político. Para ver maiores detalhes: Tavares (1997 e 2000).

um forte crescimento das importações dos produtos das economias recém-recuperadas, como Alemanha e Japão. Esse processo colocava uma imposição à continuação do sistema devido ao modo como o sistema monetário internacional estava construído. O dólar era convertido em ouro, o que não era problema devido às imensas reservas adquiridas pelos EUA até a II Guerra Mundial. Entretanto, nos últimos anos da década de 60 e começo dos 70 esse processo se inverte, com uma forte emissão de moeda americana que fica sem lastro em ouro²⁵. Dado esse impasse que é agravado com o primeiro choque do petróleo em 73, o governo Nixon decide acabar com a convertibilidade do dólar e esse passa a ser o padrão monetário internacional.

Esse cenário político continua até o final da década de 70, quando ocorre o segundo choque de petróleo (1979) e a política norte-americana coloca fim ao Estado Nacional Keynesiano. O grande crescimento dos países europeus no pós-guerra irá gerar uma grande massa de capital em dólares (eurodólares), a qual inicia uma pressão para ser reinvestido. O mesmo acontece com os novos fundos de capital vindos dos países árabes (petrodólares). Até esse momento havia uma grande restrição para a aplicação de capital em outros países. Assim esses fundos passam a realizar uma forte pressão para investir nos novos mercados mundiais. Durante toda a década de 80 é realizado um vigoroso processo de liberalização financeira e desregulamentação.

Grande parte das restrições internacionais quanto à mobilidade de capitais são desfeitas, o que possibilita uma grande tomada de empréstimos dos países em desenvolvimento. Esses até então sofriam uma grande restrição de oferta de crédito internacional. Entretanto, os juros baixos que possibilitaram a tomada de grandes aportes de capital não continuaram. O presidente dos EUA Ronald Reagan em 1981 promove uma política de forte desvalorização da moeda americana, com um forte crescimento da taxa de juros. Essa política irá reverter bruscamente a direção dos fluxos de capitais para o mercado norte americano. Evidentemente esse processo será decisivo para os países em desenvolvimento, com destaque para os latinos. O aumento brusco da dívida irá colocar uma forte restrição na balança de pagamentos. Esses países apresentavam um forte processo inflacionário, o que era agravado com a recessão

²⁵ O padrão monetário internacional irá apresentar um papel fundamental na determinação dos modelos de crescimento dos países. Como foi analisado por Serrano (2008) o padrão dólar flexível será determinante na retomada do poder econômico americano. Os EUA através da manutenção da sua moeda como o padrão monetário internacional ampliam as suas dívidas ao mesmo tempo em que realizam grandes desvalorizações que garantem uma posição favorável no mercado mundial.

mundial que diminuía os preços dos seus produtos exportados. Grande parte dos eurodólares e petrodólares tomados serviu para realizar medidas que tentavam sanar a inflação, mas que acabavam por criar um processo cíclico de endividamento. Dessa forma um grande número de países latinos não tiveram condições de pagar suas dívidas, dando origem ao processo de moratórias no início da década de 80, que será marcada por um longo período de racionamento de crédito internacional.

Juntamente com esses desdobramentos durante todos esses anos os EUA apresentaram uma política exitosa de retomada da sua hegemonia econômica. Durante a década de 80 e maciçamente nos anos 90 o EUA implantou (muitas vezes através do Fundo Monetário Internacional – FMI) uma política de “Estado mínimo” e promoção de instituições que levariam a um mercado ‘eficiente’. Por trás desse discurso estava em marcha um vigoroso processo de restabelecimento de uma estratégia de acumulação, que levaria a hegemonia do capital em geral e do capital financeiro particularmente. Através da intensa desvalorização do dólar a economia norte-americana volta a ter uma grande competitividade, o que a leva a impor novamente o padrão econômico a ser seguido. A imposição norte-americana, apesar de ser contestada nos anos 70, passa a ser cada vez mais aceita (até mesmo pelos países desenvolvidos, como é exemplificado pela imposição de taxas cambiais acima da norte-americana aos países europeus).

Dado esse novo vigor econômico nos anos 80, os EUA impõem uma série de políticas e doutrinas, conhecidas como ‘Consenso de Washington’, que marcará definitivamente o modelo neoliberal. Dentro desse projeto econômico estava em primeiro plano a colocação do capital financeiro como peça chave para retomada do crescimento, o que foi possibilitado pela completa liberalização e desregulamentação financeira.

Será exatamente da política casada de desvalorização cambial com altos juros e liberalização/desregulamentação financeira que possibilitará aos EUA impor esse seu novo padrão de crescimento. Uma das principais ‘indicações’ do ‘Consenso de Washington’ diz respeito à austeridade monetária e fiscal que deve ser realizada pelos Estados. Para isso deveriam ser criados Bancos Centrais independentes que ficariam responsáveis por determinar a esfera monetária da economia, fixando a taxa de juros e assim o nível de moeda interno. Entretanto, como tentaremos evidenciar no caso argentino, essa independência não significa isenção política, mas apenas um viés para as

intenções norte-americanas (disfarçadas pelo discurso das benfeitorias do livre mercado) ao invés das nacionais. Desta forma, através dos bancos norte-americanos diversos países periféricos irão se endividar para tentar realizar o tão sonhado desenvolvimento. Todavia, esse ocorrerá de uma forma muito aquém da esperada por esses países, com exceção de alguns países do leste asiático, que obtiveram uma inserção internacional específica que os possibilitou um crescimento mais sustentado e com uma grande especialização em produção de maior intensidade tecnológica.

As políticas neoliberais norte-americanas não ficaram restritas ao financiamento, mas também tiveram um grande impacto na estrutura produtiva diretamente. Na fase anterior do pós-guerra, a estrutura industrial era basicamente marcada pelo fordismo, com um movimento sindical forte, o qual tinha grande conexão com o estado e com políticas sociais. Como será evidenciado no caso argentino, esse quadro será desfeito a partir dos anos 80, com um forte arrocho salarial e um duro combate aos movimentos sindicais. Assim, uma nova estrutura produtiva e salarial será formada e ocorrerá juntamente com a inserção do novo paradigma tecnológico da microeletrônica²⁶. O novo modelo de acumulação colocado pelo neoliberalismo irá colocar a frente o capital financeiro, desfazendo o tecido de relações entre a produção industrial fordista e a classe operária. Essa configuração ocorre paralelamente com a formação das grandes corporações globais²⁷, as quais terão um papel decisivo na reestruturação da divisão internacional do trabalho.

As grandes corporações irão aproveitar a desregulação financeira (facilidade de remeter divisas) e as novas estruturas de informação para deslocarem sua produção em busca de mão de obras mais baratas. Os países centrais continuam recebendo as divisas dessas empresas, enquanto os países periféricos irão receber uma grande quantidade dessas indústrias para montagem e construção dos produtos. Essa nova divisão internacional do trabalho apresentará possibilidades diferenciadas de inserção para os países. Os países do leste asiático, com uma grande densidade de mão de obra e uma relativa escassez de recursos naturais, se especializaram em bens com alta intensidade

²⁶ Klapinsky (1989) irá apresentar detalhadamente o processo de formação dessa nova estrutura produtiva oriunda das novas relações do trabalho e do novo paradigma da microeletrônica.

²⁷ As corporações globais se diferenciam das multinacionais, as quais nasceram na era da produção em massa como resposta ao saturamento dos mercados. As corporações globais são conglomerados muito mais dinâmicos e complexos, que através das novas tecnologias de informação conseguem maiores vantagens ao se tornarem globais, com uma ampla variedade de penetrações nos mercados dos diferentes países, como é analisado por Perez (2010).

em trabalho, o que possibilitou a realização de políticas que visem um *catching up* desses países até atingirem um padrão industrial intensivo em tecnologia. O que não aconteceu com os países latinos, que irão apresentar um processo de desindustrialização e uma supremacia do setor agroexportador. Desta forma se estabelecerá no final do período neoliberal uma grande conexão dos produtos primários latinos com o mercado asiático, com imenso predomínio do mercado chinês.

O CASO ARGENTINO

A Argentina durante os anos 80 e 90 será um nítido exemplo desse modelo neoliberal, como enfatizou Galafassi (2004) “(...) *Argentina es indudablemente uno de los mayores experimentos neoliberales de la periferia*”. A introdução do sistema neoliberal na Argentina, apesar de ter como marco a volta da democracia em 1983, possui grandes laços com a ditadura dos anos de 1976-83. Nesse período houve uma grande abertura financeira, com um grande aumento da dívida, que como já argumentado, levou não só ao processo de moratória como uma forte deterioração da indústria. Durante o pós-guerra esse país passou por um intenso período de Estado forte com a clara intenção de promover a indústria através do processo de substituição de importações. Entretanto, já na última fase da ditadura é iniciado o processo de deterioração da indústria e do próprio tecido estatal que regia a economia.

Apesar do papel importante da ditadura para a introdução do sistema neoliberal na Argentina, a sua implementação definitiva e implicações ficaram mais nítidas durante as décadas de 80 e 90. Será, portanto, na fase democrática que o processo neoliberal se consolidará de modo definitivo, com um ‘casamento’ das grandes empresas e das elites políticas.

Os anos 80 foram marcados por uma recessão mundial com uma forte restrição de divisas estrangeiras aos países latinos, devido principalmente as várias moratórias e o alto risco país. Durante esse período a Argentina passou por uma grave paralisia econômica, a qual se tornava mais indesejada com o processo de inflação elevado. Na década de 90 esse processo irá se reverter. Depois de realizada a liberalização financeira e a desregulamentação foram criados grandes fundos de investimentos ávidos por valorização. Logo, a Argentina com altas taxas de juros se tornaria um alvo certo.

Entretanto, para receber esses aportes monetários foram exigidas grandes modificações na estrutura política e econômica do país, como o processo de privatização com a entrada de um grande número de corporações multinacionais e uma série de políticas que garantissem a austeridade do governo.

A primeira vista esse processo parece estar de acordo com a tese de Tony Negri e Michael Hardt²⁸, no sentido de que o “Estado Nação” não é mais o sujeito do desenvolvimento mundial, pois passa a ser substituído pelo mercado global com uma tendência de diluição da importância das nações. Entretanto, a realidade não irá corroborar completamente com esta tese, devido ao papel fundamental do Estado na própria criação e expansão desse sistema. Na Argentina esse processo de brusca introdução do sistema neoliberal aconteceu através das elites políticas e econômicas argentinas valendo-se do próprio Estado (junto das grandes maiorias populares que acompanharam o processo). As elites argentinas que dominavam o panorama político tiveram grande participação nesse processo de alteração. Assim a elite agroexportadora, os grandes empresários das multinacionais e financeiras se uniram a burocracia estatal para realizar amplas medidas políticas que deterioraram a estrutura de política social, distributiva e de fomento a indústria construída na fase desenvolvimentista do pós-guerra.

A formação de um governo austero, com fortes cortes de gastos em programas sociais e com políticas de arrocho salarial, possibilitou uma entrada exuberante de capitais estrangeiros na década de 90. Outra medida importante para a consolidação do processo de implementação do modelo neoliberal foi tomada através do estabelecimento do Banco Central como um órgão ‘independente’, o qual ficaria responsável pelo regime monetário, controlando as taxas de juros e de câmbio. Dessa maneira o estado passou a se endividar para realizar os planos econômicos de contenção da inflação, que tinham como principal estratégia a valorização do câmbio real, atrelando a moeda a uma taxa de câmbio nominal fixa (o que pode ser visto nos gráficos²⁹ abaixo). A implantação da convertibilidade do peso em dólar levará em um primeiro momento a taxa de inflação próxima à zero, mas com uma taxa de juros anual próxima aos 50%, enquanto

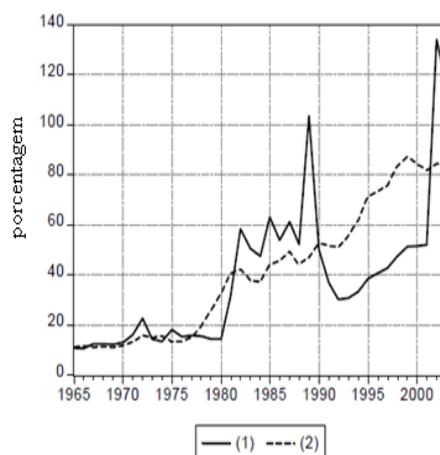
²⁸ A tese é referente ao livro *Império* de Hardt, M.; Negri, T. (2000)

²⁹ Apesar da queda na taxa de crescimento da dívida no início dos anos 90, devido ao recebimento das privatizações, a forte queda ilustrada no gráfico Débito Externo/PIB se deve principalmente a forte valorização da moeda. Esse percurso da dívida no início da década de 90 é similar ao início dos anos 80, como identificou DAMIL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. (2005).

Europa e EUA apresentam aproximadamente 7% anual no mesmo período. A grande diferença entre a taxa de juros interna e externa levou a uma grande entrada de capitais estrangeiros, mas implicou também em baixos níveis de investimento, dada a intencionalidade de valorização financeira desses capitais.

As políticas monetárias neoliberais que foram acompanhadas por uma alta taxa de juros, tinham como objetivo controlar a inflação e atrair divisas em moeda estrangeira que garantissem a manutenção da taxa de câmbio valorizada. É válido ressaltar que a criação desse esquema de atração de divisas e controle inflacionário só se tornou possível com a grande desregulamentação e liberalização financeira, que passou a permitir um grande número de transações entre empresas (antes regulamentado). Muitas empresas, principalmente filiais estrangeiras, realizavam grandes empréstimos que depois eram transferidos como dívida externa argentina³⁰.

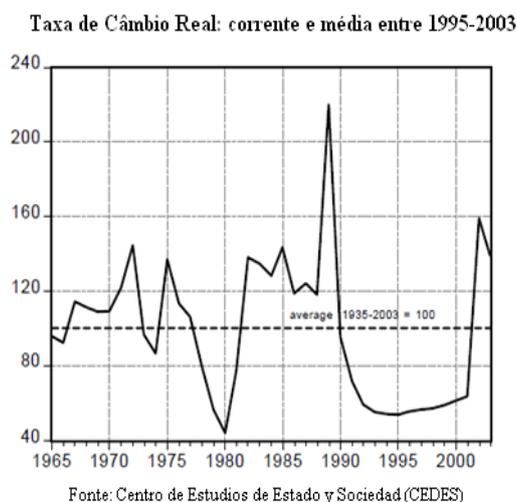
Figura 1
Débito Externo/PIB



(1) Débito em dólares multiplicados pela taxa de câmbio corrente e dividido pelo PIB em preços correntes
(2) Débito em dólares multiplicados pela taxa de câmbio PPP e dividido pelo PIB em preços correntes
Nota: Taxa de câmbio PPP foi calculada como a média da taxa de câmbio real entre 1935-2003, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor dos EUA e da Argentina.
Fonte: Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES)

³⁰ Durante os anos 90 grande parte da dívida externa argentina era formada pela dívida privada. Após a desregulação financeira se iniciou uma série de práticas e inovações antes coibidas. Muitas empresas multinacionais remetiam capital para suas filiais na Argentina e identificavam esses valores como empréstimo (dívida externa), quando na realidade se tratavam de movimentos de capitais intra-empresas. Assim, essas empresas compravam dólares e esses eram depositados em contas nos EUA. Com a garantia dessa conta pegavam novos empréstimos que entravam novamente no país para comprar mais dólar. Esse mecanismo das grandes corporações ficou conhecido como 'bicicleta financeira', que garantiram valorização permanente para as empresas e um aumento estrondoso na dívida externa argentina.

Figura 2



A alta taxa de juros, juntamente com as privatizações realizadas às pressas e sob muitas acusações de corrupção, levou a um completo sucateamento de uma parte significativa da indústria argentina (como apresentaremos durante esse capítulo), que só vai se recuperar após a moratória dos anos 2001. Na Argentina, como na América Latina em geral, esse processo levou a uma intensa desindustrialização, caracterizado pelo U-invertido como tratado por Palma (2010). Inicialmente essa abordagem tratava dos casos europeus de crescimento da renda com diminuição da industrialização e do emprego. Entretanto, na América Latina esse processo acontecerá com fortes políticas liberalizantes, que não só sucumbiu a indústria como fortaleceu de modo desproporcional o setor agrícola.

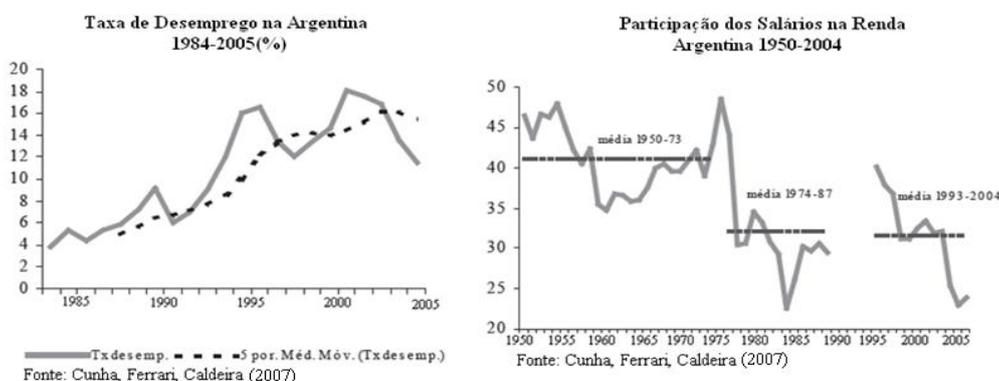
A destruição das políticas de industrialização com a grande abertura econômica e o plano de convertibilidade levou a Argentina a uma completa estagnação do mercado local. A convertibilidade³¹ apresentará um efeito extremamente perverso, já que afetará diretamente as pequenas e médias empresas, que perderam completamente a competitividade frente aos produtos importados. Também serão problemáticos os próprios efeitos nas contas do Estado, pois a Argentina construiu um modelo extremamente dependente do mercado externo. Esse grande aumento nas importações não ocorreu de forma compensada, o que evidentemente provocou grandes déficits na

³¹ Aqui vale nota o tipo de estrutura política utilizada para alcançar os objetivos políticos e econômicos dos grupos dominantes, como argumentou Katz(2001) em relação aos verdadeiros objetivos da convertibilidade: “Pero la convertibilidad más que una política inadecuada es un instrumento de disciplinamiento monetario destinado a garantizar el pago de la deuda externa. Es un mecanismo limitativo de la emisión para brindar seguridades de cobro a los acreedores. Este propósito fue sovacado por los propios desequilibrios que generó la paridad uno a uno al acentuar la pérdida de competitividad exportadora, agravar el bache fiscal y sustituir la vieja emisión por el endeudamiento descontrolado”.

balança de pagamentos. Dada as pequenas taxas de exportação no período, o país conseguia equilibrar os déficits na balança com um endividamento constante, o qual servia também para promover planos de controle inflacionário. Entretanto, o país se tornou refém dos processos internacionais e dos fluxos de capitais.

No final dos anos 90, com as crises asiáticas e russas, as taxas de risco país aumentaram bruscamente, encarecendo a tomada de novos capitais. A dívida argentina que estava na casa dos 7.000 milhões de dólares em meados da década de 70, passa para mais de 50.000 milhões em 86, chegando aos incríveis 180.000 milhões de dólares nos anos 2.000. Cada novo plano de endividamento junto ao Fundo Monetário Internacional era realizado com novas medidas e promessas de austeridade por parte do governo.

Figura 3



Entretanto, a situação social e econômica não permitia a continuidade do modelo de endividamento neoliberal. No final dos anos noventa a Argentina se deparou com uma completa crise social, que colocou em questão a própria soberania do Estado. Os níveis de pobreza e indignância atingiram níveis impensados para um país que já se ‘gabou’ de padrões europeus de desenvolvimento. Dessa maneira, em 2001 detona a maior crise da história argentina. A convertibilidade tinha se tornado impraticável, sendo cada vez mais difícil conseguir converter pesos em dólares. O país que já passava por fortes problemas sociais e econômicos, passa por uma grave crise de liquidez, devido à enorme procura por dólares.

Em 19 de dezembro de 2001 em meio a uma das piores crises da história da argentina, que afundou sua economia e suas finanças, milhares de manifestantes foram as ruas e derrubaram o governo e iniciaram um novo período de revoltas no país. Durante três dias morreram 38 manifestantes durante os conflitos que derrubaram o

então presidente argentino Fernando de la Rúa. Depois de 3 anos de forte recessão, o povo argentino iniciou uma forte reação contra o governo, que havia imposto em 1º de dezembro daquele mês um gigantesco congelamento de quase 70 bilhões de dólares em depósitos bancários (corralito).

Nenhuma outra crise anterior teve implicações tão graves no que tange: ao confisco de depósitos bancários, paralisação dos pagamentos da dívida, massificação do desemprego, explosão da pobreza e demolição da indústria nacional como foi observado durante a crise de 2001. A Argentina apresentava em 1980 níveis de pobreza de 7% da população, de acordo com a CEPAL, e de indigência de 2%; enquanto no ano de 2002 estes níveis foram para 45% e 21% respectivamente. Assim milhares de pessoas iniciaram uma intensa onda de protestos em 2001, que determinou o período de instabilidade política e econômica, que será restabelecido somente com o governo de Nestor Kirchner.

Esse processo de grande desestruturação da economia e da política argentina ocorrido na virada do século também guarda as grandes alterações na própria estrutura social e produtiva do país. Durante os anos de 1980 e 1990 o país passou por uma grande remodelação na sua estrutura tanto produtiva quanto social, o que aconteceu pela própria trajetória de desenvolvimento do Estado Argentino e dos grupos sociais, conforme passaram a incorporar as modificações do próprio sistema capitalista internacional. Dentro dessa perspectiva tenta-se apresentar na próxima seção um panorama dessas mudanças, tentando analisar o processo de reestruturação da indústria argentina e dos principais atores políticos e econômicos, que foram determinantes para a trajetória do período neoliberal e para a configuração do período de convertibilidade do peso com o dólar.

UMA REESTRUTURAÇÃO NEOLIBERAL

Os efeitos ‘perversos’ do neoliberalismo já foram amplamente alardeados pelas mais diferentes concepções teóricas, as quais, via de regra, destacavam o carácter de drenagem do excedente produtivo das economias subdesenvolvidas para os países centrais, com amplo destaque para o papel dos EUA. Entretanto, as remodelações mais profundas nos sistemas políticos econômicos desses países ainda se encontram de certa

maneira mistificadas pelo processo de abertura econômica e liberalização financeira. A real transformação que esse processo desencadeou na Argentina ainda continua sobre debate, principalmente quando se tenta entender como as *formas* que os conflitos sociais e políticos se colocam atualmente para o desenvolvimento econômico. Apesar da maior maturidade relativa do processo neoliberal ainda há uma grande discussão quanto aos impactos desse momento neoliberal no rearranjo das forças sociais e políticas argentinas na economia.

De certa maneira existe um consenso quanto à formação de uma forte oligarquia agroexportadora e de uma maior demanda social por parte das camadas populares no início dos anos 2000, mas a *forma* como esses elementos se unem e como se colocam em relação aos setores industriais e financeiros ainda se encontra em meio há um forte debate.

Entretanto, Antes de apresentarmos e confrontarmos essas perspectivas, optamos por fazer um breve histórico da formação desse regime neoliberal, em que se objetiva entender as principais dinâmicas sociais, políticas e econômicas da Argentina. Essa opção pode ser defendida por diminuir as possibilidades de cometer o erro de desconsiderar as raízes históricas do país, em outras palavras, para evitar a omissão do peso da trajetória e das particularidades do país que está sendo analisado. Dessa forma pretende-se apresentar brevemente algumas considerações sobre a história econômica nas décadas precedentes ao neoliberalismo, em que o nacionalismo desenvolvimentista peronista dá lugar ao neoliberalismo e uma maior influência internacional.

Durante o pós-guerra a América Latina construiu um modelo de Estado muito mais fechado e com um grau de intervenção muito maior, tendo como um dos seus alicerces um grande aparato de empresas estatais. Na Argentina esse Estado Nacional Desenvolvimentista foi marcado pela figura de Juan Domingo Perón, que agregava em seu governo uma política de industrialização nacional com maior participação da classe trabalhadora. Como já tentamos apresentar no início desse capítulo, essa *forma* de atuação estava muito ligada com o momento de guerra fria e de maior fortalecimento dos Estados na América Latina, que obtinham uma coesão social muito ligada à medidas de inserção das classes trabalhadores aos direitos trabalhistas, mas sem provocar uma maior reestruturação na dinâmica econômica que provocasse mudanças mais profundas.

Esse período do pós-guerra foi marcado pelo processo de industrialização por substituição de importações, que sob o governo peronista, existia um certo pacto entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora. Essa burguesia nacional representava uma oligarquia industrial caracterizada com o capital voltado para a produção local, ou seja, destinada ao abastecimento do mercado doméstico, principalmente de bens de consumo. Dessa forma se formava uma dinâmica distinta entre o capital nacional e o estrangeiro, dado pela própria diferenciação de setores de atuação. Um fortalecimento da distribuição de renda para o trabalhador funcionava, nesse sentido, como um fortalecimento da demanda doméstica, o que favorecia a burguesia nacional, já que essa representava a produção de bens de consumo. O capital estrangeiro consistia principalmente no fornecimento de bens mais complexos e bens de capital. Assim a diferenciação entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro não era tão simples, já que se estabelecia uma relação que possuía certas contradições, principalmente quando se observa que justamente as empresas nacionais possuíam tecnologias estrangeiras, além de que o próprio fortalecimento da burguesia nacional intensificava a importação.

Esse momento de substituição de importação possuía um maior destaque (mesmo que relativo) para a indústria nacional, o que de certa forma confrontava o poder tradicional da classe oligárquica pampeana, detentora das exportações. Dessa forma esse confronto era sempre limitado, já que essa oligarquia representava os bens exportados, ou seja, as divisas necessárias para a expansão industrial. Por isso essa classe oligárquica manteve um forte poder de veto nas intenções mais fortes de favorecimento da burguesia nacional. Assim se formava uma disputa pelo poder econômico não somente entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, mas também com a oligarquia pampeana. Essa oligarquia sempre representou uma forte elite na Argentina ligada a exportação de produtos agrícolas. Entretanto durante o processo de industrialização esse grupo também participa diversificando seu capital e complexificando a disputa.

A formação e articulação dos grupos econômicos na Argentina se consolidam fortemente vinculados com a própria estrutura produtiva do país, que será um dos fortes condicionantes para a formação dos ciclos de crescimento e de distribuição de renda. A industrialização Argentina, assim como seu crescimento posterior, possui como forte característica uma estrutura produtiva desequilibrada, em que prevalecem dois setores com níveis de produtividade muito distintos, de um lado o setor primário (agropecuário)

com níveis de preços internacionais e de outro o setor industrial com grande dependência de incentivos e com um nível de custo superior, como mostrou de forma pioneira Marcelo Diamand (ver Diamand, 1986).

Os diferentes países possuem níveis de produtividade diferentes, o que condiciona o nível de desenvolvimento de cada país. Todavia essas produtividades distintas não geram preços necessariamente divergentes no mercado internacional, já que através da taxa de cambio os produtos com preço internos distintos são igualados em dólar. Entretanto em uma economia com uma estrutura produtiva desequilibrada a taxa de câmbio irá igualar somente um dos setores. Com uma taxa de câmbio favorável aos produtos primários de alta produtividade, os produtos industriais passam a ter um preço acima do padrão de mercado internacional, o que inviabiliza a sua comercialização.

Portanto, como mostrou Diamand, a escolha da taxa cambial irá condicionar o posicionamento dos diferentes grupos internos na elaboração das políticas monetárias. O setor liderado pela elite vinculada ao agronegócio irá defender uma política com um maior controle inflacionário e de maior integração com o mercado mundial, que dessa forma irá através da sua alta produtividade ditar as taxas cambias para o nível de maior rendimento desse setor³². O setor industrial, por sua vez, defende políticas de câmbio mais competitivo que possibilitem a concorrência no mercado internacional. A situação dos trabalhadores possui certa dubiedade, pois um câmbio desvalorizado pode levar tanto à uma diminuição do salário real via aumento dos preços, como uma elevação via crescimento econômico e aumento da demanda agregada, portanto fica dependente em grande parte das condições de barganha em relação ao salário nominal para determinar o impacto do câmbio.

A articulação desses grupos, dada essa estrutura produtiva heterogênea, terá um grande peso nos ciclos econômicos do país. Em um momento de crescimento econômico determinado por um forte crescimento do consumo doméstico, favorecendo a burguesia nacional e a classe operária, há uma necessidade em se obter divisas para

³² O estabelecimento das taxas de câmbio nada tem de ‘natural’ ou ‘normal’, ao contrário são determinadas através de políticas que viabilizam um determinado setor ou grupo da economia. Essa taxa identificada de maneira estratégica (*ideológica*) como natural representa implicitamente uma escolha pelas vantagens comparativas ricardianas, ou seja, pela defesa do setor primário exportador de alta produtividade e pequena dinamicidade ao invés de outros setores produtivos.

complementar o processo de industrialização. Entretanto a obtenção de divisas ocorre através da exportação das commodities, que possuem uma dinamicidade muito aquém da demanda exigida pelo crescimento interno puxado pela demanda agregada.

A restrição externa coloca uma pressão cambial, que culminará em um processo de desvalorização, o que leva há uma maior dificuldade de dar continuidade ao processo de industrialização, juntamente com a deterioração do salário real dado o aumento do preço dos produtos agrícolas vinculados ao mercado externo. Diamand irá denominar esse processo de pêndulo argentino, dado o caráter cíclico dessa alternância de um momento de crescimento econômico com distribuição de renda para um momento de fortalecimento do setor agroexportador com menor coesão social. O processo de *'stop and go'*, como também é chamado, ocorre aqui vinculado com a estrutura produtiva desequilibrada e com os seus grupos políticos específicos, que caracterizam cada fase de crescimento da economia³³.

Com a derrubada do governo Peron em 1955 há um maior fortalecimento do capital estrangeiro e do setor primário-exportador, com a coalizão da classe trabalhadora e da burguesia nacional se colocando como oposição. Entretanto essa coalizão ainda tem um novo suspiro com a volta de Peron em 1973, antes de seu final definitivo com a ditadura em 1976. A segunda rodada da substituição de importação, apesar de ter dado um novo fortalecimento para a burguesia nacional, já aconteceu de maneira diferente, dado por uma maior ligação com o capital estrangeiro, tanto pela compra de empresas nacionais como pela maior subordinação a firmas mais dinamizadoras (fabricação de peças integrantes).

Alguns autores, como Eduardo Basualdo, colocam o golpe militar de 1976 como um processo externo ao arranjo político econômico argentino, entendendo, portanto, essa paralisação do modelo Nacional Desenvolvimentista como algo externo aos processos internos do modelo. Por isso dentro dessa perspectiva de análise esse arranjo mais nacionalista poderia ter continuado e possibilitado um maior desenvolvimento. O problema dessa análise está justamente em não entender quais são as bases que

³³ Do ponto de vista político essa alternância caracterizada como pêndulo argentino pode ser identificado pela forte identificação bipartidária do sistema argentino, onde se destaca o partido justicialista, com tendências peronistas e uma oposição mais conservadora, com uma tendência para um 'primarização' da economia. Para um estudo mais aprofundado do assunto ver Abal Medina 2004 e Abal Medina & Suárez 2002.

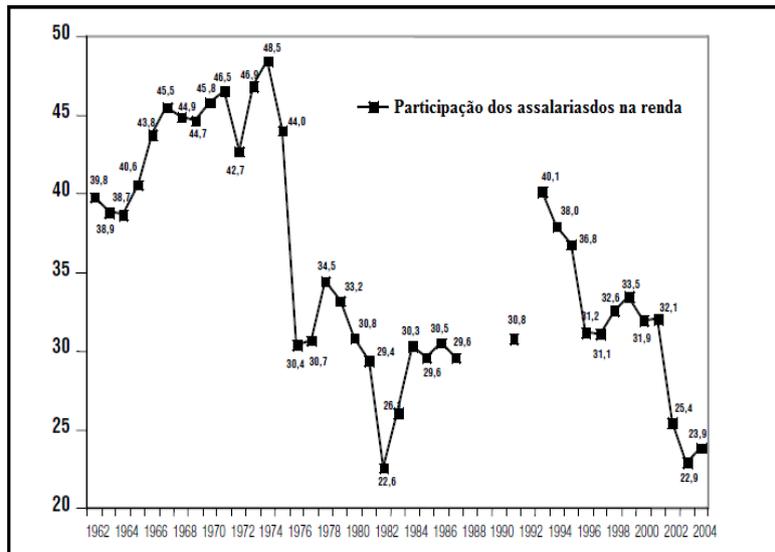
sustentaram esse regime.

O maior fortalecimento do Estado com maior amparo para a burguesia nacional e a classe trabalhadora não ocorreu em detrimento de uma maior dinamicidade da economia argentina como centro dinamizador da economia capitalista mundial, ao contrário, esse fortalecimento do Estado se deu por uma conjuntura específica de fortalecimento das estruturas capitalistas no pós-guerra. Por isso o golpe militar não deve ser visto como um evento externo ao modelo, mas sim como um fato decorrente da própria inserção argentina. Quando se entende a relação internacional também como parte da formação do Estado, pode ser visto que um momento de maior fortalecimento da burguesia nacional e da classe trabalhadora não significa necessariamente tratar-se de um processo contra hegemônico, em que se estaria construindo um centro dinamizador nacional que não mais transferisse excedente para os países centrais.

Com o estabelecimento da ditadura em 1976 se inicia o processo de desmanche desse Estado Nacional, que tinha uma maior intenção de fortalecimento da classe trabalhadora e da burguesia nacional. Através de um processo de forte desindustrialização vinculado a um processo de valorização financeira inicia-se uma reestruturação do arranjo político econômico no país, no qual os bancos e as empresas estrangeiras passam a ter um papel crescente, juntamente com a velha oligarquia pampeana. Esse processo de erosão social se deu com uma forte repressão política e econômica, com a perda de várias garantias trabalhistas conquistadas nas décadas anteriores, o que pode ser visto pela queda brusca da participação do salário na renda, que ficou em níveis muito reduzidos durante toda a década.

Figura 4

Evolução da Participação dos Assalariados na Renda Argentina
1962-2004 (% do PIB)



fonte: Basualdo, 2006

Os defensores do segundo período de industrialização na Argentina, da década de 1960 até o regime militar de 1976, defendem veementemente as qualidades desse período em comparação as décadas posteriores. Durante os anos da segunda fase de substituição de importações também teve um forte aumento da fuga de capitais internos e do aumento da dívida externa líquida. Entretanto, Basualdo (2006) argumenta que nesse período esse endividamento e essa fuga de capitais estavam ligados com o processo de industrialização, em que o endividamento estava vinculado ao processo de importação de novas tecnologias. O contínuo envio de capitais estaria ligado com a tendência de subfaturação da produção, em que o alto grau de inserção do capital estrangeiro levava a uma maior envio de dividendos para a matriz. Desta forma, defende que se esse processo continuasse indefinidamente a Argentina atingiria um grau de desenvolvimento, o que ignora todas as questões de inserção do país na geopolítica externa e até mesmo o conteúdo da sua produção industrial interna, fortemente voltado para o mercado interno e com muitos componentes internacionais intensivos em tecnologia.

A nova formação de um modelo de Estado que se inicia com o golpe militar de 1976, apesar de manter os altos níveis de endividamento externo e de emissão de divisas, incontestavelmente apresenta um novo caráter, dado que esse processo passa a ser direcionada a valorização financeira e não mais a internalização produtiva. Assim ao invés de um endividamento para a produção industrial e uma fuga de capitais devido às

empresas multinacionais, essas mesmas variáveis se intensificam pela alta entrada de capitais e consequentes saídas através da valorização dada pela diferença das altas taxas de juros da Argentina em comparação com os mercados europeus e norte-americanos. Entretanto, de forma alguma esse processo foi uma exclusividade da Argentina, já que foi uma tendência mundial de financeirização ‘imposta’ pelos norte-americanos.

O processo de valorização financeira que se inicia no final da década de 1970 na Argentina ganhará toques mais dramáticos na década de 1980, com a crise da dívida externa na América do Sul iniciada em 1982 com a moratória mexicana. Esse foi um período de grande debilidade dos bancos de investimentos, pois dada a grande insolvência dos países devedores os bancos multinacionais ficaram em uma posição de maior insolvência, o que dificultou de maneira drástica os novos financiamentos. Por isso as novas dívidas eram feitas sempre por um preço maior, levando a um aprofundamento do endividamento.

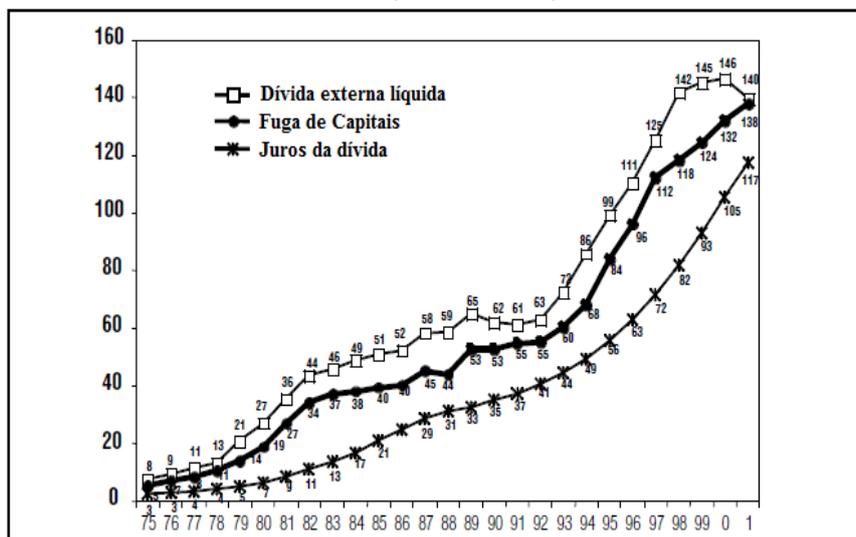
Os bancos de investimento que concediam crédito aos países subdesenvolvidos se colocaram em uma postura defensiva, em que se preveniam de maiores perdas fechando linhas de financiamento para os países em crise. Nesse período os bancos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passam a ter um papel decisivo. Essas instituições passam a renegociar a dívida, mas não somente referente a concessão de crédito, como também a reformulações na própria estrutura do Estado.

Durante a década de 1980 o FMI passa a lidar mais com as políticas de ajustes do Estado, o que visava o pagamento dos serviços das dívidas, enquanto o Banco Mundial reforçava o papel de interventor nas reformas de Estado, em que se visava o pagamento do capital investido através da privatização da economia. Desta maneira se impõe uma forte reestruturação do Estado argentino, para construir uma economia que apresentasse maiores garantias para o sistema financeiro internacional. Entretanto esse processo ficou muito acanhado durante a década de 1980, principalmente ao forte peso das suas amarras, principalmente para resolver a questão de como seria pago o alto endividamento dos últimos anos e dos anos que se seguiriam com os planos de contenção da economia. Assim a década de 1980 se mostrou como um período de postergação das reformas institucionais neoliberais e conservadoras impostas pelo sistema financeiro internacional, onde poderia ser declarada uma paralisia funcional do

Estado se não fosse pelo processo de transferência da dívida do setor privado para o setor público.

Figura 5

Mudanças na dívida líquida, fuga de capitais e juros pagos
1975-2001 (bilhões de dólares)



fonte: BASUALDO, 20006

A dívida externa na Argentina até a década de 80 pode ser dividida em dois períodos, o primeiro da década de 1960 até 1976, muito ligado ao processo de substituição de importações, enquanto o segundo, até o estancamento do crédito com a moratória de 1988, mais vinculado a valorização financeira. Entretanto nesses dois momentos o endividamento externo era realizado por empresas privadas, na primeira fase com importação de tecnologia e fuga de capitais e na segunda com endividamento para valorização dos ativos financeiros no mercado interno. Por isso durante a década de 1980 o Estado promove uma grande transferência dessa dívida privada para a esfera pública, através dos processos de regimes de seguro de câmbio. Através dessa transferência tornou-se possível a liquidação das dívidas das empresas privadas e uma espécie de neoliberalização das grandes empresas multinacionais e das grandes oligarquias ligadas ao setor industrial, que passaram durante a década de 1980 por um processo de internalização dos processos financeiros.

Durante a década de 1980 ao invés de haver um processo de reestruturação do Estado com a intenção de pagar a dívida, como planejado pelos mecanismos internacionais, houve um aprofundamento através da transferência dessa dívida para a esfera pública pelo oneroso mecanismo de seguros cambiais em um momento de grande

instabilidade econômica. Em 1988, ainda sem realizar o processo de privatizações ou os dolorosos ajustes contracionistas, a Argentina encontra-se incapaz de continuar com as remeças de dividendos, o que culmina na moratória de maio de 1988. Nesse momento começou uma grande corrida cambiária dos agentes do mercado, tanto das empresas quanto dos bancos, para tentar dolarizar seus ativos e evitar uma perda maior. Em 1989 a Argentina se encontra mergulhada em uma crise de hiperinflação.

A DÉCADA 1990, O PERÍODO DE CONVERTIBILIDADE ARGENTINA.

Os primeiros anos da década de 1990 serão marcados por profundas reformas na econômica argentina, com grande destaque para a instauração do regime de convertibilidade e para o processo de privatizações, que vai majoritariamente de 1990 a 1993. Em 22 de março de 1991, o Congresso da Argentina, aprova uma lei proposta pelo executivo que consistia em fixar a taxa de câmbio da moeda do país, o austral, em relação ao dólar. Essa lei também determinava que o país adotasse uma nova moeda conversível em dólar no ano seguinte, o peso. Através desse plano que ficou conhecido como plano Cavallo (por ter sido elaborado pelo Domingo Cavallo, ministro da economia do governo Carlos Menen) houve uma intensa dolarização da economia e também uma intensificação das importações, dado a moeda fortemente valorizada e a abertura comercial que se iniciou nesses anos.

O regime de convertibilidade trouxe uma estabilidade econômica, que juntamente com as reformas visadas pelo plano Brady³⁴ trouxe um novo fôlego, marcado principalmente nos primeiros anos pelo processo de privatizações, com intenso grau de fusões e aquisições, tanto entre as empresas nacionais, como e principalmente por grandes grupos multinacionais. Durante toda a década de 1990 haverá uma grande reconfiguração da estrutura argentina. Apesar de toda a década ser marcada por uma forte entrada de empresas estrangeiras com concentração de capitais e uma alta remessa de divisas e de capitais para pagar as dívidas, houve momentos distintos que permitem diferenciar dentro da década de 1990 três etapas com características peculiares. As

³⁴ Em março de 1989, foi anunciado pelo secretário de tesouro dos EUA, Nicholas F. Brady, um plano que pretendia renovar a dívida externa de países em desenvolvimento, mediante a troca por bônus novos. Estes bônus contemplavam o abatimento do encargo da dívida, através da redução do seu principal ou pelo alívio nos juros. Além de emitir os bônus, os países deveriam promover reformas liberais em seus mercados.

diferenças entre essas três etapas devem-se principalmente aos diferentes momentos de consolidação do Estado Neoliberal e a incorporação da nova estrutura internacional que estava se formando. Assim no final dos anos '90 com a crise da convertibilidade a Argentina já possui uma estrutura completamente diferente, a qual já se coloca diante de uma nova fase da economia capitalista internacional.

A estruturação da economia que ocorreu durante os anos de convertibilidade pode ser sintetizada pelos seguintes traços constitutivos: a concentração de capital, a maior produção nacional por empresas multinacionais e uma reprimarização da economia, com uma volta para o setor agroexportador. Entretanto, como foram salientadas anteriormente, essas modificações não ocorrem todas de uma só vez, mas por etapas de diferentes intensidades e com diferentes grupos econômicos à sua frente.

Quando vamos analisar os dados das últimas décadas da economia Argentina é importante enfatizar o cuidado de se considerar os vieses dos momentos de crise, ou seja, a forte tendência para baixo dos dados nos anos anteriores e a forte tendência para cima nos primeiros anos após a crise. A consideração deve ser feita por esses anos condensarem uma tendência, podendo 'viesar' as análises. Todavia quando analisamos as principais empresas na Argentina fica claro a forte entrada de empresas estrangeiras e principalmente o forte aumento do peso da produção dessas empresas. Enquanto o valor agregado das principais empresas nacionais argentinas representavam 38,4% em 1993, em 2000 esse valor passou para 17,8%, o que representa uma extrema estrangeirização da economia, tendo em 2003 o capital estrangeiro representado 86% do valor agregado das principais empresas argentinas (ver no apêndice a tabela com valor agregado das grandes empresas argentinas por origem do capital de 1993 a 2004). Outro fator importante da estrangeirização é o maior encadeamento da produção em uma escala internacional, o que pode ser visto através do dado de coeficiente de integração nacional da indústria local (valor agregado/valor de produção) passando de 42% para 34% de 1973 para 1994. Na sequência do texto, quando apresentaremos com mais detalhes as principais etapas do regime de convertibilidade, tentaremos avaliar os impactos desse fenômeno.

Nos primeiros anos da década de 1990 (1990-1993) foram realizados a grande

maioria das privatizações³⁵, o que demonstra a forma extremamente rápida e descuidada com que foi feita. O discurso governamental defendia as privatizações como uma prática de mudança da estrutura econômica argentina, pois passaria de uma estrutura dependente (com transferências de excedente para o exterior) para uma economia fortalecida internamente, que seria a protagonista do seu desenvolvimento. Entretanto, a realidade se mostrou muito diferente do discurso. Os anos que se seguiram apresentaram um grande aprofundamento das contradições da década de 1980, com um aumento exponencial da dívida externa acompanhado por uma grande remessa de divisas.

Durante os primeiros anos da década de '90 as privatizações geraram uma redução da dívida externa e uma repatriação das divisas que estavam no exterior. Grande parte das privatizações ocorreu com acordos em que os valores recebidos eram abatidos das dívidas existentes, assim como a volta de capitais com a intenção de participação nas empresas antes pertencentes ao Estado. Desta forma, as privatizações foram decisivas para reverter os impactos causados pelas grandes diferenças entre as taxas de juros internas e internacional. Entretanto, esse processo não apresentou uma mudança estrutural, apenas mais um aprofundamento no sentido da valorização financeira.

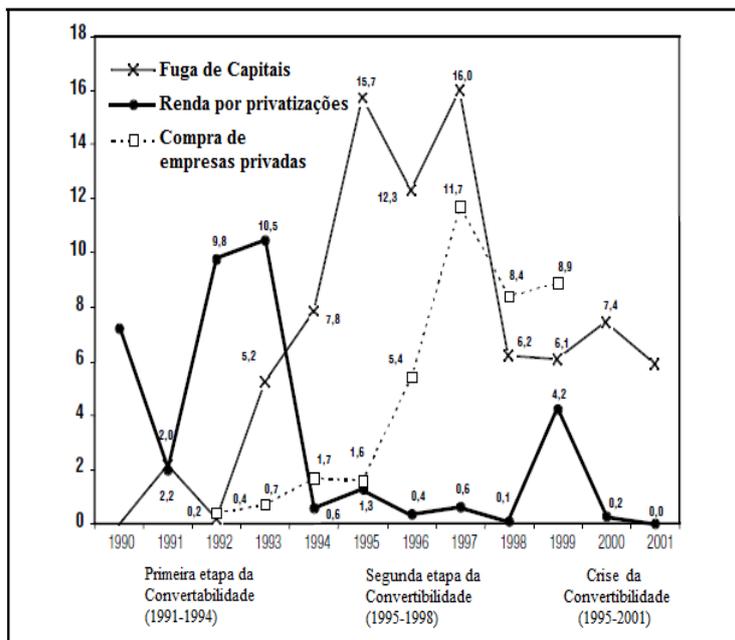
Dos anos de 1993 a 1998 a Argentina apresentou uma fuga de capitais histórica, o que foi acompanhado por uma drástica diminuição da entrada de divisas com a diminuição das vendas das empresas estatais. As empresas vinculadas ao mercado internacional passaram a ter um grau crescente de internalização dos mecanismos financeiros. 'Aproveitando' do grande diferencial das taxas de juros externa em comparação com a interna, essas empresas se endividavam externamente para investir no mercado financeiro interno, o que levava as grandes remessas de lucro do período. Para esse arranjo político econômico se efetuar o Estado passa a ter um papel fundamental. Diferentemente do discurso 'comum' do Estado mínimo, esse Estado passa a ser o responsável por garantir os requisitos básicos para a efetivação desse arranjo da produção interna com vista a valorização financeira. Em um primeiro momento se torna responsável pela desregulação econômica e pela erosão das garantias sociais conquistadas nas décadas anteriores. Enquanto, posteriormente passa a ser o

³⁵ Uma análise mais aprofundada do processo de privatizações na Argentina pode ser obtido nos estudos de Azpiazu & Schorr (2001) e Azpiazu (2002).

responsável por garantir a saída de divisas do país através do aumento continuado do endividamento externo e de manter as taxas de juros internas altas através do endividamento interno.

Figura 6

Evolução da renda por privatizações ou por compra de empresas privadas e fuga de capitais locais para o exterior 1990-2001 (bilhões de dólares)



fonte: Basualdo, 2006

A elevada quantia de remessas para o exterior nesse período não se deve somente aos capitais vinculados a diferença das taxas de juros, mas também vinculados ao processo de valorização dos lucros patrimoniais através das empresas recém-adquiridas. As empresas privatizadas, assim como as empresas nacionais compradas pelo capital estrangeiro consistiam em sua grande maioria das empresas mais lucrativas da argentina, ou pelo menos, nas empresas líderes do seu setor de atuação. Entretanto essas empresas no começo da década de 1990 passavam por um período de menor robustez devido à debilidade do próprio mercado argentino, o que levou a serem vendidas na média com um preço muito inferior aos referentes no mercado internacional. Durante meados da década, essas empresas (agora na mão de capitais estrangeiros) se fortalecem muito influenciadas pelo próprio crescimento do mercado argentino. Por isso há nesse momento uma grande abertura de capitais dessas empresas, o que é feito, portanto, com uma grande valorização sobre os lucros patrimoniais³⁶.

³⁶ Para saber mais sobre esse processo de valorização durante os meados da década de 1990 pode ser

A última fase (ou etapa) do período de convertibilidade será marcada por um processo distinto, devido não só a eclosão das contradições claras desse arranjo, como também pelo início de um novo movimento de fortalecimento da produção agroexportadora, que é acompanhado por um processo de desindustrialização dos setores mais dinâmicos (conforme apresentamos adiante). A alta emissão de divisas para o exterior com um câmbio extremamente valorizado, através da manutenção de uma grande diferença das taxas de juros e do aumento constante do endividamento se mostra como um fenômeno insustentável, que entretanto, não foi o único elemento da crise do período neoliberal na Argentina. Juntamente com o processo da valorização financeira, o período neoliberal (com um peso muito maior na década de 1990) apresentou uma profunda mudança no setor produtivo, marcado pelo fortalecimento do setor agroexportador e com um forte processo de desindustrialização, teve também um grande impacto na própria dinâmica política e econômica na Argentina.

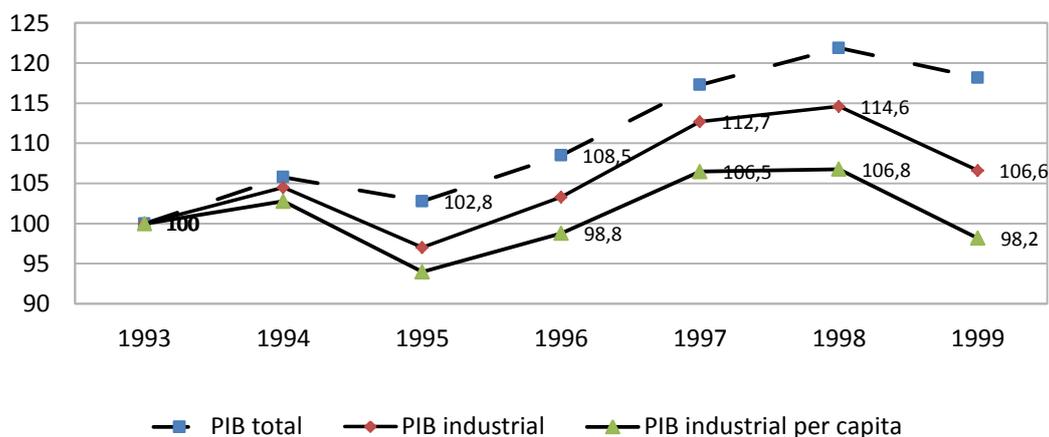
Durante a década de '90 o PIB argentino apresentou um crescimento que, apesar de modesto, não deve ser desprezado (cerca de 3% ao ano de 1993 a 1999). Entretanto deve ser entendido em que condições ocorreram e com quais elementos determinantes. Quando decompomos o crescimento do PIB em relação ao crescimento da indústria, podemos perceber o processo de desindustrialização que ocorre durante esse período. Apesar desse crescimento econômico, quando olhamos somente o crescimento da indústria vemos que ele não passou de cerca de 1% ao ano de 1993 a 1999³⁷, mesmo com o aumento do consumo e com a grande entrada das empresas multinacionais e das grandes privatizações. A intensidade desse processo fica mais evidente ainda quando observamos o crescimento da indústria per capita, que de 1993 a 1999 obteve um decréscimo de quase 2%.

consultado o trabalho de Kulfas (2001).

³⁷ O processo de desindustrialização na década de '90 na Argentina será apresentado nesse trabalho com os dados de 1993 e 1999, devido aos Censos Industriais realizados nesses anos.

Figura 7

Evolução do PIB Argentino total, da indústria e da indústria per capita (índice base=1993)



fonte: Área de Economia e Tecnologia da FLACSO com base na informação do Ministério de Economia, Obras e Serviços Públicos da Argentina.

O crescimento existente mais modesto da década de '90 na Argentina deve ser entendido como o próprio reflexo das transformações econômicas do país, que apesar da desindustrialização, obteve crescimento no consumo e nas produções que envolvem o setor agroexportador. Com a abertura comercial, a entrada de empresas multinacionais e a instalação do regime de convertibilidade, há inicialmente um crescimento da demanda interna, marcado principalmente pela redução do preço dos produtos importados e pelo consumo reprimido durante os longos anos de inflação alta da década de '80. Entretanto, grande parte desse consumo se destina aos produtos importados, estando a indústria nacional mais voltada para o setor agroexportador.

O processo de desindustrialização desse período deve ser visto dentro de um quadro de reestruturação da economia argentina em conformidade com o novo padrão internacional, mas principalmente do ponto de vista da inserção do país nesse novo padrão. As alterações na produção internacional levaram a uma diminuição da importância da indústria em contraste com os setores de serviço, o que se deve de modo geral, ao novo modo de produção, com maior automação e importância das etapas de processamento e desenvolvimento, o que acompanha a produção cada vez mais concentrada.

Todavia, no caso Argentino, além dessas características gerais (globais), há também aspectos específicos, que evidenciam o caso mais agudo do país e a transformação da economia para um novo período de reprimarização. No apêndice desse capítulo apresentamos uma tabela com a composição da indústria argentina por

ramos de atividade entre 1993 e 1999. Apesar do crescimento industrial de cerca de 5%, os ramos de atividade com maior dinamicidade tecnológica e econômica passaram por um forte decréscimo, com uma diminuição de 16,4 de maquinaria e aparatos elétricos, 7,5% de veículos automotores, 26,4% de instrumentos óticos e 10,9% de maquinarias e equipamentos.

A produção de veículos e auto-partes apresenta uma grande participação na indústria argentina durante a década de '90. Mesmo com seu decréscimo, em 1999 era responsável por cerca 8% da produção industrial do país. Esse peso importante da indústria de automotores se deve ao crescimento da demanda interna com a estabilidade de preços e com o aumento do crédito para bens duráveis e, principalmente, aos acordos de proteção e promoção com que foi favorecida, assim como a instalação dos programas de intercâmbio dentro do Mercosul.

Entretanto, apesar da importância do “complexo automotivo” para a indústria argentina, este setor se tornou muito mais uma grande linha de montagem de peças importados do que uma indústria dinâmica como se estabelecia anteriormente no pós-guerra. O coeficiente médio das importações de grandes oligopólios automotores (importações totais / valor bruto da produção) foi de mais de 50% (INDEC, 1999). O drástico aumento de importação de peças e acessórios, assim como o estabelecimento de grandes linhas de montagens de carros importados, provocou uma grande desestruturarão de toda a cadeia produtiva que definia esse setor produtivo (cadeia de geração de valor, grandes vínculos de produção, alto grau de relações insumo-produto dentro do bloco , etc.)³⁸.

Em forte contraste com esse decréscimo e desarticulação das atividades com maior dinamicidade, podemos observar (na tabela com a composição da indústria argentina por ramos de atividade entre 1993 e 1999) o crescimento da indústria ligada ao setor agroexportador. A indústria de produtos alimentícios e bebidas teve um aumento de 18,5%, a de substância e produtos químicos (como fertilizantes, agrotóxicos e sementes) obteve um crescimento de 18,2, acompanhado de perto pela indústria de papel com um crescimento de 14,6% e pela indústria de refinamento de petróleo com 12,7%. A participação da produção de alimento e bebidas no total da produção industrial

³⁸ Os desenvolvimentos na indústria auto-motiva podem ser encontrados em Kosacoff (1999); Schwarzer (1997) e Vispo (1999).

Argentina foi de 30% em 1999, a de refinação de petróleo foi de 9,5% e a de substância e produtos químicos de 12%, muito superiores aos 4% de máquinas e equipamentos e aos 3% da produção de metal.

A grande diferença entre as taxas de crescimento dentro da indústria Argentina evidencia as particularidades da desindustrialização do país. Longe de se restringir a um carácter geral do modo de produção capitalista atual, esse processo indica também uma reestruturação mais profunda da economia, como evidenciado pela expansão do setor agroexportador em detrimento de outros ramos de maior dinamicidade. Todavia essa reestruturação não se restringirá a indústria, ao contrário, envolverá amplos setores da economia do país, que serão responsáveis pelos novos padrões e conflitos políticos econômicos da década seguinte.

O processo de revolução do campo pode ser datado com seu início no final da década de 70, mais com amplo predomínio nos anos '90, onde não só foram introduzidos grandes avanços da biotecnologia como também de mecanização da produção agrícola. Essa 'revolução verde' se consolida juntamente em três bases: i) concentração da terra; ii) concentração dos meios de produção (sementes, fertilizantes, maquinários, etc); iii) concentração da comercialização; como foi salientado por Teubal, Rodríguez (2002). Através dos Censos Nacionais do Campo Argentino (disponibilizados no em síntese no apêndice do capítulo) podemos acompanhar esse processo com maiores detalhes. Houve durante a última década do século XX uma profunda concentração fundiária, com uma grande diminuição no número de propriedades, tendo uma diminuição de 21,2% no período, passando de 421.221 produtores em 1988 para 332.057 em 2002, o que representa um aumento da propriedade média de 421,20 para 518,30 hectares.

A alteração no campo Argentino ocorreu vinculada com a expansão da agricultura industrial transgênica, se associando as principais alterações no sistema produtivo internacional, o que no caso argentino pode ser caracterizado pela *sojización* da agricultura. A produção de soja passou de 3,7 milhões de toneladas em 1980/81 para 10,8 milhões em 1990/1991, alcançando a incrível marca de 35 milhões em 2002/03. Assim a soja que representava 10,6% da produção de grãos da Argentina em 1980/81 passou a representar 28,4% em 1990/91 e 49,2% em 2002/03.

Essa expansão da soja está em grande parte associada com a própria introdução da “agro-biotecnologia”, termo que vai mais além do que a simples intervenção genética³⁹. A agro-biotecnologia deve ser entendida dentro de um contexto de uma nova fase de valorização do capital na produção agrária, em que o grau de incorporação de capital passa a ser muito mais elevado, levando a várias modificações estruturais na economia. A modificação genética de plantas para consumo é um processo muito antigo, muito associado inclusive, com a própria trajetória da alimentação nas Américas, dado sua grande diversidade e seu intenso contato com a cultura europeia, o que levou à um amplo desenvolvimento da diversidade de produtos importantes na alimentação como o tomate e o milho. Entretanto, a agro-biotecnologia tem como objetivo a valorização do capital envolvido na produção agrícola, o que levará à um processo de concentração e homogeneização da produção, o que provoca impactos estruturais na economia.

A produção de produtos transgênicos ocorreu com uma ligação entre a oligarquia pampeana (com grande concentração de terras), as grandes multinacionais de insumos agrícolas e ao próprio governo argentino. Em 1996 se concretiza na Argentina a liberalização comercial da variedade transgênica de soja, a soja RR (Roundup Ready), da multinacional Monsanto. Em 1998 foi aprovada a comercialização do milho Bt e em 2004 o milho RR. Essas ‘inovações tecnológicas’ permitem ao mesmo tempo o plantio direto dessas sementes, com mecanização total e aplicação de agroquímicos (glifosato⁴⁰). O avanço da soja modificada ocorreu de forma muito rápida, passando de 370.000 hectares (5,5% da soja semeada) em 1996/97 para 12.446.000 hectares (98,7% do total) já em 2002/2003. Esta expansão também pode ser vista pelos números da produção de glifosato, que teve um crescimento exponencial durante toda a década, passando de 100.000 litros em 1992/93 para 6.097.000 em 1999/2000 e 81.499.870 litros em 2002/2003 (Teubal, Rodríguez 2002).

³⁹ Para uma análise mais detalhada da introdução da agro-biotecnología ver Hendel (2011); “*A lo largo del análisis la noción de agro-biotecnología irá mutando desde sus acepciones más frecuentes, asociadas al ámbito de la ciencia, la tecnología y la producción de semillas, hasta aquello que constituyen uno de los principales aspectos a estudiar: los modos en los cuales la agro-biotecnología forma parte esencial de un conjunto de prácticas, expectativas, significados y valores que se constituyen en un sentido predominante de la realidad, desempeñando un papel clave en el proceso de construcción de lo hegemónico en el agro pampeano actual (Hendel, 2011).*”

⁴⁰ O glifosato (também conhecido pela marca comercial Roundup Ready da Monsanto) é um dos principais defensivos agrícolas utilizados nas produções de sementes transgênicas. Esta substância possui um alto teor de eficácia no combate as pragas, sem entretanto prejudicar o crescimento da planta transgênica, não ocorrendo o mesmo com as demais espécies que podem coabitar as áreas afetadas.

Esse sistema agroexportador implantando no final do século XX não acarretou apenas uma concentração no campo, mas também nas indústrias que o acompanham, tanto de insumos quanto de manufaturados de bens primários. As cinco e as oito primeiras exportadoras de óleo de soja concentraram, respectivamente, 53% e 72% do volume em 1990, passando a representarem 80% e 92% em 2002. No caso das farinhas, os cinco maiores exportadores passaram de 50% do volume exportado em 1990 para 79%, enquanto as oito maiores passaram de 80% em 1990 para 92% em 2002 (CIARA, 2004).

A alteração do campo argentino no final da década de 1990 se reflete na formação de grandes grupos econômicos, tanto pelo movimento em direção a grandes firmas de insumos agrícolas como pelo forte processo de concentração, através de fusões e aquisições. Para exemplificar tal movimento podemos citar alguns casos, como os casos: da Pioneer que foi absorvida por Dupont em 1997, a Dow Agro Science que em 2000 a Cargil Semillas e em 2008 comprou a Mycogen. Em 2001, Novartis Agrossen e Zeneca formarão a Syngenta Agro, que em 2004 passou a ser denominada Syngente. Em 2002 Aventis se converteu em Bayer Crop Science. Em 1997 Monsanto uniu-se a Delta & Pine Land e formaram a Genética Mandiyú, realizando acordos em 1998 com Relmó e Don Mario, para em 2004 anunciarem o abandono da produção de soja transgênica para concentrarem na produção e comercialização do herbicida glifosato (Hendel, 2011). A observação das fusões de empresas no setor de agronegócios evidencia o final da década de '90 como um período determinante de uma retomada do campo, mas com uma maior intensidade de capital aplicado e de inserção internacional.

A transformação da economia Argentina voltado para o setor agroexportador poderia contrastar com o movimento de valorização financeira da década de 1990, entretanto esses dois processos se relacionam tanto na ordem de causalidade como em serem reflexo das mutações no sistema econômico internacional. Enquanto no começo da década houve uma grande entrada de capitais internacionais, tanto para aquisição das empresas nacionais quanto para valorização desse capital, no final da década houve uma reconfiguração, em que os vendedores dessas empresas passaram a se concentrar no campo, mas agora com grandes produções intensivas em capital. Ao mesmo tempo se fortaleciam novas empresas multinacionais para suprir essa expansão do capital no campo, o que levou ao estabelecimento de grandes grupos internacionais em diferentes áreas, como: máquinas agrícolas, empresas farmacêuticas para a produção de sementes

e fertilizantes e grandes empresas produtores de agrotóxicos, além das indústrias baseadas em produtos primários, como de óleos e farinhas.

Quando os primeiros sinais internacionais de crise do período neoliberal foram diagnosticados, um novo padrão produtivo e político-social já estava se configurando em solo argentino, assim como em toda América do Sul. Depois das crises asiática e russa, os fluxos internacionais de capital diminuíram bruscamente, com uma brusca elevação dos juros. A alteração repentina do contexto financeiro internacional colocou em xeque o modelo de constante endividamento e entrada de capitais pelo diferencial das taxas de juros. Quando o Brasil passou pela sua crise cambial em 1999 os índices de risco país da Argentina dispararam, colocando por água todo o seu sistema de convertibilidade que dependia da credibilidade da manutenção do peso convertível em dólar. Por isso a crise de convertibilidade argentina foi tão dolorosa, já que levou à uma paralisia econômica principalmente dos pequenos produtores que dependiam da importação de insumos e partes componentes. Entretanto, enquanto a maior parte dos setores entrou em crise, o setor da “agroexportação” já se apresentava como novo setor dominante, não só pela melhora do seu desempenho econômico, mas também pelo seu papel cada vez mais crescente de interferir (direcionar?) em grande parte das decisões econômicas na Argentina. Mais uma vez o pêndulo argentino pareceu se mover, mostrando como a história se repete e como o desenvolvimento capitalista possui vínculos com a estrutura produtiva e com as relações capitalistas internacionais, sendo intermediado por grupos nacionais específicos.

A CRISE DO FINAL DOS '90

Uma formação social nunca declina antes que se tenha desenvolvido todas as forças produtivas que ela é suficientemente ampla para conter e nunca surgem novas relações de produção superiores antes de as suas condições materiais de existência se terem gerado no próprio seio da velha sociedade. – Karl Marx, Prefácio a Crítica da Economia Política, 1859.

A crise da convertibilidade Argentina poderia ser facilmente descrita pelas questões macroeconômicas que envolveram o período, entretanto elas esconderiam a formação de grandes processos importantes tanto para a própria emergência da crise

como para o desenho do período subsequente. É importante tentar entender a trajetória econômica não como um processo dado, em que condições externas ditariam todo o percurso. A supervalorização dos efeitos externos não se deve somente aos macroeconomistas, mas também a muitas correntes teóricas distintas, como em vários autores marxistas, que consideram as mudanças no modo de produção como o único fio condutor da história econômica.

Uma das principais linhas da história econômica argentina desse período, principalmente devido a sua influência e sistematização de um pensamento crítico, pode ser considerada o grupo de pesquisadores da FLACSO e outros de correntes similares, com o grande destaque para os estudos de Eduardo Basualdo⁴¹. Essa perspectiva constitui como seu grande cerne comum identificar uma disputa intra-capitais como o fio condutor do desenvolvimento neoliberal, principalmente no período da crise da convertibilidade e na formação do novo rearranjo político econômico. Outra escola de pensamento que se destaca, principalmente por se opor (ou questionar) a *forma* como ocorre esse conflito intra-capitais, é centrada sobre os pesquisadores da Universidade Nacional de Quilmes (UNQ), que trazem questionamentos relevantes quanto a questão das lutas sociais.

No trabalho que estamos aqui desenvolvendo não há uma concordância plena com nenhuma das duas correntes, mas sim o entendimento da necessidade de compreender os diferentes pontos elucidados pelos autores como momentos de um mesmo fenômeno, que possuem seus diferentes níveis, por isso se torna fundamental o entendimento de como ocorre a conexão entre esses níveis, para não cair em falácias reducionistas.

Eduardo Basualdo irá representar uma das principais correntes de análise sobre o período na Argentina, tendo como foco os conflitos entre os grupos (ou setores) dominantes no período. Basualdo explica a crise do regime de convertibilidade através do conflito para sua resolução, ou seja, entre a proposta de dolarização total da economia e a política de forte desvalorização do peso. Desta forma mostra um conflito de classes “intra-burgueses” que se constrói durante o decorrer da década de ‘90,

⁴¹ Obviamente esse grupo possui varias vertentes, com algumas problematizações entre elas, entretanto pode-se facilmente identificar um cerne comum dentro desses pesquisadores. Entre eles possuem também um grande destaque os trabalhos de Lozano & Schorr (2001), Castellani & Schorr (2004) e Castellani & Szcolnik (2006).

culminando na crise de 2001.

O autor apresenta (Basualdo, 2006) que durante a crise, no final da década, começou a se formar dois projetos alternativos ao da Convertibilidade. O primeiro impulsionado pela fração dominante que estava sentada em aplicações financeiras no exterior, ou seja, grupos econômicos locais e alguns conglomerados estrangeiros; enquanto que o outro surge da fração posicionada em ativos fixos com obrigações dolarizadas, o setor financeiro e os diferentes investidores estrangeiros que adquiriram empresas e pacotes acionários durante os anos anteriores.

Dentro dessa formação o capital estrangeiro estaria vinculado com um projeto que teria como objetivo principal a dolarização, que seria uma espécie de ‘fase superior’ da convertibilidade. Essa alternativa garantiria aos capitais estrangeiros radicados no país a manutenção do valor dos seus ativos em dólar e ao setor financeiro garantiria que suas dívidas não aumentariam. O outro projeto, vinculado aos grupos locais e alguns conglomerados estrangeiros, tinham como grande objetivo a desvalorização e a criação de subsídios estatais para sua produção local que são, em sua grande maioria, bens de exportação.

O conflito entre esses dois grupos capitalistas divergentes na Argentina, levaria ainda segundo Basualdo, ao rompimento da crise da convertibilidade, em que o sucesso dos capitalistas “desvalorizacionistas” marca o início de uma nova fase. A desvalorização no final de 2001 coloca, dentro dessa perspectiva, esse grupo capitalista na liderança de um novo bloco de poder dentro do país, o qual utiliza de um discurso nacionalista, dada a sua intensa produção local (mesmo que de produtos primários para exportação) como uma oposição ao capital estrangeiro. Dessa forma Basualdo conclui argumentado como essa burguesia, formada principalmente por agro-exportadores e por industriais multinacionais vinculados a esses produtos, passa a gerir a política argentina utilizando de movimentos populares para legitimar sua atuação, com políticas que garantissem um “infra consumo”, garantido pela abertura de capital e comercial.

“No menos relevante, es percibir que durante los últimos años del régimen convertible -que es la última fase de la valorización financiera- esta renovada oligarquía diversificada pone en marcha una vasta campaña ideológica y política para sustituir su identidad e imponer una salida de la Convertibilidad afín a sus intereses de corto y de largo plazos. Se presenta ahora como la auténtica burguesía

nacional agredida por los intereses extranjeros y, por lo tanto, aliada natural de los sectores populares en la tarea de reconstruir la Nación. (...) Desde su perspectiva, se trata ahora de llevar a cabo el desarrollo de un planteo exportador sustentado sobre el infraconsumo de los sectores populares pero apoyado en la demanda, transferencias e incentivos estatales, manteniendo una economía abierta tanto en términos del mercado de bienes como de capitales y sin proyecto alguno de reindustrialización que pudiera poner en la situación de competir con el gran capital transnacional.” - Basualdo (2003)

A tese esquematizada por Basualdo representa uma visão da crise da convertibilidade e da formação de um novo bloco político-econômico, entretanto essa visão está longe de constituir um consenso. Iremos apresentar brevemente o trabalho de Matías Eskenazi, principalmente por ser o foco do seu trabalho uma crítica sistemática à visão de Basualdo, além de propor alguns argumentos para um novo entendimento desse processo político econômico. Nesse trabalho não há uma concordância plena com nenhuma das duas correntes, mas sim o entendimento da necessidade de compreender os diferentes pontos elucidados pelos autores como momentos de um mesmo fenômeno, que possuem seus diferentes níveis, por isso se torna fundamental o entendimento de como ocorre a conexão entre esses níveis, para não cair em falácias reducionistas.

Eskenazi inicia sua crítica colocando a tese de Basualdo como extremamente problemática, *“ya que la forma que emplean las nociones de crisis, devaluación y dolarización estan atravesadas por profundas ambigüidades (Eskenazi, 2009).”* Argumenta como o primeiro problema colocar demasiada atenção no conflito intra-burguês, sem considerar a importância do papel dos trabalhadores e setores populares. Desta forma, argumenta que apesar de Basualdo mostrar ambos os grupos burgueses como 'maléficos' para a classe trabalhadora, analisa essa classe de uma perspectiva passiva.

A segunda crítica deve-se exatamente a ideia de *fraccionismo*, através da perspectiva política econômica traçada por Bonnet (2009)⁴², que vê na argumentação com base em conflito intra-burguês um argumento populista, de que parte da burguesia

⁴² O trabalho de Bonnet (2009) consiste em apresentar a noção de Estado apresentado por Holloway e Picciotto (1978) com base nos trabalhos da escola alemã de Estado. Essa vertente do marxismo possui uma visão bastante crítica contra a separação entre economia e política. A escola alemã de Estado diverge de teorias, que apesar de também se operem à distinção entre economia e política, compreendem o movimento do capital com a intenção de provocar essa separação, mesmo que somente no *aparecimento* do seu processo de valorização.

poderia se unir a classes populares para uma nova trajetória econômica, já que mal avaliaria a real questão do conflito capital-trabalho. Outro ponto salientado é a veracidade da disputa entre “dolarizadores” e “desvalorizacionistas” como provocador da crise. Para o autor essa consideração da própria capacidade da dolarização ser considerada uma via contradiz a tese da própria escola de Basualdo, de que o regime de convertibilidade estaria esgotado. A única maneira para a dolarização significar um via seria através do argumento de *shock* de confiança, o que implicaria na crença da possibilidade de uma política deflacionista, o que subestimaria a resistência trabalhadora, ainda mais nesse momento de maior mobilização. Assim critica as teses que de certa forma veem o esgotamento por um subconsumismo nacional, que não seria capaz de manter a demanda agregada devido ao caráter regressivo da distribuição de renda.

Eskenazi argumenta que a ideia de dolarização é um caminho conservador, em que longe de representar uma nova alternativa significa uma variante da mesma posição da convertibilidade, em que se intensificaria a valorização do capital via financeirização. Desta forma a alternativa pela desvalorização seria sustentada *“por una creciente resistencia de las clases subalternas al proceso de ajuste, que se va acumulando una creciente presión para resolver la crisis en el corto plazo saliendo de la convertibilidad mediante una devaluación de la moneda (Ekenazi, 2009).”* Eskenazi tenta retirar do centro da crise da convertibilidade o conflito entre os grandes grupos capitalistas, para colocar como centro dinamizador o conflito entre a classe trabalhadora e os capitalistas, o que impediria a reprodução do modelo vigente. Dessa forma conclui:

“Conforme la crisis de acumulación se extendió en el tiempo, la convertibilidad ingresó en una fase de descomposición⁴³ bajo el peso combinado de la transmisión de los procesos de crisis en el mercado mundial y la resistencia de las clases subalternas a los procesos de ajuste. En tanto la crisis de acumulación supone una crisis de reproducción del conjunto de las clases sociales en cuanto tales, con su extensión y profundización tiende a producirse un proceso de polarización que atraviesa al conjunto de las clases de la sociedad.”- Eskenazi (2009).

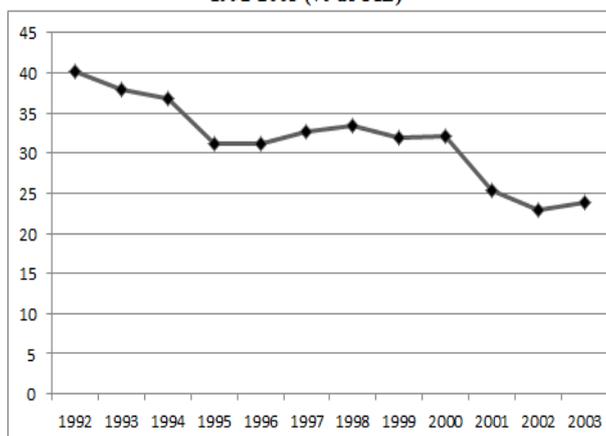
A problematização de Eskenazi é fundamental para poder compreender o final da década de '90. A fragilidade de um consenso social torna-se um elemento central na

⁴³ *Descomposicion* no lugar de *agotamiento*, pois esse último termo reduz a questão ao economicismo, enquanto o primeiro salienta a questão contraditória mais profunda, dada a inseparabilidade de questões políticas e econômicas, que em momentos de crise aparecem como esferas autônomas.

economia e na política nesse período, o que deixa claro o papel da centralidade da questão do trabalho na nossa sociedade. Durante toda a década de '90 houve uma grande redução da participação dos assalariados na renda argentina, o que é realizado à custa de um retrocesso nos direitos trabalhistas e intensa precarização do trabalho, com forte elevação da informalidade. Por isso ao analisar um modelo político-econômico é importante entender também como as bases sociais se desenvolvem, sem uma redução economicista, se torna fundamental entender sobre como a base de sustentação desse modelo se mantêm, o que em última instância condiciona os 'graus de liberdade' do modelo em vigência.

Figura 8

Evolução da participação dos assalariados na renda
1992-2003 (% do PIB)



fonte: Elaboração própria sobre a informação de Lindemboin, Graña y Kennedy, 2005

A participação dos salários na renda argentina passou de 40,1% em 1992 para 23,9% em 2002, dado que em 1992 já se encontrava em um patamar reduzido, se comparado com os níveis de quase 50% da década de '70. A evolução desse dado reafirma como essa década se constituiu de três diferentes fases, com um maior endurecimento no conflito capital-trabalho no início e no final da década. Entretanto, apesar desses dois momentos apresentarem um maior acirramento em relação as questões trabalhistas, elas ocorreram com formas totalmente diferentes.

O primeiro momento, como apresentado anteriormente, foi marcado pelas privatizações e pela grande entrada de empresas multinacionais, enquanto o último levou a um novo fortalecimento de um grupo econômico dominante vinculado ao setor agroexportador. Como não poderia ser diferente, os conflitos sociais advindos desse endurecimento do capital frente ao trabalho aparecem com *formas* diferentes. Os

conflitos sociais durante a década de '90 sofreram uma grande mutação, passando de uma grande incidência dos movimentos sindicais para amplos conflitos com um caráter mais vinculados com amplos setores da sociedade civil. Piva (2009) analisa detalhadamente os diferentes conflitos sociais ocorridos durante a década de '90, salientando a completa maioria de conflitos sindicais no começo da década, para uma crescente incidência de movimentos vinculados com os desempregados, ou com a sociedade civil de forma generalizada. (No apêndice apresentamos uma tabela com dados mais detalhados sobre os diferentes tipos de movimentos sociais na Argentina durante a década de 1990).

Figura 9



fonte: elaboração própria com base de dados dos conflitos laborais da CEI-UNQ

A diferença dos conflitos sociais e trabalhistas na década de '90 não se deve somente ao seu conteúdo mais sindical ou 'civil', já que há muitas particularidades quanto a sua incidência e ao seu caráter de oposição, além de ser incontestável a forte presença do setor sindical durante toda a década. A mutação desses conflitos não se correlaciona necessariamente com uma perda da importância dos sindicatos, mas principalmente à uma revalorização dos movimentos sociais no seu papel de oposição aos avanços do capitalismo. *“Y esta disociación no es mero assunto de periodización, sino que revela la centralidad que esas luchas no-sindicales estaban adquiriendo en el nuevo modo de desenvolvimiento de la lucha de clases que estaba imponiéndose (Bonnet, 2009).”*

Bonnet (2009) argumentará que essa modificação no conflito social argentino, não representa uma alteração no conflito essencial do capitalismo, trabalho x capital.

Apesar dos atores políticos serem a sociedade civil se opondo ao Estado, o autor sustenta que em nenhum momento o conflito deixa de ser outro que não a disputa entre a classe trabalhadora e a classe capitalista. Por isso na sua perspectiva não ser sindical não significa não ser trabalhadores, assim como o movimento não ser contra os capitalistas, não significa que o Estado não seja uma representação dos avanços do capital. Entretanto, como se apresenta mesmo no trabalho de Bonnet, a transferência dos conflitos sociais do chão das fábricas para a Praça de Maio é inegável.

Em 2001 se tornou claro na Argentina que o movimento popular tomava um novo corpo, no qual o embate não se dava necessariamente via sindicatos ou partidos, mas em um movimento relativamente mais amplo que se dirigia diretamente ao Estado, na figura dos seus governantes, o que se tornou explícito com a queda do presidente Fernando de la Rúa. As manifestações passaram a questionar o próprio Estado, os conflitos passaram a ser por maior garantias de consumo da população e não mais em condições salariais com as empresas. Durante a introdução das empresas multinacionais (juntamente com o governo neoliberal) houve um esvaziamento relativo do poder sindical, o que levou a novas formas de luta da classe trabalhadora.

O peso dos conflitos sociais para o desenvolvimento da crise de convertibilidade é algo inegável, pois representou o total rompimento de qualquer coesão existente no modelo político-econômico neoliberal. Importante salientar ainda a *forma* em que essa luta de classes ocorreu na Argentina, pois é fundamental para o entendimento de como essa crise se resolveu. Entretanto, diferentemente do que defende Eskenazi, o conflito intra-burgueses também é extremamente relevante para a compreensão desse período. É importante entender que um mesmo processo histórico possui diferentes momentos, os quais possuem diferentes formas de manifestação. Desta forma o conflito social e o conflito intra-burgueses não são manifestações destoantes, mas ambos representações em níveis distintos de um mesmo processo de crise do capitalismo.

Não há como entender a resolução da crise neoliberal sem ter em vista tanto a formação de um novo grupo econômico (tanto agrário como industrial) ligado ao setor agroexportador, assim como os novos conflitos que surgiram a partir de 1998, em que novas medidas sociais tornaram-se fundamentais para qualquer sustentação de um novo arranjo político-econômico na Argentina.

Todavia, não deve-se entender essa remodelação argentina como deslocada de um contexto internacional, ao contrário, o surgimento (ou fortalecimento) desse novo grupo econômico que se coloca como atrator de uma nova 'ordem social', aparece quase que passivamente às novas demandas internacionais por commodities. O final da década de '90 na Argentina, portanto, pode ser caracterizado por dois processos principais dentro do panorama de crise do momento neoliberal. Enquanto se formava uma nova estrutura produtiva, tanto agrária quanto industrial, ligado à agro-exportação, uma nova demanda social se criava, com um tipo específico de atuação frente ao Estado argentino. Quando a crise da convertibilidade estouro, acompanhando as crises asiática, russa e brasileira já havia na Argentina uma nova configuração política-econômica pronta para se estruturar.

No capítulo seguinte estudaremos em maiores detalhes a primeira década desse novo milênio, para tentar entender em quais formas esses novos atores políticos sociais configuram um novo modelo econômico e de que maneira se insere no contexto internacional atual.

APÊNDICE CAPÍTULO 2

Tabela 1

Grandes empresas na Argentina: valor agregado por origem do capital					
Ano	Nacional (1)	Com participação estrangeira	Estrangeira até 50%	Estrangeira com Mais de 50%	Total
1993	11.719,1	18.803,8	8.486,4	10.317,4	30.522,9
1994	11.522,0	22.611,2	10.102,6	12.508,6	34.133,2
1995	11.510,6	23.667,5	7.537,4	16.130,2	35.178,1
1996	10.736,8	27.093,6	7.742,5	19.351,1	37.830,4
1997	10.050,2	31.453,0	5.444,1	26.008,9	41.503,2
1998	9.674,0	32.961,9	5.210,5	27.751,3	42.635,9
1999	8.561,9	33.181,9	3.531,1	29.650,8	41.743,7
2000	7.947,0	36.625,4	4.345,5	32.280,0	44.572,5
2001	7.413,6	34.262,2	3.592,1	30.670,1	41.675,8
2002	10.641,5	62.537,0	3.770,2	58.766,8	73.178,5
2003	12.021,4	74.283,8	4.441,7	69.842,2	86.305,2
2004	14.869,4	87.852,0	4.800,3	83.051,8	102.721,4

(1) Incluído até 10% de participação de capital de origem estrangeiro, que é investido em carteira e que não se discrimina do total.

Fonte: Elaboração própria com base no INDEC, Encuesta Nacional a Grandes Empresas.

Tabela 2

Industria Manufactureira Argentina, 1993-199 (em milhões de pesos e porcentagens)						
	Valor da Produção Censo 1993	%	Valor da Produção Censo 1999	%	Variación da Produção física 1993/1999	% de variación na participação 1993/1999
elaboração de produtos alimentícios e bebidas	23896,4	26,4	28317,2	29,8	18,5	12,6
elaboração de produtos de tabaco	2341,6	2,6	2517,2	2,6	7,5	0
fabricação de produtos têxteis	3643,1	4	2615,7	2,7	-28,2	-32,5
fabricação de vestimentas e peles	2020,2	2,2	1602	1,7	-20,7	-22,7
coro e artigos de coro	2167,9	2,4	2272	2,4	4,8	-0,4
madeira e produtos de madeira	905,3	1	955,1	1	5,5	0,3
papel e produtos de papel	2321,8	2,6	2660,8	2,8	14,6	7,6
edições e impressões	3530,9	3,9	3421,4	3,6	-3,1	-7,7
refinação de petróleo	8111,7	9	9141,9	9,6	12,7	6,7
substâncias e produtos químicos	9527,9	10,5	11262	11,8	18,2	12,4
produtos de borracha e plástico	3003,8	3,3	3193	3,4	6,3	3
outros produtos metais não metálicos	2688,1	3	2529,5	2,7	-5,9	-10
fabricação de metais comuns	3922,6	4,3	4966	5,2	26,6	20,9
prod. de metal excl. Maquinas e equipamento	3504,3	3,9	2645,7	2,8	-24,5	-28,2
Maquinas e equipamento	4284,2	4,7	3817,2	4	-10,9	-14,9
maquina de escritório	216	0,2	194	0,2	-10,2	0
maquinas e aparatos elétricos	1889,7	2,1	1579,8	1,7	-16,4	-19
aparatos de rádio, TV e comunicações	1737,3	1,9	1784,2	1,9	2,7	0
instrumentos médicos e óticos	472,7	0,5	347,9	0,4	-26,4	-20
veiculos automotores	8321,5	9,2	7697,4	8,1	-7,5	-12
outros equipamentos de transporte	592,8	0,7	615,3	0,6	3,8	-14,3
outros manufacturados e mobiliário	1361,8	1,5	1398,6	1,5	2,7	0
Total	90461,8	100	95165,6	100	5,2	-

Fonte: Área de Economia e Tecnologia da Flasco com base nos dados do INDEC. Censo Nacional Económico, 1994, e Pesquisa Industrial

Tabela 3

Estrutura do Setor Agropecuário Argentino (1988-2002)			
Setores	1988	2002	variação
quantidade de propriedades	421.221,00	332.057,00	-21,2%
superfície total (ha)	177.437.397,70	172.105.798,00	-3,0%
superfície total média (ha)	421,20	518,30	23,1%
superfície com cereais (ha)	7.676.561,70	9.523.269,00	24,1%
superfície com oleaginosas (ha)	5.428.234,10	8.896.621,00	63,9%
superfície com cultivos industriais (ha)	1.234.675,40	604.513,40	-51,0%
bovinos	47.075.156,00	48.063.368,00	2,1%
ovinos	22.408.681,00	12.395.839,00	-44,7%
suínos	3.341.652,00	2.120.089,00	-36,6%
caprinos	3.710.065,00	4.021.917,00	8,4%
fonte: Censo Nacional Agropecuário Argentino (1988-2002)			

Tabela 4

Conflitos Sociais segundo setor e condição de atividade					
	Ocupados setor privado	Ocupados setor público	Mais de um setor	Desocupados	Total
1989	253	374	17	1	645
1990	414	631	11		1058
1991	398	535	10		943

1992	441	554	21	1	1018
1993	495	602	24	2	1124
1994	527	626	15	5	1177
1995	391	588	23	5	1008
1996	286	352	14	10	662
1997	356	339	4	65	764
1998	345	279	6	25	655
1999	361	277	3	43	684
2000	304	312	3	91	710
2001	425	390	15	150	980
2002	247	279	14	161	701
2003	147	153	4	106	410

fonte: base de dados dos conflitos laborais da CEI-UNQ

CAPÍTULO 3

UM NOVO DESENVOLVIMENTISMO?

No começo desse novo milênio grandes mudanças estruturais ocorreram na economia mundial. Em meados dos anos '90 o modelo neoliberal parecia indiscutível, apesar das intensas manifestações sociais no plano econômico a aparente estabilidade era vista com extrema euforia na América Latina. Entretanto, depois das décadas de 80 e 90 marcadas pelo neoliberalismo, um período de crises financeiras consecutivas marcou o final da década de 90 nos países periféricos⁴⁴. Atualmente se torna possível ver como essas crises podem ser consideradas um marco para um novo modelo político econômico nos países latinos, que apesar de conter continuidades, apresenta claramente novos padrões. A eleição de Hugo Chávez em 1998 já assinalava uma nova tendência de uma nova corrente na América Latina, que irá se consolidar com o presidente Lula no Brasil em 2002 e finalmente com a eleição de Nestor Kirchner em 18 de maio de 2003.

As modificações nas lideranças dos países latinos também podem ser vistas pelas alterações econômicas. Assim o ano 2.000 iniciou com um panorama diferente, marcado por um alto crescimento internacional, uma subida substantiva nos preços internacionais das *commodities* e um nível de taxa de juros baixo. Esses fatores advêm principalmente do crescimento da produção asiática, com um predomínio absoluto da China, que consolidou seu papel definitivo na economia mundial. Desta forma se criou espaço para um novo arranjo na produção internacional, surgindo oportunidades para vários países periféricos.

Os países latinos apresentaram uma situação particular em sua história econômica, com taxas constantes de crescimento e com equilíbrio na balança de pagamentos. Essa situação favorável foi acompanhada por um processo de fortalecimento do Estado, com uma ampliação das políticas tanto econômicas quanto sociais. Já nos primeiros anos da década começaram a surgir as primeiras análises evidenciando esse novo processo, dadas as recentes modificações em algumas políticas macroeconômicas que começavam a apresentar resultados positivos. É dentro dessa perspectiva que no caso brasileiro Bresser Pereira tem analisado o novo-

⁴⁴ Menção as crises financeiras na Rússia em 97, Asiáticas em 98, Brasileira em 99 e a Argentina em 2001.

desenvolvimentismo⁴⁵, analisando as políticas macroeconômicas desse novo modelo econômico. Esse autor irá diferenciar principalmente a volta do Estado como promotor do crescimento e do controle da economia. Entretanto, de forma muito mais moderada do que a fase desenvolvimentista do pós-guerra.

Na abordagem novo-desenvolvimentista o Estado deve ter um papel atuante no controle das condições econômicas propícias para o crescimento da economia, mas principalmente ligado a capacidade de exportação do país. Na leitura dos novos desenvolvimentistas, o setor privado está muito conectado com o capital externo, o que impõe ao Estado garantir uma maior estabilidade econômica para atraí-los, como menores taxas de inflação e uma política fiscal mais controlada. Dessa forma a grande via (ou possibilidade) de atuação do Estado se concentra na desvalorização cambial, que traria, de acordo com essa concepção, uma maior competitividade para a economia, atraindo divisas e criando possibilidade de maior autonomia e dinamicidade para o mercado nacional.

Em uma direção semelhante, mas com uma análise que perpassa a abordagem estritamente macroeconômica, o padrão novo-desenvolvimentista será analisado no livro de Sicsu, De Paula e Michel (2005). Esses autores irão argumentar a necessidade, além das políticas macroeconômicas, de políticas sociais e de promoção da competitividade da indústria nacional. Assim, além da estabilidade econômica e da continuidade de crescimento da demanda agregada, será importante a promoção de políticas sociais para promover um crescimento com equidade e de competitividade tecnológica para garantir o fortalecimento e dinamicidade da economia do país. Em suma, esses autores irão propor como fundamentos básicos para o novo-desenvolvimentismo a criação de um Estado forte, com um claro projeto de desenvolvimento que propicie o fortalecimento do mercado, o qual dependeria também da redução da desigualdade social para manutenção da sua trajetória.

No caso Argentino essas análises podem ser representadas por Roberto Frenkel⁴⁶ e pelo próprio “governo Kirchner” (Mechon, 2007). Em Mechon (2007) fica evidente a defesa de uma intenção do governo Kirchner em promover uma nova estratégia para um

⁴⁵ Neste trabalho daremos prioridade para Bresser-Pereira (2004 e 2006).

⁴⁶ Nesse trabalho analisaremos os estudos: Frenkel & Rapetti (2011), Damill, M. & Frenkel, R. (2009) e Damill, M., Frenkel, R. & Maurizio, R. (2011).

desenvolvimento da economia. Esse trabalho apresenta o estabelecimento de uma taxa de câmbio real competitiva, uma política fiscal controlada e a implementação de políticas de renda com a intenção de melhorar a distribuição como as principais políticas do governo. Dessa forma defende que o governo busca através de um conjunto de políticas macroeconômicas gerar o crescimento com incentivos para o setor produtivo.

Frenkel defenderá o sucesso das políticas macroeconômicas do governo no período pós-convertibilidade, que contrariando as advertências do FMI promoveu uma política de câmbio real competitivo com crescimento econômico e inflação controlada. Segundo o autor, a forte desvalorização e a manutenção do câmbio em um patamar competitivo foi uma atitude acertada para promoção do crescimento e da estabilidade, o que permitiu também a promoção de novas políticas sociais e distribuição de renda. Apesar da forte retração da economia e dos salários reais logo após a desvalorização, houve um forte crescimento e restabelecimento dos salários e das taxas de lucros o que seria provocado pela remodelação da economia ao novo nível de preços com um câmbio real mais competitivo.

“The paper shows that domestic factors had the main bearing in explaining the 2002 turning point. The recovery was actually bolstered by the shift in the relative prices caused by the devaluation and also by an adequate set of policies that, despite some flaws and ambiguities, nevertheless succeeded in stabilizing the FX market and domestic prices and recuperating the basic macroeconomic equilibria.” (Damil, Frenkel e Maurizio, 2011)

Damil, Frenkel e Maurizio (2011) defendem a posição do presidente Kirchner e do seu então ministro da economia em promover simultaneamente uma política de câmbio competitivo com uma meta monetária quantitativa, o que contrariava o FMI baseado na ortodoxia econômica. Segundo os autores, o estabelecimento dessas políticas permitiu uma retomada do crescimento e do aumento do salário real⁴⁷ graças à

⁴⁷ “Moreover, another important characteristic of the trajectory of wages has been the different evolution according to the educational level of workers. In particular, there has been a relative improvement in incomes of the less educated throughout this period: the real income of workers with incomplete secondary school or less increased 37 per cent as opposed to a 24 per cent rise for those with complete university. (...) One of these factors that have contributed to this process has been the significant incomes policy implemented by the National Government since mid-2002 thorough lump-sum rises and

expansão da demanda agregada, o que acompanhado de políticas de renda específicas levou também a uma redução da desigualdade. Desta forma os autores apresentam um quadro extremamente positivo das políticas implementadas pelo governo, que através de fatores domésticos guiavam corretamente a economia para o desenvolvimento.

Entretanto, como apresentaremos durante esse capítulo, essas políticas implantadas apresentam atualmente grandes contradições em meio aos êxitos destacados. Primeiramente deve ser contestada a própria importância da desvalorização na fase de “sucesso” do novo desenvolvimentismo. Não poucos economistas depositaram todos os méritos do crescimento no começo desse século nas políticas cambiais, que possibilitariam por si só garantir uma balança de pagamentos superavitária e taxas crescentes de crescimento. Diamand, como apresentado no capítulo anterior, mostrou como nas economias com uma estrutura produtiva desequilibrada as políticas cambiais não são suficientes para promover alteração estrutural via mudança nos preços relativos. Apesar dos efeitos positivos iniciais dessas políticas, a própria manutenção da estrutura produtiva irá recolocar os mesmos conflitos anteriores, restabelecendo uma fase de desaceleração da economia.

Durante o período de pós-convertibilidade a desvalorização cambial foi necessária para se restabelecer as condições mínimas necessárias para retomada da economia, mas como mostraremos na próxima seção, o grande mérito do crescimento e da maior distribuição econômica não foi essa política tão valiosa para os novos-desenvolvimentistas, mas sim um conjunto de políticas fiscais e distributivas expansionistas. A importância do regime cambial na Argentina durante os anos 2000 possui um caráter secundário para explicar a trajetória econômica do país, em relação às políticas expansivas utilizadas pelo governo.

Entretanto, não devemos nos conter em criticar as políticas propagandeadas pelos novos desenvolvimentistas, que em realidade, nem grandes efeitos práticos possuíram. Além da importância de descrever com mais cuidado as políticas implantadas e seus reais efeitos deve-se considerar também a própria capacidade dessas políticas em gerar o desenvolvimento, ou se preferir, uma mudança estrutural.

Apesar das análises e críticas sobre o novo-desenvolvimentismo explicarem a

increments in the minimum wage.” (Damil, Frenkel e Maurizio, 2007)

intenção dos governos nesse modelo político econômico, elas possuem uma análise extremamente focada no papel do Estado em gerar o desenvolvimento e o tão sonhado crescimento com distribuição de renda. Desta forma, desconsideram os próprios limites colocados às políticas governamentais, que ditam não só as relações do país com outros países, mas também os conflitos de classe internos e como consequência os setores econômicos hegemônicos, os quais são condicionados pela própria estrutura produtiva do país. Logo, nesse trabalho se utiliza a noção de *novo-desenvolvimentismo*, não como um conjunto (ou apenas uma) de políticas econômicas específicas, mas como um momento de avanço do capitalismo na América Latina iniciado por volta dos anos 2000.

Por isso julga-se fundamental, além do estudo das políticas macroeconômicas, a observação da formação do bloco histórico responsável pela possibilidade de implantação desse novo modelo e dessas novas políticas. A partir de uma perspectiva não reducionista, as implicações dos fatores externos e dos grupos internos se torna mais aparente, o que nos leva a reconsiderar essa primazia dos fatores domésticos como expostos pelos macroeconomistas desse novo desenvolvimento. Se as taxas de crescimento e a estabilidade se devem à determinadas políticas econômicas, o que se deve a existência dessas políticas, que no começo da década obtiveram uma das maiores taxas de crescimento econômico da América Latina e em 2012 umas das menores?

Em uma abordagem que não leve em excesso o ‘nacionalismo metodológico’⁴⁸, se torna necessário uma dupla autonomia, uma referente ao Estado nacional com as classes sociais e outra desse Estado frente aos demais. Portanto se torna fundamental para analisar um modelo político econômico dois pontos principais: i) não ignorar as diferenças de desafios e circunstâncias criadas pelas condições iniciais, a qual impõe circunstâncias e mecanismos diferentes para a economia e ii) levar em consideração que o ambiente externo não é o mesmo para todos os países em desenvolvimento, já que uma mesma fase do capitalismo possibilita diferentes inserções de acordo com a estrutura de cada país. Como foi abordado no primeiro capítulo, não há uma dissociação entre a esfera econômica e política na trajetória de desenvolvimento capitalista, não podendo por tanto, deixa-las afastadas para a compreensão das economias capitalistas atuais. A função do pesquisador deve ser justamente se aprofundar nas relações políticas

⁴⁸ Um tratamento mais aprofundado do ‘nacionalismo metodológico’ é realizado por Medeiros (2010a, 2010b). Esses trabalhos apresentam como as múltiplas relações do Estado irão caracterizar a trajetória econômica seguida pelos diferentes países.

econômicas para poder romper com as aparências dos efeitos das políticas macroeconômicas da atualidade.

Na próxima seção tentaremos levantar algumas discussões sobre os aspectos político-econômicos que sustentaram esse novo modelo, ou seja, nos atendo primeiramente nas divergências entre quais foram e quais deveriam ser as políticas capazes para dar forma a esse novo desenvolvimento. Assim no final dessa primeira seção tentamos entender as diferenças entre o papel dos fatores externos, condensados na rejeição de um caso de doença holandesa para uma maior compreensão das condicionalidades dos fluxos de capitais internacionais e a fragilidade financeira decorrente.

Na seção seguinte tentaremos entender, com base no capítulo anterior, como se formou esse modelo político econômico atual e quais são as principais diferenças e similaridades, em relação tanto ao neoliberalismo como ao novo-desenvolvimentismo. A comparação com os modelos anteriores nos possibilitará entender quais são as novas modificações e como elas estão interligadas com os grupos internos e com as relações do capitalismo internacional. Em sequência buscamos apontar alguns elementos que demonstram o acirramento e os limites desse modelo atual, como a cisão social, ao intenso conflito distributivo e a forte fuga de capitais. Por fim intenciona-se expandir a compreensão do momento atual argentino através da utilização de alguns conceitos desenvolvidos por Gramsci no primeiro capítulo.

UM NOVO MODELO E SUAS POLÍTICAS

No começo desse novo milênio ocorreram grandes mudanças no sistema econômico mundial. As principais alterações podem ser destacadas por quatro traços principais: um aumento substancial do preço das *commodities*, baixa taxa de juros média, crescimento do comércio internacional e principalmente uma expansão contínua (altas taxas já na década de 80) da produção de mercadorias industriais na Ásia. A incorporação definitiva da China como uma das grandes potências industriais teve um grande destaque. Essas circunstâncias propiciaram um momento único para vários países periféricos, como foi o caso dos países latino-americanos, que puderam obter um raro crescimento econômico com equilíbrio na balança de pagamentos. Dado essa maior

estabilidade econômica e relativa autonomia puderam realizar políticas com um viés mais ‘desenvolvimentista’ ao invés das políticas ortodoxas que marcaram o período neoliberal. Por isso essa última década tem sido caracterizada como novo desenvolvimentismo, que diferentemente de grande parte dos estudos macroeconômicos, não significa um conjunto de políticas, mas uma fase de expansão do capitalismo internacional nos países da América Latina.

A política econômica argentina atual reúne muitos elementos que a caracterizam claramente dentro desse novo desenvolvimentismo. A fase política econômica atual da Argentina sucedeu um ambiente de completa devastação do seu sistema econômico. Nenhuma outra crise anterior teve implicações tão graves no que tange: ao confisco de depósitos bancários (“*corralito*”), paralisação dos pagamentos da dívida (moratória), massificação do desemprego, explosão da pobreza e demolição da indústria nacional como foi observado durante a crise de 2001. A Argentina apresentava em 1980 níveis de pobreza de 7% da população, de acordo com a CEPAL, e de indigência de 2%; enquanto no ano de 2002 estes níveis foram para 45% e 21% respectivamente.

Entretanto o sistema econômico e social será reconstruído a partir de 2003 com o governo de Nestor Kirchner. Esse irá recompor a autoridade do Estado e promover a recuperação do país. Vale salientar o papel do então ministro da economia Lavagna (2002 a 2005) de não seguir as recomendações do FMI de implantação de medidas de estabilização, como políticas de aperto monetário e fiscal para contornar o risco inflacionário. A Argentina se encontrava em um momento de forte apelo social com paralisação da indústria, mas com um forte crescimento da agricultura devido ao aumento continuado do preço das commodities e um processo de remodelação do campo com grandes aportes de capitais estrangeiros. Assim, com uma grande capacidade ociosa da indústria e uma balança comercial extremamente confortável, foi possível realizar uma forte desvalorização e um conjunto de políticas fiscais expansionistas sem gerar grandes impactos inflacionários. Dessa maneira, conseguiu rapidamente restabelecer a economia argentina com a reconstrução do poder das classes dominantes e concedendo as melhorias sociais e democráticas para os grandes levantes da crise de 2001.

Logo em 2006 já foi possível observar grandes melhorias pelos indicadores econômicos e sociais. O crescimento do PIB desde 2003 tem apresentado taxas

próximas de 8%, com juros anuais entre 8% e 11% em 2006 (comparados aos próximos de 40% em 2003). O desemprego que atingia cerca de 30% dos trabalhadores logo antes da crise de 2001 passou para 10% em 2006. Esta rápida melhora foi possível com o nítido fortalecimento do Estado e com um distanciamento dos principais pontos de sustentação do neoliberalismo. Assim o governo não deu continuidade ao processo de privatização, impôs maiores controles à abertura comercial com uma diminuição da desregulamentação do trabalho e o estabelecimento de políticas sociais e distributivas.

Entretanto esse vigor desenvolvimentista tem apresentado grandes desgastes nos últimos anos, tanto do ponto de vista econômico quanto social. O nível da inflação disparou nos último 3 anos. Enquanto o governo apresenta níveis de 10% ao ano (dados oficiais do INDEC⁴⁹), vários institutos de pesquisa, tanto privados quanto acadêmicos, mostram um patamar em torno dos 25%. O crescimento econômico, um dos pilares do governo até então, fechou 2012 bem abaixo do esperado, evidenciando vários problemas estruturais e a desaceleração da demanda interna, mostrando a dificuldade de manter as políticas expansionistas e a coesão social obtida logo após a crise de 2001. A saída de capitais tem apresentado um ritmo crescente, o que já mostra a volta do velho dilema latino de fragilidade financeira, ao que o governo tem tentado combater ineficazmente com um controle as divisas internacionais.

Apesar da continuação de uma grande entrada de capitais via exportação de bens primários durante os anos 2000, cada vez mais esse superávit tem sido colocado em questão. O ambiente atual argentino cada vez mais se assemelha com o velho momento de crise pré-desvalorização, em que muitas empresas e grandes grupos econômicos começam a recorrer ao dólar através do acesso privilegiado ao mercado externo, enquanto a grande maioria dos trabalhadores sofre com o processo de inflação e deterioração do salário real. Esse processo de fragilidade financeira, como descreveremos mais a frente, se apresenta como um problema estrutural, que juntamente com sua correlação com a estrutura distributiva possui elementos autônomos.

Essa nova fase da Argentina possui uma grande distinção em relação aos outros países identificados com o novo-desenvolvimentismo. Enquanto o Brasil passou pela crise cambial de 1999 de forma relativamente tranquila, a crise do período de

⁴⁹ INDEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos

convertibilidade Argentina foi extremamente severa, apresentando modificações tanto na estrutura produtiva quanto social. Como mostramos no capítulo anterior, durante a crise dos últimos anos da década de '90 houve uma saída em massa de capitais da Argentina e um aprofundamento do processo da oligarquia pampeana diversificada (com investimentos na indústria) de se concentrar no setor agropecuário, o que intensificou de maneira alarmante o processo de desindustrialização. Esse processo provocou uma desaceleração histórica da economia, o que fez eclodir um momento particular com relação aos movimentos sociais.

Os anos posteriores a mega-desvalorização de 2002 obviamente apresentaram uma grande ligação com esse momento de crise da convertibilidade. Por isso não se pode considerar esse período como se a economia já estivesse funcionando em um padrão “normal”. Uma coisa é analisar o padrão de crescimento de uma indústria que está funcionando “normalmente” (em seu dia a dia), outra coisa é analisar o crescimento de uma indústria que estava parada e voltou a funcionar.

A falta de percepção desse peso da trajetória recente leva a grande parte das análises econômicas sobre a recuperação Argentina a identifica-la como um momento de alcance supremo do desenvolvimento, em que se obteria um crescimento diversificado da indústria capaz de obter divisas e distribuição de renda. Curia (2008b), muito próximo da análise de Damil, Frenkel e Maurizio (2011), entende o período de recuperação Argentina como “*Propia del desarrollo productivo integral, con predicamento industrial y sustentable en divisas* (Curia, 2008b).⁵⁰”

Ao invés de entender o período de recuperação como uma retomada mínima das taxas de lucro da economia juntamente com um impacto das novas políticas fiscais expansionistas, Curia (2008b) identifica o período como um processo de desenvolvimento integral da economia, o qual seria capitaneado pela política de cambio real desvalorizado. Frenkel & Rapetti (2011) também sustentam de forma contundente a importância das políticas de cambio real competitivo, que seriam as responsáveis pelas altas taxas de crescimento da economia e para o fortalecimento da indústria argentina, o que daria viabilidade para políticas sociais e distributivas que poderiam levar a uma situação de desenvolvimento.

⁵⁰ “*Se asocia con una movilización integral de los recursos productivos de la nación, apuntando a un ascendente predicamento industrial, de manera de alcanzar peldaños superiores en materia de diversificación productiva, de valor agregado y de incorporación de tecnología* (Curia, 2008b).”

Essas afirmações possuem duas mistificações quanto ao desenvolvimento da economia Argentina. A primeira referente a própria descrição do novo desenvolvimentismo argentino, cometendo equívocos na caracterização de quais foram os canais (políticas macroeconômicas) responsáveis pela formação desse período caracterizado como novo desenvolvimento. A segunda, que perpassa um número muito maior de economistas, refere-se ao próprio entendimento de como ocorre o desenvolvimento econômico no sistema capitalista (como abordamos principalmente no primeiro capítulo), sendo centrado estritamente na intervenção econômica do Estado.

Nesse trabalho utilizamos a noção de *novo-desenvolvimentismo*, não como uma (ou um conjunto) política econômica específica, mas como um momento de avanço do capitalismo na América Latina que se iniciou por volta do ano 2000, o qual possui tanto generalidades quanto especificidades de acordo com cada país. Independente de quais foram exatamente as políticas implementadas é inegável o traço comum desse momento: maior crescimento, políticas sociais, superávit e fortalecimento do setor exportador de commodities. No campo macroeconômico é necessário haver uma ponderação de quais foram as reais políticas implantadas e como elas evoluíram durante essa década. Se algum fator é apontado erroneamente como importante para esse momento, deve-se entender quais são os fatores relevantes, mas não apagar do campo de discussão a singularidade dessa fase devida a existência de uma ou outra política específica.

No caso da Argentina, o novo desenvolvimentismo, como mostram os trabalhos de Curia e Frenkel, foi muito associado aos impactos do câmbio desvalorizado, que ao mesmo tempo produziria um superávit comercial com um aquecimento da indústria. Essa afirmação possui um erro duplo, tanto por esse crescimento não ter como principal causa as políticas cambiais, quanto por esse momento histórico não se resumir apenas à políticas macroeconômicas.

Como mostrou Amico (2013), o crescimento na Argentina após a crise de convertibilidade está muito mais ligado a um conjunto de políticas fiscais e sociais, que levaram a um crescimento da demanda efetiva, do que à uma política de câmbio desvalorizado.

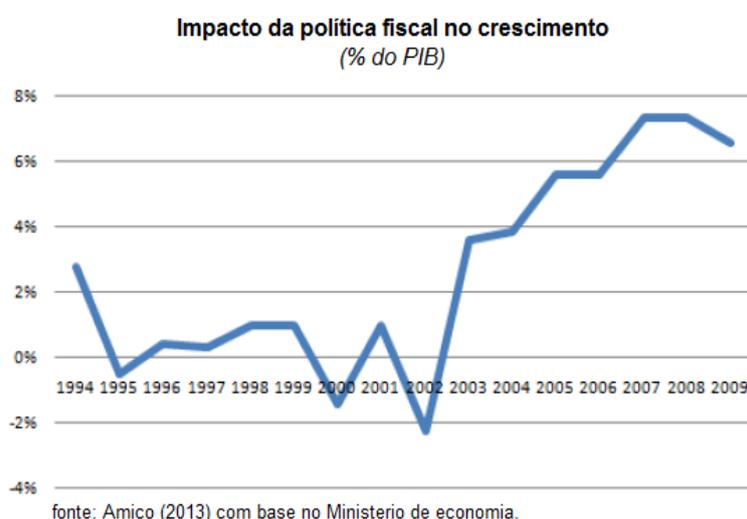
“[...] el resultado crecimiento acelerado de la economía argentina en los años 2000 se basó en la fuerte expansión de la

demanda doméstica (consumo e inversión), estimulada (directa e indirectamente) por una activa política fiscal.” Amico, 2013; p.42.

Um dos fatores decisivos desse crescimento argentino foi o vigoroso crescimento do consumo privado, que cresceu a taxa media anual de 7,75% entre 2003-2011. Esse forte crescimento pode ser vinculado a dois fatores principais: o forte aumento de crédito para consumo e ao aumento da renda.

O aumento da renda se deu em grande parte pelo aumento dos salários reais e da redução do desemprego, o que estão vinculados com: a mudança nos padrões político-institucionais de negociação salarial, com os gastos autônomos do governo (massa salarial do setor público, consumo do Estado e o investimento público) e as políticas sociais e distributivas. O aumento do gasto em seguridade social passou de uma redução em termos nominais (-4% em 2001 e -2% em 2002) para crescer 14% anual desde 2003, com aceleração ainda maior a partir de 2006. Outra dado relevante é o gasto público em capital, que vindo de forte redução (-32% em 2000 e -22% em 2002) passou a crescer em torno de 25% até 2009 (com picos de 87% em 2003 e 118% em 2004) (Amico, 2013).

Figura 10



A importância das políticas fiscais expansionistas nessa fase do novo desenvolvimento se torna ainda mais importante, quando se considera a pequena importância da desvalorização cambial para o crescimento econômico. Fiorito, Guaita e Guaita (2013) apresentam como os impactos das políticas de desvalorização cambial possuem um impacto muito maior na formação dos preços relativos, do que nas taxas de

exportação e importação. Dessa forma, o câmbio teria maiores impactos no processo inflacionário do que na determinação do crescimento da economia.

Considerando que a desvalorização cambial tem um efeito muito pequeno no comércio exterior, esse processo só levaria a uma situação favorável da relação entre exportações e importação com a desaceleração do ritmo da economia e não com a realocação de preços. Dessa forma somente uma grande desvalorização cambial poderia impactar na diminuição das importações via uma diminuição dos salários reais e consequente queda da demanda agregada. *“El aumento del tipo de cambio se transmite a los precios, deprime el salario real y consiguientemente la capacidad de gasto de los trabajadores, e induce una recesión que permite regenerar la cuenta corriente exrterior”* (Canitrot, 1983 p. 23).

A mesma percepção do pequeno impacto do câmbio para o comércio exterior também vale quando se analisa os recentes processo de desequilíbrio externo do país, muitas vezes associado também com a queda do crescimento. Diferentemente do argumento de uma valorização do câmbio, esse desequilíbrio está muito mais vinculado com a própria estrutura produtiva do país. *“El desequilibrio externo entre importaciones y exportaciones se produce debido a razones estructurales, entre las cuales la composición de las exportaciones juega un rol central.”* (Amico, 2013 p. 44).

Dado o forte crescimento econômico na Argentina desde 2003, houve um forte crescimento do investimento e do consumo puxada pela expansão da demanda interna. Entretanto a estrutura produtiva do país implica em uma forte dependência de peças e bens de capital importados, o que leva o próprio crescimento da economia condicionar um desequilíbrio externo, independente da taxa cambial. Por isso, em grande parte dos países latinos, o aumento do investimento impacta em um processo de aceleração das importações.

O impacto da estrutura produtiva no desenvolvimento ainda está longe de ser um assunto resolvido, o que é extremamente preocupante em países com estrutura heterogênea ou desequilibrada como na América Latina, em que as commodities possuem grande importância para a exportação. A diferença das elasticidades renda entre os produtos de exportação e de importação, assim como a forte volatilidades dos preços da commodities, geram um processo de variações cíclicas tanto na capacidade de

importação quanto no crescimento e na restrição de divisas. Como mostramos no capítulo anterior, esse processo tem um forte peso na economia Argentina, como foi amplamente abordado pelos economistas estruturalistas, que através da voz de Marcelo Diamand ficou conhecido como pêndulo argentino.

Juntamente com o impacto da especialização em commodities, existe um outro elemento extremamente importante: o fluxo dos capitais financeiros internacionais, que muitas vezes é esquecido ou visto como uma mera consequência dessa estrutura produtiva desequilibrada. Apesar dessa estrutura gerar grandes condicionalidades, os altos níveis de endividamento externo devem ser vistos como uma característica estrutural autônoma das economias latinas.

Obviamente a estrutura desequilibrada da Argentina, com altas produtividades na produção de commodities, possui um papel relevante, entretanto, não se pode reduzir a um caso de doença holandesa, já que os fluxos de capitais internacionais desempenham uma função fundamental. O processo de acirramento das condições de produção dos países da América Latina na fase atual do capitalismo com sistema financeiro internacional desenvolvido não pode ser analisado sem considerar a dinâmica desses fluxos internacionais de capitais.

Como mostrou Medeiros (2008a), existe uma demanda financeira por divisas que não têm relação direta com a estrutura produtiva, mas que surge através de uma fragilidade financeira estrutural. *“The point here is the recognition that there is a financial demand for currency – a liquidity preference for holding currency – that does not arise by real necessity but by financial fragility.”* (Medeiros, 2008a p. 73).

Além do processo cíclico causado pela estrutura produtiva desequilibrada há um processo intrínseco de tomada de crédito em excesso, que dado o limite existente nessas economias pelo processo de restrição de divisas, em algum momento será necessário realizar um ajuste na balança comercial não só para conter seu déficit como para pagar o endividamento excessivo.

No momento de crescimento e de início do ciclo de exportação há um aumento do fluxo de capitais, o qual tem uma grande parte dos financiamentos e investimentos realizados de forma excessiva, por um mecanismo de fragilidade financeira. No momento em que há alguma alteração na economia internacional e começa haver um

déficit em conta corrente inicia-se um processo de forte saída dos capitais internacionais, dada a maior fragilidade dos países em desenvolvimento em arcar com suas dívidas. Assim se estabelece uma relação com a própria fragilidade de toda moeda periférica em relação a moeda hegemônica, já que qualquer possuidor de ativos líquidos irá preferir manter essa riqueza em ativos de moedas hegemônicas. Vale ainda notar que essa característica existe em algum nível para todos os países com a exceção dos EUA, que ao serem o padrão internacional se tornam por definição a moeda hegemônica de maior credibilidade⁵¹. Essa tendência, que se agrava fortemente em momentos de maior instabilidade, cria uma tendência crônica dos capitais internacionais fugirem das moedas periféricas (países em desenvolvimento).

Atualmente na Argentina esse processo de fuga de capitais por uma “alta preferência” por ativos externos é evidente. Entretanto, o governo erroneamente tentou coibir esse movimento através de restrição de divisas e de ativos em dólar, o que deu vazão à um fortalecimento de um mercado paralelo. Sendo assim, ao invés de coibir a fuga de capitais, levou a um processo descontrolado, já que não se buscou combater o diferencial negativo existente entre os juros internos e externos vinculados à diferença de risco considerado internacionalmente.

Por isso essa forte procura por ativos internacionais, como elemento estrutural da economia dos países da América Latina, acaba por intensificar os ciclos de preço das commodities e o processo crônico de restrição de divisas. Dessa forma fica evidente a relação dialética existente entre a estrutura produtiva e o sistema financeiro internacional para esses países, que ao mesmo tempo em que apresentam uma forte relação entre esses dois processos indica a existência de uma autonomia entre eles. Logo se estabelece uma relação dialética de retro alimentação entre a estrutura agroexportadora e os fluxos financeiros internacionais, que ao mesmo tempo em que redinamizam a economia no sentido da nova divisão internacional do trabalho a fragilizam financeiramente, através da autonomia do capital financeiro.

Em suma, nos países em desenvolvimento esse alto nível de dívida externa autônomo ocorre principalmente por dois motivos principais: i) um processo de empurrar empréstimos pelos bancos e pelos governos dos países ricos em determinados

⁵¹Para um estudo mais aprofundado das implicações do dólar como padrão do sistema monetário internacional ver Serrano (2008).

momentos e ii) pelo próprio excesso de tomada de empréstimo que dependem das decisões internas. Dessa maneira fica evidente a importância de entender como e em que direções esses fluxos internacionais entram no país em cada fase de crescimento, assim como a forma com que os grupos econômicos internos investem esse capital.

O momento atual da Argentina é facilmente correlacionado com essa situação, em que depois de um longo período de entrada de capitais durante toda a década de 90 teve um forte revês no começo dos anos 2000, mas que foi logo reestruturado para o início de um novo ciclo. Além da importância de entender como as políticas macroeconômicas específicas ditaram o ritmo interno, é fundamental analisar como se relacionam as várias implicações externas com os processos internos.

Apesar de a Argentina ter durante todo o começo desse século o crescimento mais rápido do hemisfério ocidental durante este período (como observa Weisbrot et al (2011)), no ano de 2012, muito longe de alcançar algum tipo de desenvolvimento integral, obteve uma das menores taxas de crescimento com uma das maiores inflações da América Latina. Da maneira análoga em que o crescimento foi obtido por políticas fiscais expansionistas, o seu baixo crescimento também pode ser explicado pelo estabelecimento de um conjunto de políticas visando uma maior austeridade. Dessa forma se coloca de suma importância entender porque esse padrão de crescimento do novo desenvolvimento não levou a um processo de desenvolvimento, mas sim ao que tudo indica, a mais um processo de *stop and go*.

A FORMAÇÃO DO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO ARGENTINO

Não há dúvidas que durante o processo de recuperação o presidente Kirchner e o ministro Lavagna possuíram méritos quanto a política dual de intervenção para manutenção do câmbio competitivo e realização de políticas fiscais expansionistas e distributivas. Como mostramos na seção anterior as políticas econômicas internas são fundamentais para entender algumas especificidades desse processo, como o próprio ritmo do crescimento econômico do país. Entretanto, não se pode deixar de lado que essas políticas só foram possíveis graças ao ambiente incomum do início dos anos 2000, dado pelo contexto internacional particular e pelo intenso conflito social doméstico, além dos fatores já citados como alta dos preços das commodities e taxa de juros

internacional baixa.

Na ciência econômica, tanto ortodoxa quanto heterodoxa, ainda é importante lembrar que os fatores internacionais não se referem somente aos níveis de importação e exportação. Além do fluxo de capitais internacionais, a relação dos Estados e a sua inserção no sistema capitalista internacional também produzem efeitos e nuances extremamente relevantes para o entendimento da trajetória do país.

Durante toda a década de '90 a presença do Fundo Monetário Internacional foi um dos grandes marcos para a implantação do *Consenso de Washinton*, em que colocava a importância da austeridade e das políticas ortodoxas para o bom funcionamento econômico, o que era agraciado com novos pacotes de empréstimos e refinanciamento da dívida. Entretanto o papel do FMI no processo de recuperação das crises cambiais da virada do século será bem diferente. Como mostrou Damil, Frenkel e Maurizio (2011), a atuação do FMI no período de recuperação da economia Argentina pode ser considerado um dos marcos de uma nova forma de atuação do fundo. Enquanto nos anos '90 os refinanciamentos eram realizados com a completa intervenção do FMI, no caso da pós-convertibilidade Argentina o fundo não conseguiu participar de forma direta em nenhum momento, o que proporcionou uma liberdade maior para o governo argentino realizar suas políticas.

Quando ocorreu a desvalorização rapidamente se seguiu uma forte aceleração da inflação. Entretanto, o recente ministro Lavagna, contrariando o FMI, implementou um novo plano de estabilização da economia, em que preservava o câmbio flutuante mas com a introdução de intervenções no mercado de câmbio. Apesar da desaprovação do FMI essas medidas de intervenção foram fundamentais para a estabilização da economia. O FMI julgava que a desvalorização e as políticas fiscais expansionistas iriam desarticular toda a economia, levando à uma grande instabilidade econômica com escaladas hiperinflacionárias, impossíveis de serem contidas. Entretanto, a realidade se mostrou distinta, mas caso fossem seguidas as políticas de austeridade propostas pelo FMI provavelmente o futuro recessivo descrito pelo fundo se realizaria.

Conforme a recuperação da economia Argentina avançava também se fortalecia o seu mercado financeiro, que tinha praticamente desaparecido com a crise. Dessa forma os atores financeiros internacionais começam a voltar ao país, assim como o

próprio nível de investimento. A relutância do FMI em participar desse processo se torna cada vez mais complicado, o que é completamente colocado em xeque com a desaprovação dos EUA na insistência do fundo em intervir diretamente na economia para a concessão de refinanciamento da dívida. Em sentido oposto ao *modus operandi* do fundo durante as décadas de '80 e '90, “*nowadays, the functions of the IMF in the international financial system are probably more undefined than ever before and the institution lacks precise orientation*” (Damil, Frenkel e Maurizio (2011).

É inegável a alteração das atuações dos órgãos políticos e econômicos do sistema internacional nos anos 2000 em relação as décadas anteriores, principalmente nos primeiros anos do século. Os EUA que inquestionavelmente exercem enorme influência nas instituições internacionais criadas no pós-guerra passavam por um período extremamente complicado de fragilidade política. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001 os esforços da política internacional norte-americana se voltaram para a resolução desse conflito externo, que se agravou com o início da Guerra no Iraque em março de 2003.

A excepcionalidade do momento externo pode ser evidenciada quando comparado com o momento recente enfrentado pelos países do sul da Europa, como Grécia e Espanha por exemplo. De forma análoga a crise que passou a Argentina em 2001, esses países enfrentam um grave processo de recuperação e de refinanciamento da dívida, entretanto diferentemente da Argentina passam por um processo extremamente difícil e doloroso devido as dificuldades impostas pelas agências internacionais com relação a imposição de políticas de austeridade (Katz, 2010a).

Apesar das crises de convertibilidade argentina e das crises creditícias recentes dos países do sul da Europa terem muitas semelhanças, como enfatizou Katz (2010a), o ambiente externo e principalmente a inserção internacional desses países são muito distintos, o que levou a Argentina obter um mecanismo de recuperação muito menos custoso para a sociedade do que um processo recessivo. Apesar do sistema produtivo industrial de maior dinamicidade tecnológica ter sido destruído durante o período neoliberal, a Argentina já no começo deste século possuía uma sistema agrário exportador recém formulado com a entrada do modo de produção da biotecnologia agroindustrial (conforme evidenciamos no capítulo anterior), o que pode garantir as divisas necessárias com o processo de desvalorização. Dessa forma, diferentemente dos

países do sul da Europa, a Argentina após a crise já contava com um sistema de exportação inserido nos moldes do novo padrão internacional do capital.

Assim como o panorama externo foi relevante para o processo de recuperação da crise de pós-convertibilidade, a dinâmica dos movimentos sociais e dos grupos econômicos será fundamental. A relação entre os grupos internos apresentou nos primeiros anos pós-convertibilidade uma dinâmica relativamente nova na história da Argentina. No capítulo anterior descrevemos uma velha questão da economia argentina de haver um claro conflito entre a burguesia nacional (representante da indústria nacional), dos grupos agroexportadores (muitas vezes vinculados com o ideário dos capitais estrangeiros) e a classe trabalhadora.

Principalmente durante os anos '90 haverá um processo de ruptura na formação sócio-econômica clássica da argentina, além do processo de desindustrialização houve uma forte entrada das multinacionais, que apesar de comporem a indústria argentina são completamente vinculadas ao setor externo, tanto em termos de suas decisões de investimento quanto no destino dos lucros e da sua lógica de valorização. Mesmo o grupo dos agroexportadores que anteriormente eram diversificados, nos anos finais da década voltou-se fortemente para a expansão do agronegócio. Dessa forma, houve um enfraquecimento da burguesia nacional, ou em outras palavras, da indústria nacional argentina como um ator forte na disputa da política econômica.

O enfraquecimento dessa burguesia nacional foi latente com o estouro da crise e a quase estagnação do Estado e da economia. Juntamente com esse enfraquecimento os outros dois grupos passam a ter cada vez mais um papel decisivo na conjuntura argentina, dada a dinamicidade crescente dos agroexportadores e a maior combatividade dos movimentos sociais.

A mega-desvalorização logo após o período de convertibilidade e as políticas fiscais expansionistas e distributivas terão um papel importante nesse processo, pois irá fortalecer essa nova formação ao mesmo tempo em que irá recompor as taxas de lucro da produção industrial argentina e promover o crescimento da demanda agregada. Será essa recomposição e o forte aquecimento da demanda que levou alguns economistas a acreditar no maior potencial do novo desenvolvimentismo em colocar a estrutura Argentina nos trilhos do desenvolvimento. Porém os percalços da economia capitalista

são muito mais complexos, que condicionam tanto os efeitos de uma determinada política macroeconômica quanto sua própria continuidade.

O câmbio desvalorizado e as políticas expansionistas recompuseram a indústria argentina, mas logicamente com forte concentração na indústria que teria alguma competitividade internacional. Em um país com uma estrutura produtiva desequilibrada a indústria que teria algum potencial de concorrência internacional evidentemente seria a indústria ligada aos manufaturados de origem primária, não só vinculados com o grupo agroexportador como também com baixa dinamicidade tecnológica e produtiva para os demais setores da economia.

Outro fator importante para esse fortalecimento foi o grande fluxo de capitais para essa produção, que desde a década de '80 promoveu grandes alterações tanto no campo como na indústria que secunda a atividade agroexportadora. Dessa forma, grande parte da entrada dos capitais internacionais teve como destino o financiamento da instalação de um grande número de empresas multinacionais e do estabelecimento dos grandes latifúndios com forte inversão de capital. O que evidencia uma relevância dos fluxos financeiros internacionais em relação a um típico processo de doença holandesa.

Por isso apesar do crescimento industrial no novo desenvolvimentismo ter sido tão alardeado pelo governo e por alguns economistas, não se passou de uma industrialização agroexportadora com um impacto muito restrito, sem possibilitar as reformas mais profundas na estrutura produtiva e social do país.

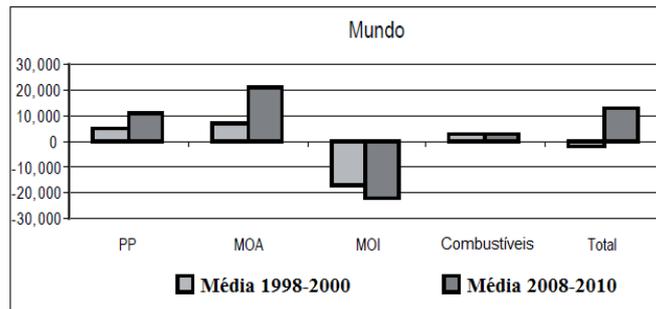
Tabela 5

Estrutura do Setor Agropecuário Argentino (2002-2008)						
	quantidade	superfície total	superfície total média	superfície com cereais	superfície com oleaginosas	superfície com cultivos industriais
2002	332.057	172.105.798	518	9.523.269	8.896.621	604.513
2008	251.082	155.424.819	619	8.655.925	10.408.513	766.904
variação	-24,39%	-9,69%	19,43%	-9,11%	16,99%	26,86%

Fonte: elaboração própria com base nos dados no Censo Nacional Agropecuário Argentino (2002-2008)

Figura 11

Saldo Comercial por grande itens (US\$ milhões)

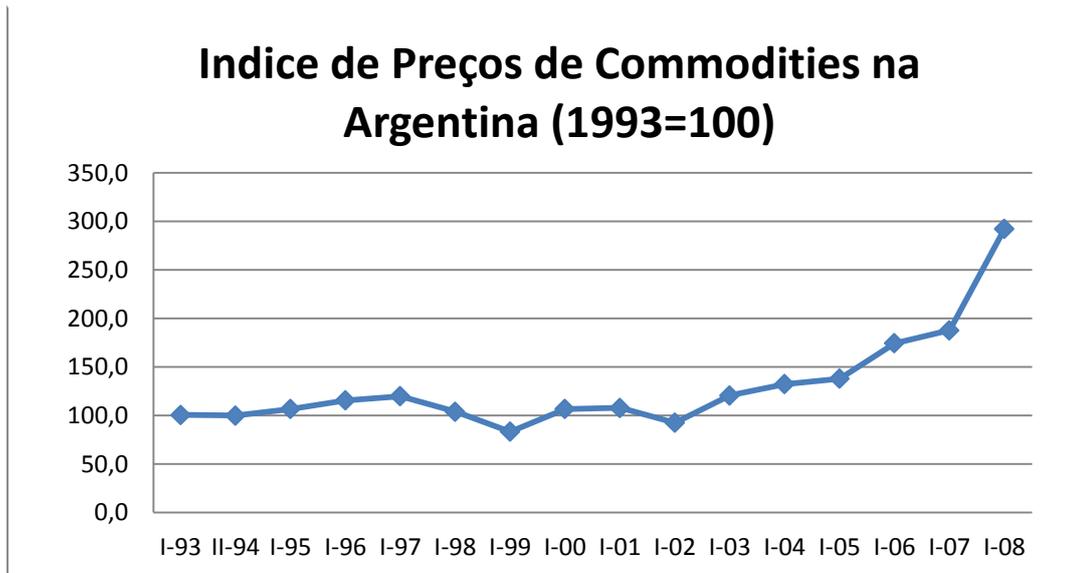


Fonte: elaboração própria com base nos dados do INDEC.

Conforme podemos ver pelos dados, há uma continuidade com expansão tanto na estrangeirização da produção quanto na concentração do capital no campo, o que pode ser visto também pelos dados no apêndice sobre o crescimento do valor agregado da indústria na Argentina por setor. Seguindo o processo da década de '90 houve uma concentração de 24,4% na quantidade de propriedades rurais com um aumento de 19,4% na média de hectares por propriedade, indo de 518 de 2002 para 619 em 2008. O saldo comercial argentino mostra não só a dependência dos produtos do setor primário, como um grande aumento desse processo. Os superávits aumentaram, no final da década em relação aos dois primeiros anos, justamente nos produtos primários ou manufaturados de origem agrícola, enquanto houve um aumento no déficit de produto manufaturados de origem industrial.

Essa estrutura do superávit argentino é mais alarmante ainda quando se coloca em questão os níveis altíssimos dos preços das commodities (expostos no gráfico a baixo), o que possibilita uma total reversão da situação com uma mudança no mercado internacional. O grande aumento desses preços se deve a entrada definitiva do mercado asiático no comércio mundial, que com amplo destaque chinês, possui uma grande dependência de produtos primários. Entretanto, a China possui várias iniciativas para buscar solução a essa dependência, o que põe um risco ainda maior a manutenção desses preços, o que tem sido vital para o superávit argentino.

Figura 12



fonte: elaboração própria com base nos dados do INDEC.

Atualmente as indústrias que possuem relevância na Argentina não constituem uma relação de oposição com os grupos agroexportadores como ocorria no passado. Diferentemente do período do Nacional Desenvolvimentismo em que o governo buscava um fortalecimento doméstico através da indústria nacional e dos trabalhadores se opondo ao grupo agroexportador, na primeira década do século XXI a indústria é de manufaturados primários e para exportação, o que não causa uma oposição com o modelo agroexportador. Em 2009 a indústria de produtos alimentícios e bebidas foi responsável pela ocupação de 30% da mão de obra na indústria, apresentando um crescimento no número de trabalhadores de 4% em relação à 1997 (ver a tabela com a ocupação dos trabalhadores argentinos na indústria entre 1997 e 2009 no apêndice desse capítulo). A indústria de substâncias químicas e produtos químicos (ligada a produção de agrotóxicos, fertilizantes e sementes) obteve nesse mesmo período um crescimento de 8%. Em contraste podemos observar as indústrias mais tradicionais, ou com maior dinamicidade, como a de máquinas e aparatos elétricos com redução de 17% e a de veículos automotores⁵² com um decréscimo de 6%.

Por isso o fortalecimento da indústria na Argentina atualmente não vai contra o

⁵²A pauta de exportação industrial argentina possui uma grande exceção na sua relação com o Brasil, a qual se particulariza mais ainda por se tratar basicamente de componentes automotores, sendo 80% dessa produção exportada para esse seu importante vizinho. Entretanto, como evidenciamos no capítulo anterior, essa indústria perde cada vez mais sua dinamicidade, dada a desarticulação de toda cadeia de valor agregado devido a enorme participação estrangeira no fornecimento de peças, o que leva a se estabelecer muito mais como simples montadoras do que como indústrias. (Azpiazu, Basualdo, Schorr (2001)).

setor agroexportador, como ocorria anteriormente, mas sim no mesmo sentido, já que essa indústria é formada principalmente por manufaturados de origem primária.

Com relação a classe trabalhadora os longos anos do neoliberalismo e de compressão dos ganhos sociais levou à um fortalecimento histórico das suas lutas e da sua combatividade. Como apresentamos no capítulo anterior houve na Argentina um forte processo de reconfiguração das lutas sociais, com um destaque para o movimento dos *piqueteros* e da UTD (Unión de Trabajadores Desocupados). Apesar do fortalecimento dessas lutas há uma clara alteração no seu conteúdo, cada vez mais deixando de ser um conflito contra o capital em geral (na figura da própria empresa capitalista), para uma disputa por melhores condições de vida, que se expressa na figura do Estado.

A alteração da substância dos movimentos sociais não é algo exclusivo da Argentina, muito menos pontual. A percepção dessas alterações pode ser caracterizada de forma pioneira nos trabalhos da escola de Frankfurt, tanto na obra de Marcuse como em trabalhos de Habermas já nos anos '80. De acordo com essa escola de pensamento essa alteração ocorre ligada ao próprio movimento sindical, que passa a tentar se integrar ao Estado e a dirigir suas ações não mais para se opor a ele, mas sim para conseguir um aumento de consumo da classe trabalhadora.

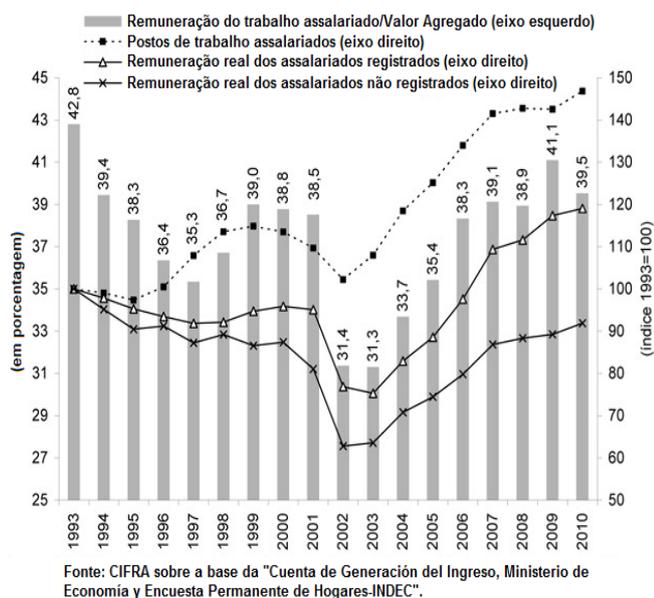
O movimento sindical se instrumentaliza para agir dentro do Estado e dessa forma lutar por maiores garantias de consumo para sua classe. A percepção desse movimento de alteração dos conflitos sociais na estrutura do capitalismo advém da esfera internacional, ou seja, dos avanços do próprio sistema capitalista em geral. Entretanto, como veremos na seção seguinte, essas modificações apesar de parecerem abstratas apresentam modificações concretas na dinâmica da economia Argentina, como se exemplifica nos novos contextos de barganha salarial e briga distributiva, que irão impactar diretamente nos processos inflacionários recentes.

Na Argentina o percurso recente dos sindicatos representa claramente o movimento descrito pela escola frankfurtiana. Durante toda a década de '90 e principalmente nos anos '00 há um movimento inverso das principais forças sindicais. Enquanto vários dos antigos sindicatos perdem força e importância no quadro político argentino, o sindicato dos caminhoneiros passa a ter uma importância crescente, o que

pode ser visto pelo próprio número de afiliados passando de 70 mil em 1992 para 200 mil em 2011.

O Sindicato dos Caminhoneiros se fortaleceu principalmente nas províncias e por sua capacidade de parar a estrutura produtiva do país, extremamente dependente das rodovias para o escoamento de sua principal produção, cereais (soja e milho) para exportação. O líder do Sindicato dos Caminhoneiros, Hugo Moyano, se torna Secretário Geral 'de la Confederación General del Trabajo de la República Argentina' (C.G.T). Na figura de Moyano terá uma representatividade forte, que com amplo apoio durante os primeiros anos do governo Kirchner será um dos elementos essenciais dessa coalização novo desenvolvimentista, se tornando uma ferramenta de barganha contra os agroexportadores nas principais negociações. Até 2011 Moyano teve uma forte ligação com os presidentes Nestor e Cristina Kirchner, obtendo um papel importante como chefe do Conselho de Salários (um conselho consultivo oficialmente sancionado) garantindo uma posição de barganha coletiva mais forte e com aumentos frequentes no salário mínimo. O cargo de chefe do Conselho de Salários obtido por Moyano será extremamente representativo da forma de luta social que se configura no novo desenvolvimentismo argentino, no qual não se passa por reformas estruturais, mas por ganhos reais no consumo via crescimento do salário nominal.

Figura 13



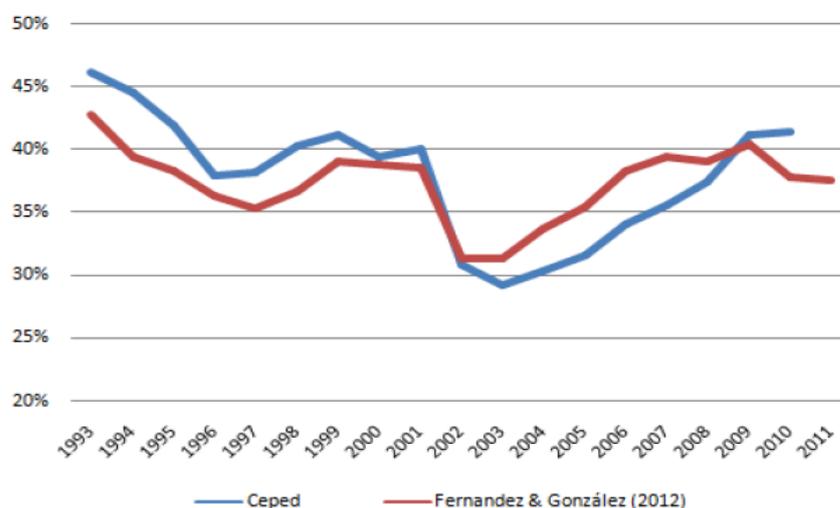
O Nacional Desenvolvimentismo na América Latina (como o caso do peronismo na Argentina iniciado na década de 1940) do ponto de vista social teve um grande papel

de garantia dos direitos trabalhistas, o que representou um grande aumento nos níveis de salário real, o que juntamente com o crescimento da demanda agregada, levava a patamares altos de ocupação e salários reais. De certa forma o governo interviu mais diretamente nas determinações das taxas de lucro e de salário através do estabelecimento formal de direitos trabalhistas e de políticas diretamente intervencionistas na estrutura produtiva, tanto com câmbios múltiplos como com o estabelecimento de empresas estatais em setores específicos. Entretanto, no Novo Desenvolvimentismo, apesar da grande importância da classe trabalhadora nessa coalizão e dos níveis históricos de distribuição de renda, a forma como o governo intervém nas questões sociais é diferente.

Não houve avanços significativos no governo Kirchner em relação às mudanças estruturais na economia do país, mas houve avanços inquestionáveis do ponto de vista social, que ocorreram por políticas sociais que garantissem o consumo dos trabalhadores e uma maior distribuição de renda. O governo implementou uma política salarial com maior abertura de negociação, reabrindo as negociações coletivas e aumentando constantemente os salários mínimos com expansão dos empregos público, o que pode ser visto nos gráficos abaixo. Também ampliou significativamente a cobertura dos setores mais humildes, combatendo a pobreza no país. Além dessas políticas implantadas também é inegável o contraste existente entre a etapa atual de melhoras e o período anterior de implantação das reformas neoliberais (Katz, 2010a).

Figura 14

Participação dos salários na renda (%)



Fonte: Fernandez & González (2012)

Figura 15

Índice de GINI para a Argentina (2002 - 2010)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do INDEC

Entretanto mais profundamente do que o discurso dos macroeconomistas do novo-desenvolvimento o que temos é um fortalecimento do crescimento da economia via agroindústria e uma melhora em algumas variáveis sócias devido a políticas de expansão do consumo. O próprio desenvolvimento dessa estrutura está ligado com as políticas de câmbio desvalorizado, as políticas fiscais expansionistas e a entrada de capitais internacionais sem regulação, que ao mesmo tempo em que garantem essa expansão agroindustrial garantem também as divisas necessárias para a manutenção do consumo e da industrialização.

Porém longe de se apresentar como uma mudança estrutural no país em que se teria alcançado um nível de desenvolvimento integral e autônomo, cada vez mais é possível notar que não passa de mais uma fase do pêndulo argentino⁵³, em que há um fortalecimento do setor primário e o acirramento do processo distributivo e inflacionário. Apesar do pêndulo continuar o seu movimento ele agregou novos elementos, já que apesar desse momento ser de primazia da produção de commodities para exportação, há forte presença da agroindústria e de uma coalização social (com incorporação de ampla parte da classe trabalhadora) através das políticas de garantia do consumo.

Durante a fase de recuperação pós-convertibilidade o casamento entre os grupos agroindustriais, os trabalhadores e o governo ocorre em grande harmonia. Até meados

⁵³ Menção à analogia criada por Marcelo Diamand para descrever o movimento da economia Argentina relacionado com a sua estrutura produtiva desequilibrada, conforme apresentamos no capítulo anterior.

de 2007 pode-se caracterizar como o período de ouro desse novo desenvolvimentismo argentino, no qual atingiu taxas formidáveis de crescimento econômico com inflação controlada e grande coalizão social. No entanto o ano de 2008 pode ser considerado o ano limite dessa configuração, pois já começa a ficar claro as principais contradições contidas no modelo, como a própria impossibilidade de resolver questões de desenvolvimento social e produtivo baseado em uma reprimarização da economia com fortalecimento dos grupos agroexportadores.

A Argentina passou por um processo de forte ruptura com o período Neoliberal, mas com uma manutenção de elementos chave, como a grande abertura econômica e financeira. A inserção da economia argentina dentro desse sistema globalizado impõe não só a manutenção de certas variáveis econômicas elegidas pelo sistema internacional, como o próprio direcionamento da sua estrutura produtiva, que mesmo com um câmbio mais competitivo ainda se encontra completamente baseada na exportação de produtos primários. Apesar de nos primeiros anos da década, devido a completa crise que passava a economia Argentina, ter sido possível manter uma maior coalização entre os diferentes interesses, com o estabelecimento de certa normalidade da economia as contradições desse novo desenvolvimentismo começaram a surgir por todos os lados.

O período de recuperação se apresenta como um momento de grande coalização social, em que os variados grupos econômicos não possuem grande divergência, o que configura no fortalecimento do governo e na sua maior capacidade para estabelecer novas e diferentes políticas. Todavia, quando se restabelece os níveis de lucratividade e de estabilidade social e política os acirramentos entre os grupos distintos se sobrepõe. O governo que até então não enfrentava uma grande oposição interna, começa a ser visto muito distante dos ideais do grupo hegemônico da economia argentina atual. Apesar do amplo domínio do setor agroexportador, o governo dos Kirchner busca resgatar as políticas com um perfil peronista, ou seja, de maior atenção para a indústria nacional e os trabalhadores. Entretanto as disputas ficam cada vez mais acirradas, o que pode ser visto objetivamente, como descrito com mais detalhes na próxima seção, no processo inflacionário e nas disputas pelas taxações e impostos.

Na próxima seção tentaremos mostrar como houve uma fratura na coligação existente na Argentina pós-convertibilidade e como essa ruptura colocará vários condicionantes para a trajetória do país. Dessa forma tentaremos apresentar os

principais conflitos e problemáticas que tem impedido a evolução do desenvolvimento Argentino, muitas delas condensadas em torno do processo inflacionário.

O ACIRRAMENTO DO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

O período de recuperação da Argentina pós-crise de convertibilidade pode sim ser considerado um momento singular na história de desenvolvimento do país, mas longe de ser devido ao alcance de um período de desenvolvimento integral. A singularidade do período está na forte coalização político-social interna, dada pela crise da convertibilidade, juntamente com o período pré-crise financeira internacional de 2008, marcado por enormes fluxos de capitais internacionais e pelo crescimento espetacular da China, o que impactou na elevação dos preços das commodities e permitiu um conjunto de políticas fiscais expansionistas e distributivas. Entretanto como iremos explorar nessa seção, essa formação específica não irá se sustentar durante toda a década, apresentando já nos últimos anos grandes cisões e mudanças na configuração político-econômica.

O marco dessa alteração dentro do período novo-desenvolvimentista na Argentina pode ser considerado em 2008, com o processo histórico de disputa entre o setor agroexportador e o governo pela implantação da lei de retenções móveis (*Resolución 125*). Até o começo de 2008 havia uma forte estabilidade entre os principais grupos do país, sem que o governo se opusesse ao setor agroexportador, enquanto esse grupo apoiava a expansão de políticas sociais que garantisse um aumento de consumo da população.

A partir de 2007 a economia Argentina não se encontrava mais em um período de recuperação, como pode ser visto pelos níveis “normais” de utilização da indústria em cerca de 80% já no final de 2006 (Vernengo, 2011). A partir de 2006, mas principalmente durante 2007 e 2008, há uma elevação brusca nos preços das commodities exportadas pela Argentina, o que acentuou ainda mais a reprimarização da economia que vinha ocorrendo durante todo o período de recuperação.

O governo, com o discurso de frear esse processo de expansão exagerada das commodities, lança em março de 2008 o já mencionado projeto de retenções móveis,

que consistia na taxaço entre 7% e 9% das exporta es de soja, milho, trigo e girassol conforme a varia o do preço desses produtos. Logo após o lançamento do projeto no senado já se inicia um intenso conflito entre o governo e o grupo liderado pelo setor agroexportador, que será apenas o primeiro de uma série de disputas entre os mais variados temas⁵⁴.

A importância dessa disputa será amplamente alardeada por vários analistas na Argentina, dada a sua representatividade como marco simbólico de uma mudança de rumo para o padrão de desenvolvimento do país. O resultado desse conflito colocou muitos condicionantes de como se dariam as principais disputas, que apesar do peso do setor agroexportador teria a contradi o de um governo mais intervencionista, que ao inv s de tentar coibir a exporta o pretendia a utilizar para al ar voos desenvolvimentistas maiores.

“Es así que [...] partiremos de la idea de que la disputa por las retenciones móviles actu  como punto de partida de un proceso en el cual se puso en juego la definición sobre el modelo de Estado-nación en Argentina, gener ndose de este modo una disputa por la dirección del Estado.” – Esteve (2011).

Durante os 129 dias, de 11 de março de 2008 até 17 de julho de 2008, quando o senado revogou o projeto oficial, houve uma intensa polariza o no país, com uma intensa disputa política ideológica. O governo nacional se defendia das fortes acusa es de confisco argumentando da importância da *Resolución 125* para a continuidade do projeto desenvolvimentista, pois teria como objetivo evitar que o forte aumento dos preços das commodities nos últimos anos impactassem os preços internos. Dentro dessa perspectiva, o governo apresentava a medida como uma maneira de amenizar os impactos do aumento externo dos alimentos na economia nacional. O então ministro

⁵⁴ No final de 2009 ocorreu uma grande discussão econ mica e política em torno do ‘Fondo del Bicentenario’, o qual se tratava da cria o de um fundo especial para garantir o pagamento da d vida externa. Esse seria construído com as reservas do Banco Central mediante a um empréstimo com taxas de juros controladas, para reduzir a sobrecarga financeira no Tesouro. O argumento da Presidente Cristina Kirchner se baseou na situa o emergencial e particular da crise financeira mundial de 2008, que paralisou a economia mundial e diminuiu a arrecada o do país. Assim, ao invés de conseguir financiamento através de mais endividamento externo (com taxas de juros maiores), foi proposto um empréstimo concedido pelo Banco Central. Entretanto, as disputas internas do país, com um amplo apelo de constitucionalidade e no Congresso Nacional, barraram a cria o desse fundo e a maior liberdade do governo para dar continuidade às políticas econ micas e sociais. Outra grande disputa dentro do modelo novo-desenvolvimentista argentino tem se dado no conflito entre os principais grupos midiáticos e o governo. Dessa forma, Cristina Kirchner tenta desde 2010 implantar uma grande reforma no setor jornalístico, o que tem causado uma grande batalha campal com o jornal *Clarín* por todo o país.

Martín Lousteau, defendia a importância de desvincular os preços internacionais dos preços internos, o que já começava a pesar na economia Argentina cada vez mais dependente das exportações de grãos. Além desse fator importante nos preços internos, a medida visava também incentivar uma contenção do processo de *sojizacion* da economia, que se tornava cada vez mais concentrada.

O setor agropecuário, por sua vez, obteve uma união histórica na economia Argentina, colocando do mesmo lado organizações historicamente opostas (SRA, FAA, Coninagro e CRA) com o discurso de que o governo estava se utilizando de meios confiscatórios. Esses grupos alegavam a inviabilização da produção de oleaginosas se a medida fosse vigorada. Esse argumento se alastrou pelo país, com um forte peso ideológico e da nova importância do campo, mesmo nas zonas rurais. Apesar de inúmeros estudos apresentados sobre o crescimento muito superior dos preços em relação aos novos impostos⁵⁵, o argumento do confisco às rendas agrárias prevaleceu na sociedade Argentina.

Como tentamos mostrar ao longo desse trabalho, nos últimos anos a Argentina passou por um intenso processo de reprimarização da sua economia, o que ocorreu com uma forte concentração do campo e grande entrada de capital internacional, principalmente na construção da indústria complementar à essa produção agroindustrial. Entretanto esse processo acaba por aumentar a renda da terra e colocar os pequenos e médios proprietários na posição de rentistas, em outras palavras, os produtores menores não podem competir em custos com os grandes grupos, por isso são levados a abandonar a produção e arrendar o campo para alguma grande empresa capitalista. Por isso, mesmo as organizações historicamente contrárias aos grandes grupos capitalistas se uniram nesse momento, dado a sua nova posição de rentista e, portanto, com participações na renda da exportação de oleaginosas. Dessa forma, esses pequenos produtores não são mais uma classe usurpada da terra, mas uma nova classe média que se identifica muito mais com vínculos empresariais⁵⁶.

⁵⁵“De acuerdo con las estimaciones disponibles, la rentabilidad por hectárea de soja con posterioridad a la vigencia del nuevo régimen de retenciones móviles alcanzó, en pesos constantes de 2007, 1223\$ por hectárea, mientras que el promedio de 2007 había sido, medido en la misma forma y para idéntico cultivo, de 846\$ por hectárea. Es decir, que a pesar de la aplicación de las nuevas retenciones, el ingreso por hectárea de los productores se incrementó en un 45%.” - Basualdo; Arceo (2009)

⁵⁶ “Este nuevo sujeto que tiene poco campo propio y trabaja mucho el ajeno, actúa como un empresario y constituye el sector que se tornó más visible en el reciente conflicto” (Clarín, 1-6-08)

Essa reestruturação do campo argentino, com uma forte concentração e saída dos pequenos proprietários para a cidade através de um processo de aburguesamento dos fazendeiros medianos⁵⁷, terá um forte peso na estrutura política Argentina. Historicamente os pequenos e médios agricultores se opunham a oligarquia pampeana, pois enquanto esse grupo possuía fortes privilégios políticos e acesso ao mercado internacional, os pequenos se encontravam muito mais voltados para o abastecimento do mercado doméstico, o que lhes colocava muitas vezes no campo político dos nacionalistas e dos trabalhadores. Entretanto houve uma brusca mudança nesse quadro político do campo, com uma junção de todas as entidades agropecuárias contra o governo⁵⁸.

Será exatamente esse médio proprietário que terá maior visibilidade e atuação durante os conflitos com o governo. Com ampla capacidade de mobilização, através do discurso de confisco das rendas, essa nova classe média derrotou o governo, mas por fim os grandes ganhadores desse processo serão os grandes proprietários agroexportadores. Com a revogação da medida foi retirado também as taxações que variavam com o tamanho da exportação⁵⁹, dessa forma enquanto um pequeno produtor de 200 toneladas passou de uma renda estimada de 29.280 pesos para 26.839 pesos, um grande produtor passou de 554.460 pesos para 670.740 pesos, conforme estimativas do jornal Página 12 (Donda e Merchán, 2008).

⁵⁷ “Además, muchos de los pequeños y medianos productores pampeanos se convierten en rentistas o ‘cuasi-rentistas’, ya que se ha dado un doble proceso de valorización de la tierra y descapitalización y reducción del peso del trabajo propio.” - Basualdo; Arceo (2009)

⁵⁸ “A diferencia de los años 90, los contratistas que a su vez son rentistas no enfrentan ninguna amenaza de quebranto. Por eso frecuentemente afirman que las retenciones “conspiran contra su estilo de vida”, al empujarlos a sustituir el trabajo directo por el alquiler del campo. En ese caso pasarían a vivir de un alto ingreso, en condiciones muy alejadas de los padecimientos que soporta la mayoría de la población. El nuevo contratista tiene muy pocas afinidades con el viejo chacarero que forjó la Federación Agraria. Por esta razón la demanda de anular las retenciones móviles tuvo primacía sobre el programa histórico de reforma agraria y Junta Nacional de Granos. Tampoco los antiguos cooperativistas se parecen a los empresarios medianos que controlan CONINAGRO. A su vez, los grandes propietarios de CRA se han convertido en grandes burgueses y los latifundistas ganaderos de la Sociedad Rural en agro-capitalistas. Como consecuencia de estos cambios, solo un porcentaje mínimo de los productores mantuvo su vieja afiliación gremial, lo que explica la gran autonomía que demostraron las asambleas de auto-convocados.” – Katz (2008).

⁵⁹ “Los ganadores inmediatos serán los exportadores y sobre todo los grandes productores, que pagarán un impuesto inferior al estipulado en el proyecto de ley que rechazó el senado. Esta iniciativa incorporaba una segmentación del impuesto por volumen de producción, que el gobierno primero concedió a quienes producen menos de 500 toneladas. Luego introdujo una escala que situaba las retenciones en un 30% hasta 300 toneladas, 35% hasta 750 toneladas y 40% por encima de 1500 toneladas. Esta diferenciación quedó sepultada con la derogación del decreto oficial, determinando una clara pérdida para quienes fueron el estandarte de la revuelta rural.” – Katz (2008).

O conflito por *retenciones moviles* será, portanto, o grande marco da disputa que se instala no modelo novo-desenvolvimentista argentino, em que as novas políticas do governo se chocam diretamente com as intenções dos setores agroexportadores. A intenção do governo, mesmo quando esse conflito já se encontrava acirrado, nunca foi desestimular ou emperrar a expansão da exportação de commodities, pelo contrário, sua intenção foi de expandir essa produção, mas com maior capacidade de intervenção nessa renda para poder dar continuidade à suas políticas de manutenção do consumo e de defesa de alguns setores da burguesia nacional.

A intensificação desse conflito entre os principais grupos políticos econômicos no interior do bloco histórico do novo desenvolvimentismo pode ser ilustrada, ou representada, pelo processo atual de elevação da inflação na argentina, que tem no conflito distributivo sua grande *expressão*. O aumento de preços deve ser entendido como uma das representações da própria estrutura produtiva-política da Argentina. Obviamente a determinação do preço em uma sociedade capitalista não deixaria de conter a questão essencial entre a disputa capital e trabalho, entretanto quando analisamos esse processo não devemos reduzi-lo para a esfera política ou econômica, dessa forma tanto a estrutura produtiva quanto as relações distributivas de classe interna e externa possuem fortes condicionantes.

A discussão sobre os determinantes da volta das altas taxas de inflação na Argentina tem sido acalorada, com muitas opiniões divergentes, a qual ganha contornos mais dramáticos com as atitudes do governo de criar novos índices. Em 2007 o governo rejeitou o cálculo anterior e passou a realizar um novo índice. Várias consultorias passaram a mensurar a variação de preços para confrontar com o governo, o que tem trazido altas divergências. Enquanto o governo divulga valores em torno de 10% ao ano, várias consultorias apresentam valores em cerca de 30%⁶⁰. Não por acaso o tema da inflação tem polarizado grande parte do debate atual no país.

A grande diferença das teorias e análises existentes sobre o processo

⁶⁰ A grande maioria das análises político-econômicas acusa com grande veemência essa atitude do governo, pois teria como objetivo iludir o povo enquanto seus salários seriam corroídos. Mas atualmente alguns analistas defendem que essa atitude do governo não teria um impacto tão grande para os trabalhadores, pois estes reajustariam os salários com as taxas mais “verdadeiras” da inflação, dado a grande divulgação desses dados pelos outros institutos não oficiais e pela alta combatividade atual dos trabalhadores e sindicatos argentinos. Entretanto, no caso dos juros da dívida o país faz todos pagamentos com os juros oficiais, o que esconderia um relativo calote da dívida. Apesar de um ponto de vista interessante essa abordagem precisa de mais atenção e avaliação para ser defendida.

inflacionário (principalmente sobre como combatê-lo) se deve basicamente aos profundos efeitos distributivos. As principais visões podem ser agrupadas entre inflação de custos e inflação de demanda, grosso modo vinculadas com teorias heterodoxas e ortodoxas respectivamente. Essa última, entretanto é rapidamente rechaçada quando se analisa mais detalhadamente a estrutura produtiva e de preços da argentina.

Como mostrou Vernengo (2011) a capacidade utilizada da indústria argentina está longe de alcançar o seu limite, já que em 2011 atingiu apenas 80%. De 2003 a 2010 o PIB cresceu ao redor de 60%, enquanto o investimento no mesmo período foi de 147%, o que indica uma forte tendência de ajuste da economia ao crescimento da demanda. A argumentação da inflação de demanda apenas esconde o interesse de aumento dos juros pelos grupos financeiros e o fortalecimento de um conjunto de políticas austeras que impediriam a continuidade das políticas distributivas e da implantação de reformas mais profundas no país, como o caso das *retenciones moviles*.

Uma das abordagens mais frutíferas sobre o crescimento da inflação atual na Argentina consiste em mostrar como esse processo está vinculado à uma dinâmica de desvalorização cambial com conflitos distributivos (ver: Amico, 2008 e Amico; Fiorito, 2012). As políticas macroeconômicas do governo argentino desde a recuperação pós-convertibilidade, como mostramos na seção anterior, consiste em manter o câmbio alto (atraindo divisas, dados os preços favoráveis do mercado internacional) e realizar políticas sociais via manutenção do consumo popular elevado. Obviamente esse quadro coloca um aumento nos custos produtivos, que desencadeará na velha disputa distributiva com explosão inflacionária⁶¹.

“El agravamiento del conflicto distributivo – con su efecto inflacionario vía costos y su alcance corrosivo de la competitividad -, le sería entonces inherente. A su vez, la aceleración inflacionaria originada en el ajuste cambiario se ve estimulada por el propio proceso de crecimiento, ya que la expansión fortalece a los actores en conflicto (empresarios y sindicatos) y amplía los límites que impone al pass-through una situación recesiva.” - Amico, 2008 p:41-42.

O governo respondendo as fortes demandas sociais implanta vários programas distributivos e de aumento dos salários, mas que são logo contornados por aumentos de preços, o que torna estável (ou até com redução) o salário real. Os grupos capitalistas

⁶¹ Para uma maior compreensão desse processo inflacionário dado por conflito distributivo ver Serrano (2010).

mais concentrados asseguram benefícios elevados, com remarcações que somente eles podem realizar. Portanto se estabelece uma inflação que somente garante o ganho da classe dominante, o que acaba por barrar qualquer intenção de crescimento pela demanda agregada.

As causas da inflação argentina evidentemente são mais profundas do que uma inflação de demanda, como pode ser visto claramente pelo conflito distributivo que polariza historicamente a economia argentina. Entretanto, esse conflito é apenas o *reflexo* da questão real que está por trás dessa inflação. O caso argentino mostra claramente como os elementos na economia capitalista se relacionam, em que o conflito distributivo se torna fundamental para compreender a conjuntura econômica, mas não podendo esquecer que a distribuição da renda passa sempre pelas condicionalidades do modo de produção. Marx no seu último trabalho escrito já lembrava a importância de entender as condicionalidades impostas pela produção nas implicações da distribuição de renda na economia, parecendo adivinhar os rumos que as teorias econômicas tomariam.

“Mesmo prescindindo do que fica exposto, é equivocado, em geral, tomar como essencial a chamada distribuição e aferrar-se a ela, como se fosse o mais importante. A distribuição dos meios de consumo é, em cada momento, um corolário da distribuição das próprias condições de produção. [...] O socialismo vulgar (e através dele uma parte da democracia) aprendeu com os economistas burgueses a considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção, e, portanto, a expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição. Uma vez que desde há muito tempo já está elucidada a verdadeira relação das coisas, porque voltar a marchar para trás?” Karl Marx, Crítica ao programa de Gotha, p.:8.

Ao se entender a inflação como fruto de uma questão puramente distributiva as únicas medidas possíveis ficariam restritas as intervenções do governo como proposto por Abba Lerner, em que se interviria diretamente ou nos salários nominais ou nas taxas de lucro (Lerner, 1947). Atualmente as propostas de política econômica na Argentina não diferem muito dessas intervenções, se polarizando entre restrições nos lucros ou salariais. A primeira, mais progressista, consistiria justamente em conter a expansão do setor agroexportador e da sua pressão cambiária através de aumentos nas taxas das exportações desses produtos, o que evitaria ainda o aumento dos preços domésticos por contágio do aumento dos produtos exportados pelo país. A segunda alternativa, mais

conservadora, consistiria em um maior controle nos reajustes salariais, o que possibilitaria a continuidade da expansão da economia com base no setor agroexportador, sem haver remarcações salariais que causassem aumento dos preços.

O próprio modo de produção atual da Argentina condiciona em grande parte essa dualidade das políticas e análises atuais, com uma forte bipolaridade entre um setor agro-exportador extremamente capitalizado e um movimento social fortemente combativo⁶². Marcelo Diamand de forma pioneira já mostrava como essa relação entre a estrutura produtiva, a relação cambial e o conflito distributivo acabam por condicionar em grande parte os movimentos da economia argentina. Como analisou Diamand a estrutura produtiva heterogênea condiciona uma trajetória de desenvolvimento pendular, em que há uma alternância entre momentos de distribuição de renda com restrição de divisas e de crescimento econômico sem coesão social.

Mais do que nunca o *pêndulo* parece pesar sobre a economia argentina. A inflação e o conflito distributivo que *aparecem* como os grandes problemas atuais do país, apenas camuflam a grande questão: a extrema concentração produtiva imposta pelo setor agroexportador (ver dados nas seções e capítulo anterior, assim como no apêndice desse capítulo). Entretanto mais do que nunca se necessita e, essa é uma das intenções desse trabalho, esclarecer do que exatamente se trata essa questão produtiva.

Muitas análises, mesmo heterodoxas, ao perceberem a importância desse fator a consideravam como um processo de doença holandesa, que dado suas diferenças de elasticidades cambiais levariam a um processo cíclico de restrição de divisas. Mas o problema é mais profundo. A questão da produção na América Latina deve ser vista como dentro de um modo de produção capitalista, ou seja, como um sistema produtivo inserido no sistema capitalista internacional. É somente dessa forma que pode se compreender como esse modo de produção condiciona outros dois elementos fundamentais, que também possuem fatores de autonomia: o fluxo internacional de capitais e a formação de grupos econômicos internos.

⁶² Como mostrou Galafassi (2005), a combatividade política do povo argentino não deve ser naturalizada como uma característica *divina* dessa sociedade, pelo contrário, essa combatividade política se origina de um processo historicamente construído, não só da Argentina, mas como de toda região dos pampas, o que engloba além da Argentina, parte do sul do Brasil e o Uruguai. A formação das grandes propriedades latifundiárias exportadoras condicionou uma divisão social fortemente demarcada, que na figura do *gaúcho*, polarizou os conflitos no campo com a disputa pela renda da terra.

Uma política de crescimento econômico pode ser realizada pela esquerda ou pela direita, mas se o seu modo de produção, sua inserção internacional, continuar sendo de agroexportador, não haverá meios de gerar uma mudança estrutural que colocaria a economia em um outro patamar de desenvolvimento. Esse é um dos grandes erros dos economistas que acreditaram no novo desenvolvimentismo, achar que o sistema produtivo e a inserção internacional dos países da América Latina se igualariam aos países Asiáticos (por exemplo) simplesmente através da mudança dos preços relativos via políticas cambiais. Nem as políticas cambiais elaboradas inicialmente pelos novos desenvolvimentistas, nem a sua conjunção com políticas expansionistas (como evidenciado na primeira seção) levou a economia argentina à um novo padrão que pudesse ser chamado de desenvolvimento.

As políticas expansionistas e distributivas garantem o crescimento e a melhoria na distribuição de renda, mas de forma alguma são sinônimos de mudança estrutural. A Argentina apresentou um crescimento econômico e uma distribuição de renda espetacular de 2003 até 2011, mas já em 2012 teve um grande revês com a destruição de grande parte de suas políticas fiscais expansionistas e distributivas, em que fica claro um processo de saída dos capitais internacionais, dado o acirramento de um processo de fragilidade financeira. Nesse momento já está mais do que necessário aprofundar o famoso dilema exposto por Kalecki no seu célebre artigo ‘Aspectos Políticos do Pleno Emprego’:

“Essa situação é talvez sintomática do futuro regime econômico das democracias capitalistas. Na depressão, ou pela pressão popular ou mesmo sem ela, o investimento público financiado por empréstimo será adotado para evitar o desemprego em larga escala. Mas se forem feitas tentativas de aplicar esse método a fim de manter o alto nível de emprego alcançado na subsequente prosperidade, é provável que haverá uma forte oposição por parte ‘dos líderes empresariais’. (...) Ademais, o aumento de preços na fase de prosperidade é desvantajoso para os pequenos e médios rentistas e os tornaria ‘aborrecidos’. Nessa situação é provável a formação de um poderoso bloco de grandes empresários e rentistas, que encontraria mais de um economista para declarar que a situação é claramente enferma. A pressão de todas essas forças, em particular das grandes empresas, muito provavelmente induziria o Governo a retornar à política ortodoxa de corte do déficit orçamentário. Seguir-se-ia uma recessão, na qual a política governamental de despesa voltaria a seu sentido próprio.” – Kalecki, Aspectos Políticos do Pleno Emprego.

Se esse dilema exposto acima é o grande grilhão que prende todos os países em

desenvolvimento, porque para alguns, como os asiáticos mais recentemente, a história foi diferente? Se grande parte das políticas realizadas foi similar, porque o alcance foi tão distinto? É nessa hora que se torna fundamental perceber que além das políticas macroeconômicas há muitas outras questões para serem abordadas. A questão financeira é um elemento central, mas que com exceção dos EUA, perpassa por todos os países⁶³, como vimos recentemente até mesmo com a União Europeia e o seu forte Euro, além das fortes crises financeiras asiáticas no início desse século. Entretanto com relação a importância do modo de produção desses países ainda há muito que avançar. Apesar da forte intenção internacional de *naturalizar* os grandes latifúndios do agronegócio, novamente nos deparamos com a necessidade de políticas estruturais mais profundas, como a reforma agrária e a reforma política.

Como tentamos evidenciar durante todo esse trabalho, a dualidade da economia argentina se deve muito em parte as próprias condicionalidades impostas pelo seu sistema produtivo atual. O processo pelo qual o país passou durante as últimas décadas não pode ser visto de maneira casual. Apesar de historicamente a Argentina possuir um forte peso do setor agroexportador, esse passou por um forte processo de reestruturação. Nesse ponto os fluxos de capitais financeiros internacionais possuem uma dupla importância. Por um lado gera uma grande dinamicidade no setor agroexportador, que detêm a grande maioria dos investimentos estrangeiros. Enquanto por outro lado, o financiamento excessivo que acompanha esse processo, acaba por provocar uma situação de fragilidade financeira, em que vários agentes econômicos entram em falência e ocorre uma forte saída de capitais, o que afeta principalmente o já fraco sistema industrial.

Como mostramos principalmente no capítulo anterior, a estrutura produtiva argentina passou por uma forte mudança com a revolução biotecnológica no campo, com grande concentração e centralização da produção, não só desse setor como também do setor industrial que passou a ser cada vez mais concentrado nos manufaturados primários. É a partir do entendimento dessas mudanças que tentamos analisar como se originou e como se limitou as atitudes com um caráter mais desenvolvimentista do governo atual.

Na próxima seção, se valendo de toda avaliação feita durante o trabalho,

⁶³ Para uma maior compreensão da singularidade do sistema monetário internacional atual ver Serrano (2008).

tentamos entender de que maneira ocorreram essas modificações na estrutura argentina, ou seja, as circunstâncias que levaram o governo a poder se distanciar dos interesses imediatos das classes dominantes. Dessa forma evidenciando um movimento dual, o qual ao mesmo tempo em que possibilitou avanços trouxe também grandes e novos impedimentos (entraves) para o desenvolvimento do país.

MUITO ALÉM DO DESENVOLVIMENTISMO – APONTAMENTOS FINAIS.

Durante o último capítulo tentamos analisar quais foram as condições e como ocorreram os processos formadores desse novo desenvolvimentismo, assim como as suas próprias contradições internas que já apontam os limites desse modelo político econômico. O governo Kirchner, principalmente nos seus primeiros anos, apresentou um grande distanciamento das políticas neoliberais. Com um câmbio desvalorizado promoveu fortes políticas fiscais expansionistas e distributivas, que mantendo uma balança comercial positiva obteve um forte crescimento e uma notável distribuição de renda.

Na primeira seção tentamos apresentar quais foram os reais processos econômicos que geraram esses efeitos, tentando descortinar os discursos e análises com um foco demasiado nas políticas cambiais e na balança comercial. As análises do novo desenvolvimentismo partem de um erro duplo, que pode ser sintetizado pelo nacionalismo metodológico, o qual consiste em tentar entender uma nova formação político-econômica através de um reducionismo economicista, em que as questões externas se resumiram a balança comercial enquanto as questões internas diriam respeito apenas às políticas macroeconômicas empregadas. A partir da análise dos fatores mais amplos que dizem respeito a essas duas esferas, nacional e internacional, tentamos apresentar como esses elementos evoluíram provocando os novos limites para a economia argentina. Entretanto, ainda é válido esclarecer, após essa breve apresentação, como esses elementos se unificam, ou como eles podem ser compreendidos a partir de um movimento do sistema capitalista internacional dentro da América Latina, mais especificamente em território argentino.

Primeiramente, o surgimento desse novo padrão de relação entre política e economia, que se autodenominou *novo desenvolvimento*, deve ser questionado quanto a

sua *organicidade*, ou seja, quanto as suas “raízes geracionais”. Esse questionamento, além de também dever analisar os fatores mais diretos (políticas econômicas e balança comercial), deve se atentar para a análise dos elementos que proporcionaram ou condicionaram o surgimento desse novo desenvolvimentismo como formação de um novo *bloco histórico* na Argentina. No primeiro capítulo, após apresentar como a própria noção de desenvolvimento na teoria econômica mistifica a formação de um novo modelo econômico, apresentamos a noção de bloco histórico em Gramsci como uma unificação da relação dialética entre estrutura econômica e superestrutura ideológica. O complexo, contraditório e discordante conjunto de superestruturas são o reflexo das relações sociais de produção. Vale ainda chamar a atenção para o entendimento dessa relação, para não cair em novos reducionismos e mistificações.⁶⁴ “Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo fatalismo.” [Gramsci: 15, § 17; 5; 321-322]

Gramsci ao conceituar a formação de um bloco histórico atenta para a necessidade de ressaltar o nível de organicidade desse movimento, ou seja, de que forma os discursos políticos-ideológicos se relacionam com as transformações estruturais. Ao analisar as mudanças na política italiana, tanto no *Risorgimento* como no fascismo, Gramsci chama atenção primeiramente para entender de que maneira o discurso das classes hegemônicas se relacionam com as mudanças na estrutura econômico do país. Antes de entrar na análise desses momentos de mudanças orgânicas destaca-se uma série de mudanças políticas econômicas que não apresentam uma organicidade, ou seja, além de possuírem uma pequena duração, também não possui em seu significado um largo alcance histórico. Dentro desses movimentos sem grande organicidade, Gramsci destaca principalmente quatro características: processos conjunturais, erros ou desvios políticos, movimentos arbitrários e processos que têm por objetivo a reorganização interna da superestrutura e, assim, do pessoal intelectual da classe dirigente.

⁶⁴ Nesse capítulo não iremos aprofundar na discussão sobre a relação entre estrutura e superestrutura em Gramsci para evitar a repetição do primeiro capítulo desse trabalho, que pode ser sintetizada pela famosa frase de Lenin sobre a visão determinista da história dos Mensheviks: “The Mensheviks think that history is the product of material forces acting through the processes of evolution. I think, with Marx, that man makes history, but within the conditions, and with the materials, given by the corresponding period of civilization. And man can be a tremendous social force.” (Quoted in Horowitz, 1969. P. 10).

Por outro lado, em oposição a esses movimentos de caráter irracional ou conjuntural, Gramsci destacará os processos de mudança no sistema capitalista internacional, tanto da relação dos centros hegemônicos, quanto dos países periféricos. Esses períodos são marcados por uma dupla transformação, tanto do ponto de vista estrutural quanto do plano ideológico, ou seja, tanto a forma de produção se rearranja quanto às relações sociais e as formas de poder, tanto da sociedade civil quanto política. Como objeto de estudo desse movimento do sistema capitalista, Gramsci analisará a expansão da Revolução Francesa imposta por Napoleão Bonaparte e o Fordismo Americano como processos capazes de alteração tanto da forma de produção quanto da estrutura ideológica.

Entretanto, como intelectual italiano, o seu foco estava mais do que entender as circunstâncias desses processos, analisar as consequências e os desdobramentos desses movimentos nos países periféricos aos centros hegemônicos. Nos *Cadernos do Cárcere*, tanto o *Risorgimento Italiano* quanto o *Nacionalismo Fascista* ocuparão um papel de destaque para a compreensão do movimento existente no sistema capitalista internacional denominado de Revolução Passiva. Assim esses dois processos de constituição do Estado italiano são vistos não como um fator nacional dissociado, mas ao contrário, como um processo de revolução-restauração, em que elementos da hegemonia internacional revolucionam as relações internas ao mesmo tempo em que esse processo é dirigido pelos antigos grupos nacionais, conferindo aspectos restauradores da antiga ordem existente.

Morton em seu livro *Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global economy* atenta para a importância de trazer os conceitos desenvolvidos por Gramsci, como Revolução Passiva, para a compreensão do sistema capitalista atual. Entretanto salienta a importância dessa utilização não ser feita de modo descabido, ou seja, nem utilizando esses conceitos como se o sistema fosse o mesmo, muito menos os rejeitando devido ao fato do sistema capitalista ter se alterado. Assim de forma análoga ao próprio Gramsci, quando forjou o conceito de Revolução Passiva para tratar de dois períodos distintos, devemos resignificar esse termo para poder compreender os processos atuais.

Na Itália o *Risorgimento* se formou como um reflexo da expansão da Revolução Francesa imposta por Napoleão, que sobre a pressão da formação dos novos exércitos

nacionais e do fortalecimento das economias e dos comércios locais levou a península *italiana* a se unir sobre a forma de Nação.

Gramsci irá buscar ressignificar esse processo de unificação da Itália para buscar compreender o processo de formação do Nacionalismo Fascista Italiano, que diferentemente do *Risorgimento* não se colocava como um processo reflexivo de uma expansão territorial de um país, mas principalmente pela expansão econômica e produtiva que se colocava sobre a Itália. Assim a planificação da economia italiana e a formação de um ideário e de um Estado Nacional Fascista é visto como uma saída, como um reflexo, desse novo quadro do sistema capitalista internacional marcado pelo Fordismo Americano.

“No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais e de países que monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais.” [Gramsci: 10.I, § 9; 1, 298-300].

Seguindo Gramsci, Morton irá propor o mesmo método para trazer ao sistema capitalista atual os elementos da Revolução Passiva, ou seja, como as alterações na hegemonia internacional configuram e condicionam os grupos nacionais na formação de novas formas Estatais e de governança da economia. Assim como a expansão territorial foi o elemento central no *Risorgimento* e, a maior dinamicidade da concorrência econômica internacional na formação do *Nacionalismo Fascista*, os fluxos de capitais financeiros internacionais se colocam como um elemento chave no processo de transformação das economias periféricas. Entretanto da mesma forma que a expansão territorial pelos Estados-Nações não deixou de ser importante no processo de formação do Nacionalismo Fascista como decorrência do Fordismo, as competições concorrenciais também possuem grande importância na formação dos novos modelos político-econômicos atuais, mas com uma maior condicionalidade e centralidade dos novos padrões de fluxos financeiros internacionais.

Depois de um desmanche das economias latinas americanas na década de ‘80, marcado por uma enorme saída de capitais, alta inflação e estagnação econômica, a década de ‘90 trouxe uma enxurrada de capitais, atraído por um processo de alta dos juros e de privatizações em massa. Caracterizado pela grande desregulação financeira,

essa década possui um grande fator de integração das economias latinas no sistema financeiro e comercial internacional (Medeiros, 2008). Como mostramos no segundo capítulo, esse processo provocou uma forte remodelação da estrutura argentina, tanto dos grupos hegemônico quanto da formação do sistema produtivo, que além de altamente integrado internacionalmente, passou por um forte processo de capitalização do campo.

As alterações nas relações de comércio internacional da Argentina, impostas em grande parte através das grandes entradas de capital, indicam como esse país esta se reinserindo na nova divisão do trabalho que se formou nas últimas décadas. A influência decisiva do mercado asiático e a desregulação e liberalização financeira posta em pauta pelo dólar americano formou um novo ambiente internacional, que irá ditar os novos modelos políticos econômicos existentes. As alterações recentes na Argentina, tanto internas como externas, são de certa forma respostas a esses processos de mudanças.

A formação de um governo mais intervencionista com um maior apelo social, que no entanto, convive de forma conflituosa com um fortalecimento crescente dos antigos grupos agrário-exportadores pode ser entendido como um reflexo do atual momento de maior disputa política e econômica internacional. Desta maneira o que faz este estado ser de certa forma desenvolvimentista não são somente as intenções gerais de alterar o modelo político econômico do país, mas este *novo* modelo ser a solução encontrada na América Latina (com as particularidades de cada país) para continuar desenvolvendo as forças produtivas da indústria agroexportadora sob a direção das classes dirigentes tradicionais. É do estudo dessas possibilidades (*soluções*) que a importante (embora esquecida) pergunta sobre por que os Estados fazem (ou não) o que normativamente as análises consideram que deva ser feito em prol do desenvolvimento pode ser respondida.

A fratura atual do modelo novo desenvolvimentista pode ser visto em vários setores da economia argentina, em que refletem o conflito e a própria essência da polarização entre o setor agroexportador e o restante do país. Durante a fase de forte crescimento e estabilidade da economia vários estudos apontavam a manutenção das políticas de câmbio valorizado com distribuição de renda como a solução para o desenvolvimento do país. Entretanto, as estratégias novo-desenvolvimentistas se mostraram ineficazes, tanto pela dificuldade de implementação e manutenção das

políticas macroeconômicas ‘idealizadas’, como também pelo seu pequeno alcance em provocar mudanças estruturais mais profundas que poderiam levar para um desenvolvimento integral. De forma análoga em que os estruturalistas *nacionalistas* acreditavam nos milagres da industrialização, os novos desenvolvimentistas acreditaram em transformações mágicas vindas do câmbio competitivo, que mesmo com a ‘ajuda’⁶⁵ da manutenção do consumo elevado via políticas fiscais expansionistas e distributivas não provocou as tão sonhadas transformações.

A implantação dessas políticas que possibilitaram a formação ou expansão desse novo bloco histórico na América Latina teve um grande papel dos intelectuais (muitos economistas) para a defesa e a propagação dos méritos desse projeto de governo. A formação desse modelo político atual não nasceu dissociada de uma ampla argumentação sobre o papel do Estado em promover o desenvolvimento via crescimento, como se nessa busca infundável por aumento estivesse a solução para os dilemas dos países periféricos. Durante as últimas décadas esse discurso expansionista com maior peso do governo estava abafado pelo movimento de desregulação e reformulação do neoliberalismo. Entretanto, as crises da virada do século e a necessidade de continuidade do processo de expansão da produção agroexportadora já estabelecida levaram à formação de um novo modelo político econômico.

No quadro concreto das relações sociais argentinas, o novo desenvolvimentismo pode ter sido a única solução para continuar desenvolvendo as forças produtivas da indústria agroexportadora sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais, tanto das economias europeias e americanas quanto das novas forças asiáticas. Como no século XIX os países latinos americanos monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais, mas agora através de um processo descrito e defendido por inúmeros macroeconomistas como novo desenvolvimentismo⁶⁶. A importância do papel dos intelectuais na formação de um bloco histórico não é nova, pelo contrário, foi

⁶⁵ Apesar dos autores novos desenvolvimentistas possuírem uma posição mais fiscalista de controle dos gastos, na prática, como foi apresentado nas primeiras sessões desse capítulo, o crescimento argentino deve ser explicado em grande medida pelas políticas fiscais expansionistas e distributivas.

⁶⁶ Continuando a referência a Gramsci, não é de se espantar que assim como os países latinos passam por um processo semelhante ao século XIX, com expansão da produção agroexportadora e acumulação de capitais, os países do sul da Europa, como a Itália, passam por uma grave crise, dada sua dificuldade tanto de competir com as novas economias altamente produtivas, quanto com os países ricos em recursos naturais.

amplamente abordada por Gramsci, que corretamente destacou não só a correlação dos intelectuais com as forças estruturais da economia, mas também seus elementos autônomos no desenvolvimento social e econômico.

É verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; que a propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor da outra; e que, na realidade, somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política, mas se manifesta o complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país. A questão pode ser colocada do seguinte modo: sendo o Estado a forma concreta de um mundo produtivo e sendo os intelectuais o elemento social de onde se extraem os quadros governamentais, é próprio do intelectual não enraizado fortemente num grupo econômico apresentar o Estado como um absoluto; desse modo, é concebida como absoluta e proeminente a própria função dos intelectuais, é racionalizada abstratamente a existência e a dignidade histórica dos mesmos. [Gramsci: 10, II, § 61; 1, 425-430].

Resignificando os apontamentos de Gramsci podemos analisar a função e o papel dos intelectuais atuais no desenvolvimento do capitalismo nos países da América Latina, como se tem tentado fazer nesse trabalho com a Argentina. A ampla defesa das políticas que ficaram conhecidas dentro do novo desenvolvimentismo possui um forte caráter de desvincular a intervenção econômica do Estado dos outros fatores ou esferas da sociedade, o que está por trás da crença na possibilidade de um crescimento autônomo, que guiaria o país para um novo patamar de desenvolvimento. Essa mistificação apesar de ser naturalizada não pode ser desconsiderada da sua relação com as classes dominantes, ou seja, a defesa da possibilidade de alcance de um patamar superior do desenvolvimento através do crescimento econômico com a manutenção da estrutura *hegemônica* não passa de um discurso da classe dominante de incorporar os elementos hegemônicos internacionais, que ao mesmo tempo em que inovam a estrutura nacional mantêm e restauram as velhas relações de poder. Logo fica evidente, que ao mesmo tempo em que o novo desenvolvimentismo obteve avanços sociais, manteve um elevado grau de restauração das relações agroexportadoras dominantes.

As dificuldades políticas enfrentadas pela Argentina mostram a fraqueza por trás do modelo econômico atual, que apesar do caráter desenvolvimentista e do fortalecimento do Estado fica muito dependente das flutuações e disponibilidades do

mercado global dada a sua vulnerabilidade externa. A tão proclamada continuidade do crescimento com equilíbrio na balança de pagamentos não possui grandes méritos internos, sendo alcançados por quase todos os países da América Latina. Esses méritos estão muito mais para o mero ritmo de crescimento⁶⁷ do que para o processo econômico em si.

Nessa última década, além dos conflitos internacionais enfrentados pelos EUA e pela perda de importância de várias instituições multilaterais, outro fator inquestionável foi a relevância da inserção da China na economia internacional. Se por um lado trouxe a possibilidade de uma situação relativamente confortável mesmo em meio à grande crise de 2008, em outros aspectos já começa a mostrar os seus custos.

O acirramento das relações entre a Argentina e a China em 2010 já mostra claramente um novo quadro de relações interestatais. A China ameaçou cortar as importações da Argentina, se essa continuasse resistindo a realização de uma maior abertura as manufaturas fabricadas na Ásia. Esse processo apenas apresenta o interessante e complexo papel da esfera internacional nessa nova fase de desenvolvimento argentino.

Recentemente a Argentina realizou a nacionalização da YPF, sua companhia nacional de petróleo e gás, que o país vendeu para a empresa espanhola de petróleo Repsol por US\$ 15 bilhões em 1999, como parte de sua política de privatizações. A Argentina foi redondamente condenada por essa atitude ‘nacionalista’ — EUA, Espanha, México e até a Grã-Bretanha entraram no coro. A Argentina se defendeu com acusações à atuação da Repsol. A produção de petróleo e gás argentina decaiu na última década, a exploração de novas reservas foi interrompida e esse país rico em petróleo hoje importa o produto, enquanto a Repsol é acusada de saquear a empresa e trair suas obrigações. Entretanto, como foi diagnosticada por alguns analistas, a Repsol com o discurso de ‘controles de preços absurdos’ na Argentina estaria interessada em vender a YPF e finalmente teria encontrado um comprador: a companhia de petróleo estatal chinesa Sinopec. Essa possível mudança no controle da YPF levou (supostamente) o

⁶⁷ Um estudo mais aprofundado de como surgem as diferenças de ritmo de crescimento nesse período para Argentina pode ser visto no trabalho de Amico (2013). Apesar da condicionalidade dos fatores externos que impõe um determinado nível da trajetória econômica, o ritmo e o alcance da economia nacional não podem ser desvinculados dos determinantes internos, como a relevância das políticas fiscais expansionistas e distributivas para estimularem a demanda agregada e o crescimento do país.

governo argentino à rapidamente confiscar 51% das ações da Repsol e garantir que a empresa petrolífera argentina voltasse a ser propriedade do governo.

Essa relação com a China representa apenas um dos muitos elementos do panorama internacional no novo momento da economia Argentina. Além da mudança no comercio internacional com a China, a Argentina apresentou uma nova relação com a América Latina, principalmente com o Brasil e com a União Europeia (UE), como é possível observar nas tabelas a baixo. Apesar do forte déficit no setor de manufaturas de origem industrial (MOI) com Brasil e China, o superávit de manufaturas de origem agropecuária e produtos primários com o resto da América Latina e a União Europeia garantem o superávit no saldo comercial como um todo.

Figura 16

Contribuição dos Principais Parceiros Comerciais no Crescimento das exportações Argentinas separado em Grandes Itens, 2008-2010.

	Produtos Primários	MOA	MOI	Combustíveis	Total
Brasil	1,8	2,7	37,4	13,9	15,5
China	37,1	8,0	0,7	15,0	11,9
Resto da ALADI	13,1	14,8	29,4	18,6	19,8
UE	14,2	30,6	9,3	0,6	17,3
Estados Unidos	0,5	1,3	4,9	14,7	3,6
Resto da Ásia	9,1	13,3	1,3	0,3	7,2
Resto do Mundo	24,3	29,2	17,0	37,0	24,7

Fonte: Centro de Economía Internacional (CEI) com base em INDEC.

Esses números mostram de forma clara o grande aumento da ligação internacional da produção industrial argentina, que passou a ser muito conectada aos mercados globais. Através dos dados de contribuição dos parceiros comerciais nas exportações argentinas (tabela a cima) é possível ver que essa conexão no que se refere a bens industriais é fundamentalmente com os países latinos, com amplo destaque para o Brasil. De forma análoga, a China e a União Europeia possuíram um peso muito forte para os produtos primários e para as MOA, respectivamente. Outra informação relevante para essa nova inserção internacional da economia argentina é a pequena importância do mercado norte-americano, que apresentou números significativos apenas em combustíveis.

Os primeiros anos desse século mostraram uma espetacular recuperação da economia argentina. Para entender esse processo é importante ter em mente também as reformulações que ocorreram nas décadas anteriores. Marcado por um processo radical de introdução do neoliberalismo, que causou uma enorme fragmentação e ruína do setor industrial argentino, com um enorme fortalecimento do setor agroexportador. Entretanto, mesmo sem uma indústria dinâmica nacional forte o país conseguiu em pouco mais de três anos se reerguer com uma trajetória histórica de crescimento com balança de pagamentos superavitária. Mas como foi evidenciada, essa trajetória possui grandes relações com as mudanças na economia capitalista internacional, sendo claramente um processo de “revolução passiva”, em que alterações na esfera internacional são transferidas para as esferas nacionais específicas, o que acarreta na manutenção de antigos padrões político-econômicos.

Enquanto os países do leste asiático, com destaque nessa última década para a China, puderam suportar um Estado com vastas políticas industrializantes com ênfase na alta tecnologia, gerando modificações mais profundas no país; os países latinos tiveram menos poder para alcançar mudanças estruturais mais profundas. Como foi mostrado no caso argentino, apesar das taxas de crescimento e da melhora da distribuição de renda, não houve mudanças estruturais que impactassem na economia e na política.

Diferentemente do pensamento dos macroeconomistas do novo desenvolvimento a grande diferença dos países da América Latina com os países Asiáticos não está nas políticas empregadas, mas sim nas estruturas produtivas nacionais e internacionais, que se manifestam no complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais e da posição geopolítica do determinado país. Um aumento no crescimento econômico não significa necessariamente uma mudança mais profunda do país, já que essa alteração depende de qual papel esse país irá desempenhar no sistema capitalista internacional. Quando se entende a relação internacional também como parte da formação do Estado, pode ser visto que um momento de maior fortalecimento da burguesia nacional e da classe trabalhadora não significa necessariamente tratar-se de um processo contra hegemônico, em que se estaria construindo um centro dinamizador nacional que não mais transferisse excedente para os países centrais.

O processo de revolução passiva trata exatamente dessas transformações que ao mesmo tempo em que são inovadoras possuem um caráter extremamente restaurador. Diversos setores da economia argentina passaram por uma intensa revitalização nas últimas décadas, como foi apresentado com a introdução entrada da biotecnologia no campo argentino. Durante essa década a expansão desse modelo econômico propiciou também um conjunto de políticas no sentido de uma expansão econômica e de uma maior distribuição de renda. Entretanto, longe de ser uma revolução interna, não se passou de uma revolução conservadora, em que se manteve (ou até expandiu) as mesmas hegemonias e bases econômicas.

Assim a Argentina, que ao mesmo tempo em que se fortaleceu como o maior agroexportador de derivados de soja do mundo, possui uma série de sanções financeiras e comerciais internacionais, que com uma grave fratura social e um sério conflito distributivo colocam o atual modelo e o possível novo desenvolvimento em questão.

“Esta fato se verifica “espontaneamente” nos períodos históricos em que o grupo social dado é realmente progressista, isto é, faz avançar realmente toda a sociedade, satisfazendo não só as exigências vitais, mas ampliando continuamente os próprios quadros para a contínua ocupação de novas esferas de atividade econômico-produtiva. Assim que o grupo social dominante esgota sua função, o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a ‘coerção’ pode substituir a ‘espontaneidade’ sob formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até as medidas propriamente policiais e os golpes de Estado.”
[Gramsci, 19, § 24; 5, 62-86]

APÊNDICE CAPÍTULO 3

Tabela 6

Grandes empresas. Valor agregado bruto por atividade principal da empresa (2004-2009*)						
Actividad principal de la empresa	Valor agregado bruto					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
	Milhões de US\$					
Total	102.857,1	121.090,1	146.822,1	177.035,7	214.721,9	230.436,5
Minas e canteiros	24.499,7	29.352,4	35.582,0	36.102,5	37.639,1	43.745,7
Indústria manufatureira	52.562,5	61.123,5	72.311,2	91.387,2	115.210,3	112.350,2
Alimentos, bebidas e tabaco	17.872,0	20.730,8	24.198,4	34.685,1	42.604,8	48.249,8
Combustíveis, químicos e plásticos	20.475,2	23.480,6	26.991,8	31.145,6	42.982,5	38.714,1
Maquinarias, equipamentos e veículos	3.070,8	4.622,9	6.503,3	9.054,3	10.659,3	8.992,3
Resto da indústria	11.144,5	12.289,1	14.617,8	16.502,1	18.963,7	16.394,0
Eletricidade, gás e água	5.609,5	6.359,2	7.707,4	9.092,0	10.006,3	11.864,7
Comunicações	8.254,1	10.407,7	13.434,8	16.790,7	20.252,2	25.629,9
Resto das atividades (1)	11.931,3	13.847,4	17.786,7	23.663,3	31.614,1	36.846,0

(1) Inclui construção, comércio, transporte e outros serviços.
 Nota: debido al redondeo de las cifras a millones de pesos, los totales de columnas y los subtotales, pueden no coincidir con la suma de los parciales.
 Fonte: INDEC. Encuesta Nacional a Grandes Empresas (ENGE).

Tabela 7

Grandes empresas. Valor agregado bruto por origem do capital (2004-2009*)	
Origem do capital	Valor agregado

	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Milhões de Pesos						
Total	102.857,1	121.090,1	146.822,1	177.035,7	214.721,8	230.436,5
Nacional (1)	14.816,5	16.459,0	21.622,3	28.634,0	36.313,5	42.846,3
Com participação estrangeira	88.040,6	104.631,2	125.199,8	148.401,7	178.408,3	187.590,2
<p>(1) Inclui até 10% de participação de capital de origem estrangeira, que é inversão de carteira e que não está discriminado do total.</p> <p>Nota: devido ao arredondamento das cifras em milhões de pesos, o total de colunas e os subtotais, podem não coincidir com a soma das parciais.</p> <p>Fonte: INDEC. Encuesta Nacional a Grandes Empresas (ENGE).</p>						

Tabela 8

Ocupação de Trabalhadores na Indústria Argentina (1997-2009)					
setor	1997	%	2009	%	variação de 1997/2009
elaboração de produtos alimentícios e bebidas	490.986	27%	509.469	30%	4%
elaboração de produtos de tabaco	6.289	0%	6.808	0%	8%
fabricação de produtos têxteis	91.194	5%	73.942	4%	-19%
fabricação de vestimentas e peles	123.321	7%	88.154	5%	-29%
coro e artigos de coro	76.087	4%	65.113	4%	-14%
madeira e produtos de madeira	97.266	5%	83.059	5%	-15%
papel e produtos de papel	33.878	2%	30.015	2%	-11%
edições e impressões	76.635	4%	60.799	4%	-21%
refinação de petróleo	9.461	1%	9.593	1%	1%
substâncias e produtos químicos	83.178	5%	89.940	5%	8%
produtos de borracha e plástico	102.175	6%	103.681	6%	1%
outros produtos metais não metálicos	122.958	7%	109.507	6%	-11%
fabricação de metais comuns	56.255	3%	50.944	3%	-9%

prod. de metal excl. Maquinas e equipamento	85.380	5%	75.954	4%	-11%
Maquinas e equipamento	81.768	4%	84.785	5%	4%
maquinas e aparatos elétricos	40.281	2%	33.380	2%	-17%
aparatos de rádio, TV e comunicações	10.461	1%	7.400	0%	-29%
instrumentos médicos e óticos	10.942	1%	9.033	1%	-17%
veículos automotores	89.343	5%	84.289	5%	-6%
outros equipamentos de transporte	13.895	1%	16.376	1%	18%
outros manufaturados e mobiliário	119.302	7%	99.305	6%	-17%
Total	1.821.055	1	1.691.546	1	-

fonte: Elaboração Própria com base nos dados do INDEC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAL MEDINA, J. M. (2004) "The rise and fall of the Argentine Center-left: The Crisis of the Frente Grande and its internal causes." *Party Politics*, vol. 10 (en prensa).
- ABAL MEDINA, J. M.; SUÁRES, J. C. (2002) "Más allá del bipartidismo. El sistema argentino de partidos". Ponencia presentada en el *Tercer Congreso Internacional de Latinoamericanistas en Europa*. Amsterdam: CEISAL, 3-6 de julio.
- AGNEW, J. (2001). "Reinventing Geopolitics : Geographies of Modern Statehood." Heidelberg :University of Heidelberg.
- AGNEW, J. (2003). "Geopolitics: Re-Visioning World Politics". 2nd ed. London: Routledge.
- AMICO, F.; (2008) "Argentina 2002-2008: ciclo económico, inflación y crecimiento" *OIKOS (Rio de Janeiro)* [Online], *Volume 7* Número 2 (30 noviembre 2008)
- AMICO, F. (2010) "Eredados en las telarañas de la convertibilidad", grupolujan-circus.blogspot.com/search/label/Argentina, 21/02/2012
- AMICO, F. (2013) "Crecimiento, distribución y restricción externa en Argentina", In: Circus, Revista argentina de economía, N°5, Mayo de 2013.
- AMICO, F.; FIORITO, A (2010a) "Inflación: La Política en acción", In: Pagina 12, 7 de Fevereiro de 2010.
- AMICO, F.; FIORITO, A (2010b) "El largo de la convertibilidad: Política fiscal e 'independencia' del BCRA", In: Circus, Revista Argentina de Economía, Janeiro de 2010.
- AMSDEN, A. (2001) *The Rise of the Rest*, Oxford, 2011.
- AZPIAZU, D. (2002) "Las privatizaciones en la Argentina. Diagnósticos y propuestas para una mayor competitividad y equidad social", Buenos Aires: CIEPP-OSDE.
- AZPIAZU, D. y SCHORR, M. (2001) "Desnaturalización de la regulación pública y ganancias extraordinarias" en *Realidad Económica*, Buenos Aires.
- AZPIAZU, D., BASUALDO, E., SCHORR, M. (2001) "La industria Argentina durante los años noventa: profundización y consolidación de los rasgos centrales de la dinámica sectorial post-sustitutiva. Área Economía y Tecnología, FLACSO, Buenos Aires.
- BASUALDO, E. M. (2003) "Notas sobre la burguesía nacional, el capital extranjero y la oligarquía pampeana". *Realidad Económica*, n° 201, 2003.
- BASUALDO, E. M. (2006) "La reestructuración de la economía argentina durante las últimas décadas", en: Arceo, Enrique y Basualdo Eduardo M., *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO: Buenos Aires, 2006.

- BASUALDO, E.; LOZANO, C. (2000) “Entre la dolarización y la devaluación: la crisis de la convertibilidad en la Argentina”, Bs. As., IDEP-ATE-CTA.
- BISANG, R.; GUTMAN, G.; LAVARELLO, P.; SZTULWARK, S.; DÍAZ, A. (2006) “Biotecnología y desarrollo. Un modelo para armar en la Argentina”. UNQ/Prometeo: Buenos Aires, 2006.
- BASUALDO, E.; ARCEO, N. (2009) “Características estructurales y alianzas sociales en el conflicto por las retenciones móviles”, en Arceo, E, Basualdo, E y Arceo, N.; *La crisis mundial y el conflicto del agro*. Buenos Aires: Editorial La Página (2009).
- BARAN, P. A. (1957) “The Political Economy of Growth”. New York: Monthly Review Press, 1957.
- BIANCHI, A. (2006) “Revolução Passiva: o pretérito do futuro”. *Revista Critica Marxista*, n. 26, p. 34-57, Campinas: Editora Revan, 2006.
- BONEFELD, W.; GUNN, R.; PSYCHOPEDIS, K. (1992) “Open Marxist”, editado por Werner Bonefeld, Richard Gunn e Kosmas Psychopedis, London, 1992.
- BONNET, A. (2002) “¡Que se vayan todos!: Crisis, insurrección y caída de la convertibilidad”, en Cuadernos del Sur 33, Bs. As.
- BONNET, A. (2009) “Las relaciones con el Estado en las luchas sociales recientes. Un planteo del problema a partir de la experiencia argentina”, en *Argentina en pedazos: luchas sociales y conflictos interburgueses en la crisis de la convertibilidad*, compilado por Adrián Piva y Alberto Bonnet. – 1ª ed – Bs. As.: Continente, 2009.
- CANITROT, A. (1983) “El salario real y la restricción externa de la economía”, *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, 23(91): 423-8, out./ dez. 1983.
- CARDENAS, OCAMPO, J. A. ; THORP, R. (2000) *An Economic History of Twentieth-Century Latin America*. Vol. 3: Industrialization and the State, St Antony’s Series.
- CASTELLANI, A.; SHORR, M. (2004) “Argentina: convertibilidad, crisis de acumulación y disputas en el interior del bloque de poder económico”, *Cuadernos del CENDES* 57, Bs. As., FCE-UBA.
- CASTELLANI, A.; SZCOLNIK, M. (2005) “Devaluacionistas y dolarizadores. La construcción social de las alternativas propuestas por los sectores dominantes ante la crisis de la convertibilidad. Argentina 1999-2001”, ponencia en *X Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia*, Rosario, 20-23/9/05.
- CHANG, H. J. (2002) *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, Anthem Press, Londres;
- CHANG, H. J. (2009) “Hamlet without the Prince of Denmark: How Development has Disappeared from today’s development discourse” mimeo.
- CHAUÍ, M. (2007) “A história no pensamento de Marx”, In: *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, 2007, São Paulo: CLASCO.

CIARA (Cámara de la Industria Aceitera de la República Argentina) (2004), em <http://www.ciara.com.ar>.

COX, R. (1981) “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, *Cox Millennium – Journal of International Studies*, 10: 126 – 1551, 1981.

CUNHA, A. M.; FERRARI, A.; CALDEIRA, M. M. (2007) “A Argentina e o novo Desenvolvimentismo”. In: XXXV Encontro Nacional de Economia, Belo Horizonte, Anpec, 2007.

CURIA, E. (2008a) “El Pendulo Argentino: Hacia una Recidiva? Pensando en Marcelo Diamand”, Centro de Análisis Social y Económico, abril de 2008.

CURIA, E. (2008b) “Teoría del modelo de desarrollo de la Argentina. Las condiciones para su continuidad.” Editorial Galerna, Buenos Aires, Argentina, 2008.

DAMIL, M.; FRENKEL, R.; RAPETTI, M. (2005) “The Argentinean Debt: History, Default and Restructuring”, www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01289, 21/02/2012

DAMILL, M. & FRENKEL, R. (2009). “Las políticas macroeconómicas en la evolución reciente de la economía argentina”, Cedes, Buenos Aires.

DAMILL, M.; FRENKEL, R., MAURIZIO, R. (2007) “Macroeconomic policy changes in Argentina at the turn of the century”, *Nuevos Documentos Cedes*, Buenos Aires, Cedes, 29, 2007.

DAMILL, M.; FRENKEL, R., MAURIZIO, R. (2011) “Macroeconomic policy for full and productive employment and decent work for all: an analysis of the Argentine experience”, International Labour Office, Employment Sector, Employment Department Geneva: ILO.

DIAMAND, M. (1973) “Doctrinas Económicas, Desarrollo e Independencia”, Buenos Aires: Paidós, 2007.

DIAMAND (1986) “Overcoming Argentina’s Stop-and-Go Economic Cycles”, in J.Hartlyn and S. Morley (eds.), *Latin American Political Economy: Financial Crisis and Political Change*, Boulder,CO: Westview Press.

DONDA, V.; MERCHÁN, C. (2008) “Errores, oportunismos y coherencias”. Página 12, 19/07/2008.

EHRENBERG, J. (1999) “Civil Society, The Critical History of an Idea”, New York University Press.

ELIAS, N. (1993) “O processo civilizador”; Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1993, 2v.

ESKENAZI, M. (2009) “El espectro de la dolarización. Discutiendo las interpretaciones sobre la disputa interburguesa en el origen de la crisis de la convertibilidad”, en *Argentina en pedazos: luchas sociales y conflictos interburgueses en la crisis de la convertibilidad*, compilado por Adrián Piva y Alberto Bonnet. – 1ª ed – Bs. As.: Continente, 2009.

- ESTEVE, M. (2011) “Todas las voces, todas”: ¿todas? Discurso hegemónico en el conflicto campo-gobierno por las retenciones móviles en 2008”, In: Ejercicios de Hegemonía – Lecturas de la Argentina contemporánea a la luz del pensamiento de Antonio Gramsci, In: G. Galafassi [et al.]; compilado por G. Galafassi – 1ª ed. – Buenos Aires: Herramienta, 2011.
- FIORI, J. L. (2004a) “Formação, Expansão e Limites do Poder Global”. In: O poder americano. Petrópolis, Vozes, 2004.
- FIORI, J. L. (2004b) “O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites”. In: O poder americano. Petrópolis, Vozes, 2004.
- FIORI, J. L. (2007) “Prefácio”, in: “O poder global e a nova geopolítica das nações”, Editora Boitempo, São Paulo.
- FIORITO, A.; GUAITA, N.; GUAITA, S. (2013) “El mito del crecimiento económico dirigido por el tipo de cambio competitivo”, In: Circus, Revista Argentina de Economía, N°5, Mayo de 2013.
- FURTADO, C. (1954) "La teoría del desarrollo en la evolución de la teoría económica", *El Trimestre Económico*, México, julio-septiembre, pp. 241-264, 1954.
- FURTADO, C (2009) “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”, Contraponto
- FRENKEL, R. (2006) “Monetary and Exchange Rate Policies in Argentina after the Convertibility Regime”, www.policyinnovations.org/ideas/policy_library/data/01285,21/02/12.
- FRENKEL, R. & RAPETTI, M. (2011). “Fragilidad externa o desindustrialización: ¿Cuál es la principal amenaza para América Latina en la próxima década?”, Cepal, División de Desarrollo Económico, Santiago, noviembre de 2011.
- GALAFASSI, G. (2004) “Argentina: Neoliberalism, utilitarismo y crisis del Estado-nación capitalista”, <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-26/argentina-neoliberalismo-utilitarismo-y-crisis-del-estado-nacion-capitalist>, 21-01-2012
- GALAFASSI, G. (2005) “La Pampeanización del Delta. Sociología e historia del proceso de transformación productiva, social y ambiental del Bajo Delta del Paraná”. Extramuros Ediciones: Buenos Aires, 2005.
- GANEM, A. (2000) “Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica”. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2000.
- GRAMSCI, A. (1971) “Selections from the Prison Notebooks”, ed. and trans. Q. Hoare and G. Nowell-Smith. London: Lawrence & Wishart. Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, A. (1977) “Selections from Political Writings, 1910-1920, ed. Hoare Q, trans. Matthews J. London: Lawrence and Wishart.
- GRAMSCI, A. (1995) “Further Selections from the Prison Notebooks”, ed. and trans. Boothman D. London: Lawrence and Wishart.

- HARDT, M.; NEGRI, T. (2000) "Império". Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HENDEL, V. (2011) "La condición de la agro-biotecnología. Producción de conocimiento y construcción de hegemonía en la región pampeana argentina (2002-2010)", en *Ejercicios de hegemonía: lecturas de la Argentina contemporánea a la luz del pensamiento de Antonio Gramsci*, compilado por Guido Galafassi, Bs. A.s, Herramienta, 2011.
- HIRSH, J. (1978) "The State Apparatus and Social Reproduction: Elements of a Theory of the Bourgeois State", in Holloway, Picciotto, 1978.
- JESSOP, B. (1982) "The Capitalist State, Oxford, 1982.
- KALECKI, M. (1977) "Crescimento e ciclo das economias capitalistas". São Paulo: Hucitec, 1977.
- KATZ, C. (2001) "La crisis económica argentina: interpretaciones y propuestas". En: Encuentro de Economistas de Izquierda, http://www.geocities.com/economistas_de_izquierda, 2001.
- KATZ, C. (2008) "El Agro-Capitalismo de la Soja", www.lahaine.org/katz, acessado em: 21/01/2012.
- KATZ, C. (2010a) "Los nuevos desequilibrios de la economía argentina", Buenos Aires, Anuario EDI, N. 5, septiembre 2010.
- KATZ, C. (2010b) "Certezas e incógnitas de la política argentina", www.herramienta.com.ar/revista-web/herramienta-web-7, 21-01-2012
- KLAPINSKY, (1989) "Technological Revolution and the International Division of Labour in Manufacturing: A Place for Third World?" in R. Kaplinsky e C. Cooper, Technology and Development in the Third Industrial Revolution, Frank Cass.
- KOSACOFF, B. (coord.) (1999) "Hacia un Nuevo entorno competitivo de la producción automotriz en Argentina", CEPAL, Oficina de Buenos Aires, Documento de Trabajo Nro. 82.
- KULFA, M. (2001) "El impacto del proceso de fusiones y adquisiciones en la Argentina sobre el mapa de grandes empresas", Santiago de Chile: CEPAL, 2001.
- KUZNETS, S. (1989) "Driving Forces of Economic Growth: what can we learn from history?" in S. Kuznets, Economic Development, the family, income distribution, Cambridge University Press.
- LERNER, A. P. (1947) "Money as a Creature of the State", American Economic Review, Vol. 37, No. 2, pp. 312-17.
- LEWIS, W. A. (1954), "O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de mão-de-obra", em Agarwala, A. N. e Singh, E. S, 1961.

- LINDEMBOIN, J.; GRAÑA, J.; y KENNEDY, D. (2005) “Distribución funcional del ingreso en Argentina. Ayer y hoy”, Buenos Aires: CEPED/Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires, Documento de Trabajo N°4.
- LOZANO, C.; SCHORR, M. (2001) “Estado nacional, gasto público y deuda externa”, IDEP-ATE-CTA, Bs. As.
- LUXEMBURGO R. (1925). “Introdução à Economia Política”. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MARX, K. (1859). “A Contribution to the Critique of Political Economy”, in K. Marx and F. Engels, Collected Works, vol. 29. London: Lawrence & Wishart, (1987).
- MARX, K. (1867). “O Capital” (Livro 1). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 12.ed.
- MEDEIROS, C. (1997) “Globalização e Inserção Diferenciada na Ásia e na América Latina” em José Luís Fiori e M. Conceição Tavares, Poder e Dinheiro, Vozes;
- MEDEIROS, C. (2001) “Rivalidade Estatal, Instituições e Desenvolvimento Econômico, em Fiori, J.L., Medeiros, C.A, Polarização Mundial e Crescimento, Rio de Janeiro, Vozes 2001.
- MEDEIROS, C. (2008a). “Financial dependency and growth cycles in Latin American countries”, Journal of Post Keynesian Economics, 2008, Vol. 31, No.179.
- MEDEIROS, C. (2008b) “Desenvolvimento Econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na China e na Rússia” em J. L. Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano, O Mito do Colapso do Poder Americano, Record;
- MEDEIROS, C. (2009) “Os Dilemas da Integração Sul Americana” Cadernos CICF;
- MEDEIROS, C. (2010a) “Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao ‘nacionalismo metodológico’”, Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p.637-645, dez. 2010.
- MEDEIROS, C. (2010b) “Auge e Declínio dos Estados Desenvolvimentistas”, Novos Desafios, Parcerias Estratégicas, Vol 15, N 30
- MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. (1999) “Padrões Monetários Internacionais e Crescimento”, in FIORI, J.L. (org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Rio de Janeiro, Vozes;
- MEDEIROS, C.; SERRANO, F (2004) O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente, Revista de Economia Política vol 24, nº 2, Março, São Paulo;
- MORTON, A. D. (2007). “Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political” Economy. London: Pluto;
- MORTON, A. D. (2010). “The Geopolitics of Passive Revolution”. In: Alexander Anievas, ed., Marxism and World Politics: Contesting Global Capitalism London:

Routledge. 221-36

OCAMPO, J. A, PARRA, M. A. (2007) “Explaining the Dual Divergence: The Role of External Shocks and Specialization Patterns” in J. A. Ocampo, Jomo, K. S. e ROB Vos, Growth Divergences Zed Books;

PALMA, G. (1978) “*Dependency: A formal Theory of Underdevelopment or a Methodology for the Analysis of Concrete Situations of Underdevelopment?*”, World Development, 6.

PALMA, G. (2007) “Four Sources of De-Industrialization and a New Concept of the Dutch Disease” in Jose Antonio Ocampo, Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability, Stanford University Press;

PALMA, G. (2009). “The revenge of the market on the rentiers. Why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature” Cambridge Journal of Economics, 2009, 33.

PEREZ, C. (2010) “Dinamismo tecnológico e Inclusión social em America Latina: uma estratégia de desarrollo productivo basada em los recursos naturales” Revista de la Cepal, 100, 2010.

PIVA, A. (2007) “Acumulación de capital y hegemonía débil en Argentina (1989-2001)”, en *Realidad Económica* 225, Bs. As., IADE

PIVA, A. (2009) “Vecinos, piqueteros y sindicatos disidentes. La dinámica del conflicto social entre 1989 y 2001.”, en *Argentina en pedazos: luchas sociales y conflictos interburgueses en la crisis de la convertibilidad*, compilado por Adrián Piva y Alberto Bonnet. – 1ª ed – Bs. As.: Continente, 2009.

POULANTZAS, N. (1973) “Political Power and Social Classes”, London, 1973.

PREBISH, R. (1949). El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

WALLERSTEIN, I. (1974) *The modern world system* (Nova York: Academic Press).

WALLERSTEIN, I. (2004) *World-Systems analysis* (Londres: Duke University Press).

ROS, J. (2007) “Divergence and Growth Collapses: Theory and Empirical Evidence” in Jose Antonio Ocampo, Beyond Reforms, Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability, Stanford University Press;

ROSENSTEIN-RODAN, P. (1943), “Problems of Industrialization of Eastern and South- Eastern Europe”, *Economic Journal* v 53, No. 210/211, p 202-11, 1943.

ROSTOW, W. W. (1952) “The Stages of Economic Growth”, Cambridge, Cambridge University Press, 1960.

SCHVARZER, J. (1997) “La estructura productiva argentina a mediados de la década del noventa. Tendencias visibles y un diagnóstico con interrogantes”, CEEED, Documento de Trabajo Nro. 1.

SERRANO, F. (2008) “A Economia Americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000” em J. L. Fiori, Carlos Medeiros e Franklin Serrano, O Mito do Colapso do Poder Americano, Record;

SERRANO, F. (2010) “O Conflito distributivo e a teoria da inflação inercial”, R. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 395-421, maio/ago. 2010.

SINGH, A. (2007) “ Capital Account Liberalization, free long term capital flows, financial crisis and economic development” in in A. Shaikh, Globalization and the Myth of the Free Trade, History Theory and Empirical Evidence, Routledge

SINGER, H. W. (1950) “The distribution of gains between investing and borrowing countries”, American Economic Review, vol. 40, no. 2, 1950.

SHAIKH , A. (2007) “Globalization and the Myth of Free Trade” in A. Shaikh, Globalization and the Myth of the Free Trade, History Theory and Empirical Evidence, Routledge.

SUNKEL, O. (1957) “Um esquema geral para a análise da inflação”, In: Sá Junior, Francisco (org.), *Inflação e Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, s/d, p.13-48, 1957.

TAVARES, Maria da Conceição (1997) “A retomada da hegemonia norte-americana”, in: Tavares, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (Orgs.) Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, p. 27-53. Esse artigo foi publicado também na Revista de Economia Política, Vol. 5, No. 2, abril/junho, 1985. São Paulo: Ed. Brasiliense.

TAVARES, M. C. (2000) “Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes”. In: Tavares, M. C. (2000) (org.) Celso Furtado e o Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

TEUBAL, M. (2003), “Soja transgênica y la crisis del modelo agroalimentario argentino”, *Realidad Económica*, No 196, mayo-junio.

TEUBAL, M.; RODRÍGUEZ, J. (2002), “Agro y alimentos en la globalización. Una perspectiva crítica”, Buenos Aires, Ediciones La Colmena, 2002.

WEISBROT, M.; RAY, R.; MONTECINO, J. A.; KOZAMEH, S. (2011) “The Argentine Success Story and its Implications”, CEPR (Center For Economic and Policy Research), outubro de 2011: <http://www.cepr.net/documents/publications/argentina-success-2011-10.pdf>.

VERNENGO, M (2011): “Más acerca de la propaganda negativa de FT sobre la argentina”, grupolujan-circus.blogspot.com.

VISPO, A. (1999) “Reservas de mercado, cuasi rentas de privilegio y deficiencias regulatorias: el régimen automotriz argentino”, en Azpiazu, D. (comp.): “La desregulación de los mercados. Paradigmas e inequidades de las políticas del neoliberalismo”, FLACSO/Grupo Editorial Norma.